

Adolescência Processos de promoção e protecção Acolhimento institucional
Impulsividade Álcool Drogas Tabaco sexualidade precoce Violência GNAT
Comportamentos desviantes Sistema reflexivo Sistema impulsivo Teorias da decisão
Verbatim Gist Serviço Social Psicologia Portugal Lei de Protecção de
Crianças e Jovens em Perigo Percursos de vida Família Autocontrolo Equipa técnica
Grupo de pares Recompensas imediatas Maus-tratos RISCO Negligência
Abandono Sociabilizar Estratégias de intervenção Árvores de decisão
Role-playing Instruções verbais Diário pessoal Agenciamento da intervenção
Treino Mediadores Maturidade psicossocial gravidez na adolescência Capacidade cognitiva
BIS-BAS Características psicossociais Calibração Vulnerabilidade "Go" "No Go" Estímulos
Sistema de aproximação Adolescentes Sistema de inibição Decisão Força associação
Consumos Comportamentos saudáveis Protocolos de intervenção personalizada
Procura de sensações Questionário Escalas Aquisição de valores Percepção do risco

Judite Cristiana Fernandes Carvalho

UM ESTUDO SOBRE COMPORTAMENTOS DE RISCO EM ADOLESCENTES COM PROCESSOS DE PROMOÇÃO E PROTECÇÃO

Tese de Mestrado em Intervenção Social, Inovação e Empreendedorismo, apresentada à Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação e à Faculdade de Economia sob orientação do Professor Doutor José Miguel Andrade de Pina Pereira de Oliveira.

Setembro de 2011



Judite Cristiana Fernandes Carvalho

UM ESTUDO SOBRE COMPORTAMENTOS DE RISCO
EM ADOLESCENTES COM PROCESSOS DE PROMOÇÃO
E PROTECÇÃO

Tese de Mestrado em Intervenção Social, Inovação e Empreendedorismo, apresentada à Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação e à Faculdade de Economia sob orientação do Professor Doutor José Miguel Andrade de Pina Pereira de Oliveira.

Setembro de 2011



UNIVERSIDADE DE COIMBRA

AGRADECIMENTOS

Embora, por natureza e pela sua finalidade académica, seja uma tese um trabalho individual, tal caminho não teria sido percorrido de igual forma sem o apoio de instituições e de pessoas, às quais se torna imperativo prestar, neste momento, o meu tributo de reconhecimento público e da mais profunda gratidão.

Gostaria, assim, de agradecer à Universidade de Coimbra, em particular à Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação e à Faculdade de Economia, pela oportunidade que me foi proporcionada em ingressar neste mestrado.

Expresso ainda a minha gratidão para com os Coordenadores do Mestrado — Professora Doutora Cristina Albuquerque e Professor Doutor Pedro Hespanha —, pois as suas orientações, o seu apoio e a sua motivação foram essenciais para todos os mestrandos sem excepção. Por outro lado, não poderia deixar de agradecer em particular, e cumulativamente, à Professora Doutora Cristina Albuquerque, testemunha participante da minha formação académica, na qualidade de docente na licenciatura e no mestrado e de Orientadora de Estágio final curricular, pela sabedoria transmitida ao longo destes anos.

Quero igualmente agradecer, de um modo especial, ao Professor Doutor Miguel Oliveira, meu Orientador que tão atenciosamente me dirigiu ao longo destes meses, pela sua competência, pelo tempo que me dedicou, por toda a informação facultada, pelas suas críticas, correcções e sugestões, pelo seu apoio incondicional e pela sua disponibilidade sem limites.

O meu reconhecimento vai ainda para a Fundação Assistência, Desenvolvimento e Formação Profissional de Miranda do Corvo, mais especificamente para o Dr. Jaime Ramos, que aceitou cooperar neste estudo. O meu reconhecimento vai também para a Dra. Ana Paula Santos, a cujos conhecimento e experiência neste domínio não pouco deve este trabalho. Não poderia aqui deixar de agradecer aos jovens dessa instituição, cuja participação tornou possível a concretização da investigação.

Estou igualmente grata para com a Mestre Fernanda Jesus, pela inestimável ajuda na construção da experiência Go/No-Go Association Task e pela sua pronta disponibilidade em colaborar sempre que solicitada.

Desejaria também expressar toda a gratidão à minha Família pelo apoio e pela coragem que sempre me transmitiram numa atenção constante e sem reservas. Um obrigada pelas palavras sábias e verdadeiras, por me escutarem, por me ajudarem e

aconselharem quando tanto necessitei, pelos elogios e incentivos, e por viverem as minhas conquistas de par comigo.

O meu agradecimento vai ainda para os meus amigos e colegas pelo companheirismo e pelo quotidiano partilhado.

A todos os meus sinceros agradecimentos.

RESUMO

Partindo de dados existentes sobre o sistema de acolhimento de crianças e jovens em risco em Portugal, sobre comportamentos de risco na adolescência interpretados à luz de um enquadramento teórico actual da Psicologia da Decisão e tendo como alvo adolescentes com medidas de promoção e protecção de acolhimento institucional, pretendeu-se delinear um plano global de avaliação/intervenção apoiado na aplicação de diversos instrumentos de medida psicológica (psicométrica e experimental) que, juntamente com a informação tradicionalmente recolhida nas práticas de acolhimento, possa constituir um instrumento de apoio à decisão dos técnicos. Considera-se que esse instrumento — uma árvore de decisão — permite o planeamento e implementação de formas e procedimentos de intervenção customizados (adaptados à casuística) e, simultaneamente, alimentar uma base de dados local e nacional dedicada, que possa constituir moeda corrente na comunicação entre técnicos e fonte de dados para académicos e responsáveis políticos.

É com base nos resultados obtidos no trabalho empírico, que se apresenta apenas como ilustração do que se deseja implementar futuramente dadas as limitações amostrais e de adaptação de alguns instrumentos utilizados, que se discutem as potencialidades e limitações da árvore de decisão, quer do ponto de vista da inovação e do empreendedorismo social, quer do ponto de vista dos ganhos de eficiência e eficácia da intervenção que proporcionam.

A global plan for evaluation/intervention aimed at adolescent population undergoing Childcare system's protection and shelter program measures is outlined, drawing on extant evidence from Portuguese Childcare System and adolescent risk behavior interpreted within the frame of current theories of decision making and developmental Psychology. The plan here presented takes the form of a decision tree expected to become a decision aid tool for social services technicians. It is conceived as supported on data yielded from distinct psychological evaluation tools (psychometric and experimental), as well as from typical social services information gathered during assistance. It is our claim that this decision tree should become a tool for planning and deploying customized intervention procedures (fit to the casuistry) whilst its outputs become common currency among technicians and data source for scholars and policy makers. Obtained empirical data is taken as an illustration — due to methodological constraints, namely sampling limitations and scale adaptation to population — of the proposed decision tree possible applications. Strengths and weaknesses are discussed, from the vantage point of innovation and entrepreneurship, as well from gains in efficacy and effectiveness.

Partant de données existant sur le système d'accueil d'enfants en danger au Portugal, sur des comportements de risque durant l'adolescence interprétés à la lumière d'un encadrement théorique actuel de la Psychologie de la Décision et en ayant pour cible des adolescents sous mesures de promotion et de protection d'accueil institutionnel, nous avons cherché à ébaucher un plan global d'évaluation/intervention reposant sur l'application de divers instruments de mesure psychologique (psychométrique et expérimentale) qui, de concert avec l'information traditionnellement obtenue dans les pratiques d'accueil, soit en mesure de constituer un outil de soutien à la décision des techniciens. Nous estimons que cet instrument — un arbre de décision — permet de planifier et de mettre en place des formes et des procédés d'intervention *customisés* (adaptés à la casuistique) et, simultanément, d'alimenter une base de données locale et nationale spécifique à la matière, pouvant devenir monnaie courante de la communication entre techniciens et source de données pour les chercheurs et les responsables politiques

C'est sur la base des résultats obtenus durant le travail empirique, qui ne se présente que comme l'illustration de ce que nous souhaitons mettre en place à l'avenir, en vertu des limitations d'échantillons et d'adaptation de certains des instruments utilisés, que nous débattons des potentialités et des limitations de l'arbre de décision, tant du point de vue de l'innovation et de l'engagement social, que de celui des gains d'efficience et d'efficacité de l'intervention qu'elles offrent.

Índice de abreviaturas e siglas

ADT – Álcool, Drogas e Tabaco

BAS – Behavioral Approach System

BIS – Behavioral Inhibition System

CAEI – Centro de Acolhimento e Emergência Infantil

CAT – Centro de Acolhimento Temporário

CDC – Convenção sobre os Direitos da Criança

CPCJ - Comissão de Protecção de Crianças e Jovens

EMAT – Equipa Multidisciplinar de Assessoria aos Tribunais

FADFP – Fundação Assistência, Desenvolvimento e Formação Profissional

GNAT – Go/No-Go Association Task

IPSS – Instituição Particular de Solidariedade Social

PBE – Evidence-Based Practice

RIM – Modelo Reflexivo-Impulsivo

SEX – Sexualidade

TDS – Teoria de Detecção de Sinal

VIO – violência

Índice de Figuras

Figura 1 – Funcionamento do Sistema de Acolhimento Institucional Português	3
Figura 2 – Evolução da maturidade psicossocial em função da idade	9
Figura 3 – Evolução da capacidade cognitiva em função da idade	10
Figura 4 – Exemplo de uma instrução positiva	50
Figura 5 – Exemplo de uma instrução negativa	50

Índice de Quadros

Quadro 1 – Matriz de Respostas numa tarefa genérica de Detecção de Sinal	38
Quadro 2 – Condições experimentais da GNAT para as diferentes categorias-alvo	39
Quadro 3 – Cotações para a Escala BIS-BAS	43
Quadro 4 – Cotações por participante nas subescalas BIS-BAS	44
Quadro 5 – Cotações por participante/género nas subescalas BIS-BAS	47
Quadro 6 – Cotações por participante/faixa etária nas sub-escalas BIS-BAS	47
Quadro 7 – Cotações por participante no Questionário do risco	49
Quadro 8 – Média e desvio padrão (entre parênteses) de d' discriminação entre sinal e	53

ruído nas condições de instrução para as três categorias-alvo da Tarefa GNAT	
Quadro 9 – Média e desvio padrão (entre parênteses) de tempos de resposta (em milissegundos) nas condições de instrução para as três categorias-alvo da Tarefa GNAT	54
Quadro 10 – Perfis face aos riscos e pistas para a intervenção	57
Quadro 11 – Pistas para a intervenção	64

Índice de Gráficos

Gráfico 1 – Média e desvio padrão (barras) de d' nas condições GO N e GO P para as três categorias-alvo	53
Gráfico 2 – Média e desvio padrão (barras) de tempos de resposta (ms) nas condições GO N e GO P para as três categorias-alvo	54

Índice de Tabelas

Tabela 1 – Recursos humanos	30
-----------------------------	----

ÍNDICE

INTRODUÇÃO

CAPÍTULO I - ENQUADRAMENTO LEGAL DO SERVIÇO SOCIAL E DO SISTEMA DE ACOLHIMENTO 1

1. Perspectiva evolutiva da intervenção junto de crianças e jovens com processos de promoção e protecção 1
2. Características e perfis específicos dos jovens com processos de promoção e protecção 3
3. Práticas actuais de intervenção junto de adolescentes com comportamentos de risco e processos de promoção e protecção 6

CAPÍTULO II - ENQUADRAMENTO DA ADOLESCÊNCIA E DAS SUAS CARACTERÍSTICAS RELEVANTES PARA A DECISÃO 8

1. Enquadramento geral da adolescência — breve caracterização desta fase, com foco nas características específicas da adolescência potenciadoras do risco 8
2. A contribuição neurobiológica 11

CAPÍTULO III - TEORIAS DA DECISÃO 13

1. Os dois sistemas de processamento de informação e a tomada de decisão 13
2. Modelo reflexivo-impulsivo do comportamento social 14
3. Automaticidade 18
4. Auto-controlo e impulsividade 19
5. *Fuzzy Trace Theory* — Teoria do Traço Fluído 20
6. Espaço de intervenção onde se justifica o recurso à GNAT, BAS-BIS e Questionário do Risco 23

CAPÍTULO IV - ÁRVORES DE DECISÃO 24

CAPÍTULO V - ESTUDO EMPÍRICO 28

1. Contexto 28
2. Metodologia 31
3. Instrumentos 32

3.1.	<i>Questionário do risco</i>	32
3.2.	<i>BIS — BAS (Behavioral Inhibition System — Behavioral Approach System)</i>	33
3.3.	<i>GNAT — The Go/No-Go Association Task</i>	37
4.	Amostra	41
5.	Procedimentos e análise dos resultados	42
5.1.	<i>BIS—BAS</i>	42
5.2.	<i>Questionário do risco</i>	48
5.3.	<i>Go/No-Go Association Task</i>	50
5.4.	Discussão dos resultados	55
5.5.	Discussão global dos resultados	56
CAPÍTULO VI - PROPOSTAS DE PISTAS PARA A INTERVENÇÃO NOS COMPORTAMENTOS DE RISCO NA ADOLESCÊNCIA		62
CONSIDERAÇÕES FINAIS		66
BIBLIOGRAFIA		74
ANEXOS		

INTRODUÇÃO

Paralelamente ao seu eventual interesse específico, o trabalho presente constitui a dissertação que visa cumprir um dos imperativos legais para a conclusão do nosso Mestrado em Intervenção Social, Inovação e Empreendedorismo, resultante da parceria entre a Faculdade de Economia e a Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação da Universidade de Coimbra.

A tese tem por objecto os comportamentos de risco em adolescentes com processos de promoção e protecção. Espelhando um conjunto de experiências vividas profissionalmente, foi sobretudo a constatação da falta institucional de algumas soluções que fez germinar o nosso interesse em realizar uma investigação sobre esta temática.

No que toca aos objectivos gerais, visamos inicialmente contribuir com uma ferramenta de trabalho útil para avaliar os comportamentos de risco nos adolescentes com tais processos, de modo a desenvolvermos a matriz de um quadro de intervenção a aplicar junto desta população, ou seja, um conjunto de protocolos que abranjam a componente de tipificação e avaliação da população e a dimensão de construção de dispositivos de apoio à decisão (orientações para os técnicos). A este objectivo do nosso estudo associa-se este outro de delinear orientações de intervenção (v.g. orientadas para o controlo da impulsividade, para actividades associadas ao aperfeiçoamento da percepção de risco, canalização de afectos...) e dentro desta o recurso a mediadores — pessoas que passaram por situações idênticas e que possam relatar as suas experiências e traduzir as suas vivências, constituindo estes, por assim dizer, um meio caminho ente o técnico e o utente. Outros objectivos consistem na construção de uma árvore de decisão, que suporte a “costumização” das intervenções junto dos jovens e, por fim, otimizar e potenciar a intervenção através da criação de pontes que agilizem a comunicação entre as áreas do Serviço Social e da Psicologia.

Por último, a construção do conhecimento considerado relevante para a compreensão do objecto definido está organizada em dois planos — teórico e empírico — e está estruturada em seis capítulos, tradutores do percurso desta investigação. Os primeiros quatro capítulos têm uma natureza eminentemente teórica e os capítulos quinto e sexto, empírica. Assim, no Capítulo I — Enquadramento Legal do Serviço Social e do Sistema de Acolhimento —, procede-se a uma perspectiva evolutiva da intervenção dos serviços e das medidas junto de crianças e jovens com processos de

promoção e protecção, indo esta desde os seus primórdios de auxílio público vazio de formas de socorro infantil diferenciadas até às reformas legislativas e políticas actuais ao nível da infância e juventude em risco. Com este propósito, destaca-se a *Lei de Protecção de Crianças e Jovens em Perigo*, assim como uma das suas medidas de promoção e protecção — a medida de acolhimento em instituição —, uma vez que a nossa população alvo é constituída por adolescentes abrangidos por esta disposição legal. Seguidamente, apresenta-se o perfil dos jovens abrangidos nestes processos e as suas características específicas, pois, no seu meio natural de vida, estiveram expostos a condições adversas ao seu desenvolvimento, apresentando percursos de vida marcados pelo sofrimento e por relações afectivas pouco ou nada gratificantes. Estes jovens viveram, indubitavelmente, numa realidade dissemelhante da das crianças e jovens que vivem nas suas próprias casas e no seio das suas famílias, sendo muito provável que assumam comportamentos desajustados, indesejáveis e até de risco. Pela caracterização deste perfil e pela explanação de a necessidade das instituições de acolhimento garantirem um contexto privilegiado para a realização de intervenções com estes jovens, esta secção da tese é fundamental para se compreender a escolha do nosso objecto de investigação. Este capítulo finda com uma breve exposição das práticas actuais de intervenção junto destes adolescentes, onde é feita também referência às atribuições dos Técnicos de Serviço Social nesta área.

O Capítulo II é dedicado ao enquadramento da adolescência e das suas características do funcionamento psicológico relevantes para a tomada de decisão. Para tal caracteriza-se a adolescência como uma etapa durante a qual se verifica um permanente aperfeiçoamento das capacidades cognitivas e uma menos firme evolução das capacidades de avaliação afectiva e emocional, acompanhadas de um desempenho de controlo executivo que se exprime muitas vezes em impulsividade e busca de sensações. Explora-se, ainda, a diferença dos ritmos do desenvolvimento cognitivo e do desenvolvimento psicossocial, sendo o segundo mais lento que o primeiro, pelo que, mesmo quando as capacidades cognitivas dos adolescentes se aproximam das dos adultos, as suas decisões podem diferir das destes devido à imaturidade psicossocial daqueles. No respeitante à contribuição dos dados neurobiológicos relativos a este período, sugerem que as deficiências maturacionais de estruturas cerebrais, associadas ao controlo voluntário de resposta face a situações com incentivos atraentes e imediatos, comprometem, com grande probabilidade, a qualidade e adequação final da decisão; com efeito, o cérebro adolescente tem reduzida capacidade reguladora em comparação

com o cérebro adulto, devido à aparente dominância que o sistema socioemocional exerce sobre o sistema de controlo cognitivo, colocando o adolescente num quadro genérico de imaturidade decisória.

O Capítulo III incide sobre as teorias da decisão que nos permitam compreender o facto de os adolescentes com processos de promoção e protecção enveredarem frequentemente por comportamentos de risco. Primeiramente abordam-se os dois sistemas de processamento de informação — o sistema experiencial e o sistema analítico — os quais, quando se atinge a idade adulta, deveriam funcionar de modo coordenado, alcançando-se a ligação entre o ideal de racionalidade e as reais capacidades de decisão. Portanto o enquadramento do sistema dual constitui-se assim como um analisador teórico e suporte para construção de hipóteses sobre o funcionamento cognitivo, motivacional e afectivo no feixe dos quais se desencadeiam e se precipitam as decisões dos indivíduos.

A escolha do referencial teórico seguinte — Modelo Reflexivo-Impulsivo — prende-se com o facto de ele nos permitir compreender a existência de dois sistemas de informação estruturalmente diferentes em que um está subjacente à produção de formas impulsivas e automáticas de comportamento (sistema impulsivo) e o outro delibera na forma de comportamentos controlados (sistema reflexivo); também se aborda o funcionamento dos processos mentais automáticos nas suas duas modalidades — a da automaticidade inconsciente e a da automaticidade consciente. Assim, este modelo explica a cognição social e o comportamento como uma função de dois sistemas de processamento diferentes, os quais seguem, naturalmente, princípios e objectivos distintos, sendo o primeiro sistema alvo de avaliação no nosso estudo empírico.

Por sua vez, introduziu-se como quadro teórico relevante a Teoria do Traço Fluído. Esta defende que, com o passar do tempo, há uma preferência pelo processamento fluído, devido a um aumento progressivo de confiança depositada em representações mais simples e sumárias, fruto da acumulação da experiência, passando-se, então, a tomar-se decisões com base em representações simples, vagas e imprecisas, mas dotadas de uma avaliação experiencial mais adequada porque mais consolidada. Assim, até ao final da adolescência, os jovens apresentam confiança excessiva nas suas capacidades analíticas e de controlo executivo (memória, atenção, raciocínio), favorecendo um funcionamento baseado no detalhe preciso e específico da informação, correspondendo a uma avaliação socioemocionalmente imatura dos riscos, com

focalização no imediato e nas recompensas e com um carácter impulsivo e/ou de procura de sensações.

Devidamente explanadas estas premissas teóricas, justifica-se o recurso a um conjunto de três ferramentas na nossa investigação — a *Go/No-Go Association Task* (GNAT), a escala *Behavioral Inhibition System — Behavioral Approach System* (BIS-BAS) e o Questionário do Risco — ferramentas que possibilitam compreender o papel da impulsividade nos comportamentos de risco destes adolescentes (BIS-BAS), entender a forma como é feita a atribuição de “risco” a este tipo de comportamentos e, ainda, averiguar a calibração da percepção de risco com a realidade/valor real destes riscos (Questionário do Risco), assim como a percepção da associação existente entre os elementos positivos e negativos (ou pistas) e as atitudes face ao risco (GNAT).

O Capítulo IV, por sua vez, foca as árvores de decisão, a sua base teórica, as suas vantagens, incluindo a justificação da escolha deste instrumento de decisão para orientação dos técnicos que intervêm junto de jovens com processos de promoção e protecção e a apresentação de um esqueleto de uma árvore de decisão gerada nesta investigação.

O Capítulo VI é dedicado ao estudo empírico do presente trabalho. Faz-se menção ao contexto em que o estudo empírico teve lugar — na Fundação Assistência, Desenvolvimento e Formação Profissional (FADFP) de Miranda do Corvo —, sendo apresentada a sua localização, os seus objectivos e as suas respostas sociais. Confere-se lugar central aos seus centros de acolhimento para crianças e jovens: o Centro de Acolhimento e Emergência Infantil e o Lar de Apoio. Segue-se abordagem da metodologia da investigação, descrevendo-se os dois métodos utilizados para a realização do presente estudo empírico: o método experimental e o método psicométrico.

Os instrumentos são pormenorizadamente descritos, recorrendo-se a algumas indicações teóricas, por forma a perceberem-se os objectivos e o modo de funcionamento de cada um deles. O Questionário do Risco pretende validar os julgamentos dos jovens, avaliar as suas preferências e valores latentes relativos aos comportamentos de risco e avaliar a sua calibração, percepção e consciência do risco por parte dos adolescentes; o BIS-BAS visa objectivos de medição de sensibilidades disposicionais do sistema de aproximação (BAS) e do sistema de inibição (BIS), de avaliação do carácter mais impulsivo do comportamento com base em recompensas ou punições e a utilização de pistas internas ou externas; e a GNAT, como técnica de

medida de atitudes implícitas, aspira aceder às preferências automáticas, avaliar a força de associação entre uma categoria-alvo e dois pólos de um atributo de dimensão (e.g. bom/mau).

No fio desta apresentação procede-se à descrição da amostra utilizada, bem como dos procedimentos e da análise dos resultados, onde são detalhadas a execução, e a estrutura e a análise dos resultados dos três instrumentos de avaliação. No fim do capítulo, procede-se à discussão global dos resultados, dado que estes permitem conceber de que modo se podem criar perfis de risco e indiciar pistas para a intervenção.

Quanto ao Capítulo VI, nele são discutidas as pistas de intervenção sustentadas que promovam uma acção voltada para o sucesso, as quais são igualmente apresentadas sob a forma de um Quadro de elaboração própria — fruto da recolha de pistas apontadas por alguns autores, por entidades e pela experiência pessoal na área de intervenção com crianças e jovens com processos de promoção e protecção. Trata-se, portanto, de um conjunto de focos de intervenção e de estratégias, que se centram na identificação das necessidades dos jovens para aprendizagem de competências e de generalização a situações e contextos diversos.

A concluir, as considerações finais põem em relevo uma síntese integradora dos dados obtidos e fazem uma referência à componente inovadora patente neste trabalho de investigação.

CAPÍTULO I

ENQUADRAMENTO LEGAL DO SERVIÇO SOCIAL E DO SISTEMA DE ACOLHIMENTO

1. Perspectiva evolutiva da intervenção junto de crianças e jovens com processos de promoção e protecção

Segundo Venâncio (1999), a história ocidental da assistência infantil foi um processo de expansão, em escala planetária, das instituições italianas do século XIII. Neste contexto, Portugal foi também atingido por esta preocupação de se protegerem as crianças abandonadas, tendo seguido durante muitos séculos um modelo de assistência que se baseava numa forma de auxílio público vazio de formas de socorro infantil diferenciadas. Portanto, pode-se afirmar que em Portugal a intervenção junto de crianças e jovens foi durante séculos pautada por um modelo proteccionista, sob o qual os menores em risco eram considerados igualmente carecidos de protecção, sendo o Estado responsável por os educar e tratar. Assim, este modelo relegava para segundo plano os direitos fundamentais dos menores, não permitindo que estes participassem activamente no seu processo de mudança, para além de desenvolver apenas uma só estratégia de resposta para diversas problemáticas.

A *Convenção sobre os Direitos da Criança* (CDC), adoptada a 20 de Novembro de 1989 pela Assembleia Geral das Nações Unidas e ratificada por Portugal em 1990, tornou-se, então, um marco de viragem relativamente às medidas legislativas anteriores, pois passou-se a reconhecer a criança como um sujeito portador de direitos com um estatuto digno e de carácter universal. Com efeito, a CDC estipulou alguns direitos fundamentais da criança, tais como: o direito à vida, no sentido da sobrevivência e da supressão das necessidades básicas; o direito à identidade, logo definido à nascença, incluindo o direito a um nome e a uma nacionalidade, tornando a criança um ser único e individualizado, pertencente a uma comunidade e a uma cultura; e o direito à participação, associado à liberdade de expressão, pensamento, reunião e associação, protecção da vida privada, enquanto membro competente e integrante da sociedade. Por fim, a CDC consagrou a defesa ao interesse superior da criança, ou seja, todas as suas medidas visam o bem-estar e o interesse superior dos menores.

No entanto, havendo ainda necessidade de mudança, em 1996 foi criada a Comissão Interministerial para o Estudo da Articulação entre os Ministérios da Justiça e da Solidariedade e Segurança Social, com vista a intervir articuladamente na concepção

e no desenvolvimento de políticas sociais de protecção de crianças em risco, de prevenção criminal de jovens e de reinserção social. Iniciou-se, assim, uma das maiores reformas legislativas e políticas ao nível da infância e juventude em risco, a qual consistiu em diagnosticar as insuficiências do sistema em vigor, em inventariar as estruturas, modalidades de intervenção e recursos humanos destes dois ministérios e em definir medidas e estratégias de acção relativas a crianças e jovens em risco, com comportamentos desviantes, envolvidos em processos tutelares cíveis, jovens agentes de factos ilícitos penais e regime penal especial dos adultos. São criados, neste âmbito, os processos de elaboração das propostas da *Lei de Protecção de Crianças e Jovens em Perigo* e da *Lei Tutelar Educativa*, que constituem o novo e actual suporte de intervenção, em que a primeira, a cargo do sistema de solidariedade e segurança social, passa a abranger a promoção dos direitos e a conceder o poder de participação nas decisões, e em que a segunda, a cargo do sistema de justiça, se destina unicamente aos casos de menores com prática de factos qualificados pela lei como crime, esfera em que o Estado tem legitimidade para educar o menor, corrigir as suas dificuldades de conformação com as regras do sistema jurídico e garantir o exercício dos seus direitos fundamentais à liberdade e autodeterminação.

Foi neste contexto que foi criada a *Lei de Protecção de Crianças e Jovens em Perigo — Lei n.º 147/99*, de 1 de Setembro —, tendo esta sido presidida por preocupações de prevenção e protecção das crianças e dos jovens que residam ou se encontrem em território nacional, no sentido de evitar situações de perigo e de criar medidas de promoção e de protecção, numa abordagem integrada dos direitos da criança, por forma a garantir o seu bem-estar e desenvolvimento integral.

Para se validar um dos imperativos da *Constituição da República Portuguesa*, que confere o direito especial de protecção, por parte do Estado e da sociedade, às crianças e aos jovens órfãos, abandonados ou por qualquer forma privados de um meio familiar normal, e que fundamenta a *Lei de Protecção de Crianças e Jovens em Perigo*, a intervenção tem lugar quando os pais, o representante legal ou quem tenha a guarda de facto ponham em perigo a segurança, saúde, formação, educação ou o desenvolvimento da criança ou do jovem, ou quando este perigo resulte da acção ou omissão de terceiros ou da própria criança ou do jovem a que aqueles não se oponham de modo adequado a removê-lo.

De acordo com a figura 1, logo que uma situação de perigo é identificada, é feito um diagnóstico inicial da gravidade da mesma, com o qual se avalia a necessidade de

retirada da criança. Assim, quando a situação de perigo é minimizada ou eliminada com a intervenção dos técnicos junto da família, a criança não é afastada do seu meio natural. No entanto, quando tal não sucede, isto é, quando mesmo depois da intervenção continuam a não existir condições seguras, opta-se pelo acolhimento em Centro de Acolhimento Temporário (CAT).

Mais concretamente, a medida de acolhimento em instituição consiste na colocação da criança ou do jovem aos cuidados de uma entidade que disponha de instalações e equipamento de acolhimento permanente e de uma Equipa Técnica que lhes garantam os cuidados adequados às suas necessidades e lhes proporcionem condições que permitam a sua educação, bem-estar e desenvolvimento integral.

Quando se recorre ao acolhimento institucional, as instituições têm de assumir as responsabilidades educativas ao nível jurídico, moral, social e escolar, geralmente atribuídas aos progenitores. Estas responsabilidades incluem o suporte no seu desenvolvimento físico, através da prestação de cuidados de alimentação e de saúde, e no seu desenvolvimento psicológico, por forma a promover-se o equilíbrio emocional, cognitivo e afectivo. Note-se que todos os cuidados têm de ser prestados de acordo com a idade, género, origens sociais, percurso de vida e características individuais do menor.

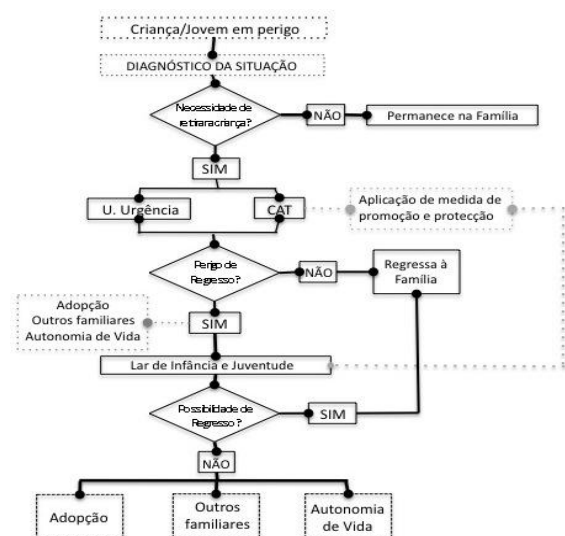


Figura 1 – Funcionamento do Sistema de Acolhimento Institucional Português. Adaptado de Alves (2007: 80).

2. Características e perfis específicos dos jovens com processos de promoção e protecção

Tal como já foi explanado o acolhimento institucional constitui uma das medidas de protecção e de salvaguarda dos direitos fundamentais das crianças e jovens que, no seu meio natural de vida, estão expostos a condições adversas ao seu desenvolvimento. É precisamente por causa destas condições adversas que maioria destes leva consigo, aquando da chegada ao à instituição, percursos de vida marcados pelo sofrimento e por relações afectivas pouco ou nada gratificantes, dado que, frequentemente foram, num ou mais momentos das suas vidas, sujeitos a múltiplas mudanças registadas ao nível do seu agregado familiar, da sua residência, escola, comunidade e grupo de pares – realidade

dissemelhante da das crianças e jovens que vivem nas suas próprias casas e no seio das suas famílias.

Mais concretamente, segundo Martins (2004), a maioria das crianças/jovens com processos de promoção e protecção viram as suas vidas familiares a serem marcadas por situações de insegurança, instabilidade e negligência e as interações dominadas por registos de agressão e violência. Assim, é muito provável que estas crianças/jovens assumam comportamentos desajustados, indesejáveis e até de risco, sendo o perfil psicológico dos adolescentes em regime de colocação cada vez mais definido por um historial de problemas de comportamento, perturbações progressivamente mais complexas, distúrbios emocionais, baixa tolerância à frustração, necessidade de gratificação imediata, desresponsabilização face às eventuais consequências dos actos praticados, baixo sentido de responsabilidade, perturbações no desenvolvimento relacional e afectivo e de identidade, relações interpessoais inadequadas, padrões de vinculação insegura, défice de sensibilidade social e no raciocínio sociomoral, condutas desviantes, sentimentos depressivos, baixo auto-conceito e auto-imagem desvalorizada, controlo pobre dos impulsos, traduzido em condutas de agressividade destrutiva, ansiedade elevada, instabilidade emocional, expectativas negativas sobre o futuro e baixa motivação. Alguns autores vão mais longe e referem ainda problema como a desorganização da conduta, persistentemente ofensiva, tanto de pessoas com da propriedade, a ausência de sentimentos de pertença ou de outras referências espaço-temporais, e comportamentos sexuais impróprios (Martins, 2004).

Tais perfis devem-se à natureza crítica das experiências precoces (desde os primeiros estádios de desenvolvimento) e a sua interacção com o sistema nervoso central, uma vez que todos os factores de risco determinam as vulnerabilidades e potenciam o perigo e o ciclo da adversidade na criança, sobretudo nos primeiros meses de vida, porquanto é nesta fase que se estrutura a arquitectura cerebral e, de modo especial, a sua modelação e a variância neurocomportamental da vida de relação de cada criança (Carneiro, 2004). Mesmo reconhecendo a importância decisiva das vivências precoces e a modelação psiconeurológica daí decorrente, não podemos assumir que pessoas negligenciadas e abusadas na sua infância se tornam, obrigatoriamente, delinquentes ou criminosos na adolescência. Sabemos, porém, que muitos desses jovens não se tornam capazes de desenvolver empatia e vínculos com outros supostamente significativos, como também não conseguem assumir um senso moral modelado pelas

emoções e sentimentos que conferem sentido de pertença e, correspondentemente, sentido de perdão ou de remorso (Carneiro, 2004).

A adversidade, num contexto de risco, fundamenta-se e explica-se em função do sentido de (in)coerência que cada criança constrói no decurso das suas experiências e das adaptações que consegue edificar e no facto de não conseguirem resolver na adolescência e na idade adulta, de forma cabal, os problemas de algum modo ligados às vivências infantis (Carneiro, 2004).

Assim, a singularidade ou gravidade das problemáticas desta população podem requerer uma atenção profissional especializada que os centros de acolhimento devem garantir, esperando-se que estes sejam o contexto privilegiado para a realização de determinadas intervenções terapêuticas com crianças/jovens que tenham dificuldade relacional com os seus pares e/ou adultos, que tenham experimentado situações graves de privação, separação, isolamento ou maus-tratos, que tenham dificuldade em lidar com a autoridade, rejeitando o controlo do adulto, que apresentem condutas inadmissíveis e que sejam incapazes de as modificar por si só, com défices de autocontrolo e que assumam comportamentos perigosos para si ou para os outros (Martins, 2004).

Ora se um dos objectivos do acolhimento é educar e sociabilizar (Martins, 2004), a equipa técnica tem obrigatoriamente que reflectir sobre as dinâmicas criadas, as incoerências ocorridas que justificam a manutenção dos comportamentos indesejáveis e encontrar novas estratégias que respondam às necessidades de ligação afectiva, de um bom desempenho, de autonomia e de altruísmo que qualquer criança/jovem sente como vital. É, portanto, da responsabilidade da instituição acolhedora o desenvolvimento de estratégias de intervenção técnica e sistemática no sentido da socialização e da modificação dos comportamentos indesejáveis (Martins, 2004). Há que alterar o comportamento indesejável, reorientando-o para uma organização diferente dos processos cognitivos, através da aprendizagem de leituras sociais diversas e da análise e do treino, sendo neste sentido que todas as propostas da presente tese de Mestrado apontam. O que está em causa é, em última análise, a adequação da intervenção ao perfil dos seus utentes: a selecção criteriosa com indicações específicas, articulação e coordenação, a flexibilidade e diferenciação são aspectos cruciais da eficiência e da qualidade de um sistema tão complexo e eventualmente deficitário no nosso país. Vão, portanto, ao longo deste trabalho ser repensadas as medidas de intervenção monolíticas,

que preconizam respostas de via única, com baixos potenciais de ajustamento às solicitações emergentes.

3. Práticas actuais de intervenção junto de adolescentes com comportamentos de risco e processos de promoção e protecção

Após a exposição do funcionamento e dos princípios da intervenção junto de crianças e jovens em perigo, importa agora referir as atribuições dos Técnicos de Serviço Social, definidas actualmente no âmbito da *Lei de Protecção* nas quais é visível a interpenetração do judiciário e do social (Martins, 2004):

1. investigar e avaliar as situações suspeitas de maus-tratos;
2. identificar as necessidades das crianças e das famílias;
3. elaborar planos de intervenção que respondam às carências diagnosticadas;
4. criar condições de suporte psicossocial para a criança/jovem e a sua família;
5. apoiar o desenvolvimento do projecto de vida do menor;
6. impulsionar o apoio domiciliário como forma de manter a criança/jovem no seio da família e do seu contexto natural de vida;
7. criar condições de receptividade junto da criança/jovem e da sua família para as mudanças necessariamente decorrentes do processo de intervenção, mantendo-os permanentemente informados e facilitando a sua colaboração;
8. monitorizar o caso, garantindo a continuidade e a coordenação das várias fases e intervenções do processo de protecção, nomeadamente a colaboração intra-institucional, a cooperação intersectorial, a articulação dos serviços públicos e privados e entre as várias forças da comunidade;
9. elaborar relatórios sociais;
10. participar em programas de prevenção dos maus-tratos infantis.

Por conseguinte, possíveis funções para o Serviço Social nas instituições de acolhimento podem passar por um trabalho mais directo com as crianças e jovens institucionalizados, como o atendimento de utentes, bem como de suas famílias, por um apoio à integração das crianças e jovens, por um acompanhamento de processos de admissão e de saída, acompanhamento de utentes a serviços exteriores à instituição, como por exemplo a serviços de saúde, Segurança Social, Comissão de Protecção de Crianças e Jovens e Tribunal, prestação de apoio psicossocial, dinamização de actividades lúdico-pedagógicas e promoção da ligação entre o utente, a família, a

comunidade e a equipa, não esquecendo, neste contexto, os diversos níveis de intervenção. No entanto as atribuições do Serviço Social nos serviços não se esgotam no trabalho directo com as crianças e jovens, pois por detrás de toda a intervenção está o registo de informação, a elaboração e execução dos projectos de vida dos menores, bem como dos Planos Socioeducativos Individuais, a mediação e a articulação institucionais, o encaminhamento de utentes e a elaboração de relatórios sociais e de ofícios para os mais diversos serviços e instituições.

Em todo este universo, o Técnico de Serviço Social desempenha, indubitavelmente, um papel preponderante no diagnóstico e na análise de situações, pois a percepção das necessidades e a definição de estratégias, prioridades e atitudes a adoptar são importantíssimas não só a nível individual como também institucional. Para além disso, estes técnicos defendem o papel activo dos utentes, perspectivados como agentes de prevenção, promoção e recuperação da sua própria situação. Há assim uma importância notória da intervenção destes técnicos em vários aspectos decorrentes do acolhimento, do acompanhamento e apoio aos utentes e à família, da elaboração de diagnósticos sociais, do encaminhamento de utentes, do suporte às famílias e da articulação com outros serviços e instituições.

CAPÍTULO II

ENQUADRAMENTO DA ADOLESCÊNCIA E DAS SUAS CARACTERÍSTICAS RELEVANTES PARA A DECISÃO

1. Enquadramento geral da adolescência — breve caracterização desta fase, com foco nas características específicas da adolescência potenciadoras do risco

O período da adolescência, período complexo e pleno de consequências para o desenvolvimento posterior, dura cerca de cinco anos, indo dos doze aos dezassete anos de idade, e é marcado por significativas alterações das funções cognitivas e sócio-emocionais: um permanente aperfeiçoamento das capacidades cognitivas (e.g. cálculo) (Luna, 2010) e uma menos firme evolução das capacidades de avaliação afectiva e emocional, acompanhadas de um desempenho de controlo executivo (e.g. supressão voluntária de respostas automáticas) que se exprime muitas vezes em impulsividade e busca de sensações (cf. Oliveira & Pais, 2010)¹. Acresce a este quadro um dado objectivo inelutável: a falta de experiência, quer dizer, de vivência efectiva e repetida de situações que exigem avaliação e decisão. A adolescência deve, assim, ser encarada como uma etapa longa, complexa e dinâmica, com diferentes momentos, em vez de ser entendida como um processo que decorre por etapas entre a infância e a idade adulta (Houdé, 2007).

Concretizando, no que toca aos comportamentos de risco, os adolescentes são, de uma forma geral, considerados decisores pobres, tendo esta hipótese sido formulada sobretudo com base na teoria tradicional da unidireccionalidade do desenvolvimento cognitivo, a qual advoga uma progressão das competências com a idade, indo de um pensamento intuitivo até ao raciocínio científico, ou passando de um estado inicial de ineficiência e de compreensão limitada para um estado de grande eficiência e de complexidade de compreensão (Jacobs & Klaczynski, 2002). Nestas teorias tradicionais, o adulto é tido como um decisor óptimo, um verdadeiro *homo economicus* (cf. Camerer & Fehr, 2006) capaz de perceber e analisar os custos e os benefícios efectivos relativos a uma determinada situação de decisão, independentemente das suas reais limitações ou constrangimentos ambientais (Simon, 1990; Gigerenzer & Selten, 2001).

¹ É de notar que impulsividade e busca de sensações denotam comportamentos diferentes: enquanto que a primeira se define pela falta de auto-controlo ou pela deficiências na supressão de respostas, a segunda diz respeito a uma tendência para um comportamento de exploração de novidade, em variedade e estimulante, conduzindo à corrida ao risco para seu alcance (Steinberg, Albert, Cauffman, Banich, Graham & Woolard, 2008; Zuckerman, 1979).

Actualmente considera-se como estabelecido que o desenvolvimento cognitivo e o psicossocial seguem ritmos diferentes, sendo o segundo mais lento que o primeiro, pelo que, mesmo quando as capacidades cognitivas dos adolescentes se aproximam das dos adultos, as suas decisões podem diferir devido à imaturidade psicossocial reflectindo-se, assim, nas diferenças ao nível social e emocional entre os primeiros e os segundos (Steinberg, 2009).

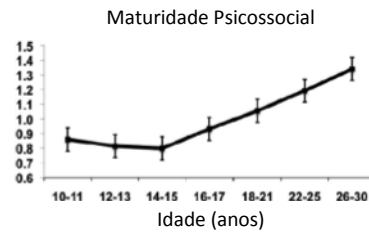


Figura 2 - Evolução da maturidade psicossocial em função da idade.
 Adaptada de Steinberg *et al.* (2009).

Nesta linha, estes investigadores (Steinberg et al., 2009) têm vindo a demonstrar que os adolescentes não são, decisoramente, tão maduros quanto os adultos, dado que os sujeitos com menos de dezoito anos aparentam não ter ainda responsabilidade moral sobre as suas decisões. Não obstante, a meio da adolescência, por volta dos catorze/quinze anos, os jovens parecem possuir já algumas capacidades semelhantes às dos adultos ao nível da compreensão e da resolução de dilemas morais, das regras sociais e, ainda, das leis e das relações e problemas interpessoais. No que concerne às características sócio-psico-emocionais (*e.g.* impulsividade, busca de sensações, orientação futura e susceptibilidade à pressão dos pares), estas encontram-se em intensiva evolução e o seu desenvolvimento continua até à idade adulta. De importância crítica é a verificação de que o seu ritmo de desenvolvimento específico promove um desfasamento face às capacidades de cálculo intelectual (entretanto muito razoavelmente consolidadas desde a pré-puberdade) e de controlo executivo² que em breve virão a ter um impacto inibitório decisivo sobre comportamentos impulsivos motivados pela recompensa individual hedónica ou social mais imediata. A análise da maturidade psicossocial indica que existe um efeito da idade sobre esta; com efeito, as capacidades psicossociais relevantes para a tomada de decisão emergem a meio da adolescência, evoluindo até à adolescência tardia ou início da idade adulta. Como se pode verificar na Figura 2, a progressão nestas competências não apresenta diferenças de monta entre os dez e os quinze anos de idade, sofrendo uma alteração notável daí em diante, numa extensão ascendente até aos 30 anos (Steinberg et al., 2009).

Em relação à capacidade cognitiva, as diferenças de idade são evidentes no início da adolescência, atingindo esta o seu pico de evolução aos dezasseis/dezassete

² Já presentes na adolescência média, mas ainda vacilantes no seu efeito (cf. Luna, 2010).

anos de idade, conforme se pode observar na Figura 3: uma evolução em linha com a progressão cronológica até aos 16-17 anos, estabilizando a partir deste momento. Deste modo, a evolução da capacidade cognitiva estabelece-se num ritmo e extensão desfasada relativamente à maturidade psicossocial, o que resulta numa capacidade cognitiva efectiva próxima dos níveis da idade adulta anos antes de o processo de maturação psicossocial e sócio-emocional estar completo (Steinberg *et al.*, 2009). É esta co-existência particular de capacidades intelectuais evoluídas (raciocínio lógico, cálculo), de deficiências do ponto de vista do auto-controlo (impulsividade) e de potentes motivações sócio-emocionais (busca de sensações, desejo de integração social em grupos de pares), que pode dar conta do facto dos adolescentes apresentarem, a partir dos quinze/dezasseis anos, níveis de maturidade semelhantes aos dos adultos, continuando, não obstante, a demonstrar imaturidade no planeamento e prossecução da acção que resulta a mais das vezes em comportamentos de risco (Steinberg *et al.*, 2009).

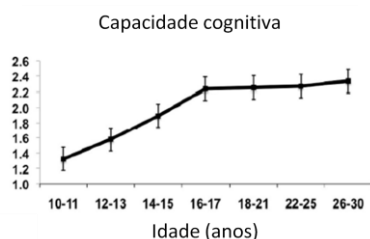


Figura 3 – Evolução da capacidade cognitiva em função da idade.
Adaptada de Steinberg *et al.* (2009).

Em suma, e de acordo com os mesmos autores, os adolescentes quando atingem os dezasseis anos de idade já costumam ser detentores das capacidades cognitivas típicas de um adulto, mas até aos dezoito anos o seu funcionamento psicossocial é imaturo. Por este motivo é que diversos autores apontam para a necessidade de definir uma idade cronológica abaixo da qual os jovens tenham direito a um tratamento legal diferente (Fischhoff, 2008; Weir & Peter, 1997). De facto, quando se tomam decisões racionais sob influências sociais e emocionais minimizadas, tendo o decisor conhecimento dos custos e benefícios adjacentes às opções de decisão, os adolescentes com mais de dezasseis anos são capazes de tomar decisões tão maduras quanto os adultos (Quadrel, Fischhoff & Davis, 1993; Reyna & Farley, 2006). Porém, em situações de impulsividade, com elevados níveis de emoção ou coerção social, e sem conhecimento dos custos e benefícios reais, é mais provável que um adolescente seja capaz de tomar uma decisão mais adequada a partir dos dezoito anos.

Apesar destas considerações, devemos ter sempre em conta factos tão prevalentes como aqueles que temos vindo a expôr, nomeadamente aqueles que resultam da grande variabilidade cuja fonte é a simples diferença inter-individual como é o caso da impulsividade ou das diferenças de contexto como é o caso da influência dos

pares (ver Reyna & Farley, 2006; Rivers, Reyna & Mill, 2008) que podem permanecer para além da adolescência (cf. Oliveira & Pais, 2010).

2. A contribuição neurobiológica

À semelhança da descrição comportamental da tomada de decisão típica do adolescente até aqui traçada, parece poder suportar-se em dados neurobiológicos um quadro de desfasamento desenvolvimental semelhante, dando conta dos comportamentos específicos deste período (comparativamente com os outros períodos da vida). Neste campo, autores há que justificam os comportamentos de risco na adolescência com base no amadurecimento diferencial dos sistemas comportamental e cognitivo, desenvolvendo-se um período de vulnerabilidade e ajustamento crescentes (Casey, Get & Galvan, 2008; Spear, 2000). Tudo aponta para que o período de desenvolvimento designado por adolescência não constitua apenas mera aquisição e activação de estratégias cognitivas, mas também, senão mesmo especialmente, a sofisticação progressiva do seu controlo e inibição (Luna, 2010).

Ainda dentro da lógica da descrição e explicação neurobiológicas, os adolescentes são, de um ponto de vista cognitivo, suficientemente avançados para conseguir atingir coerência lógica, revelando uma maior capacidade para controlar impulsos e planear comportamentos. Da mesma maneira com que se concluía acima, com base nas descrições comportamentais, pela desadequação mais ou menos prevalente da decisão do adolescente, também os dados neurobiológicos parecem convergir neste ponto em que as deficiências maturacionais de estruturas cerebrais associadas ao controlo voluntário de resposta face a situações com incentivos atraentes e imediatos comprometem com grande probabilidade a qualidade e adequação final da decisão (ver Casey et al. 2008).

Pelo que se acaba de referir parece razoavelmente estabelecido na evidência neurobiológica (e.g. imagiologia e electrofisiologia cerebral) que o cérebro adolescente tem fraca capacidade reguladora em comparação com o cérebro adulto, para além da aparente dominância que o sistema sócio-emocional exerce sobre o sistema de controlo cognitivo, colocando o adolescente num quadro genérico de imaturidade decisória.

Em resumo, a escolha impulsiva ou impaciente de recompensas imediatas, típica nas descrições dos comportamentos de risco associados ao processo de decisão dos adolescentes, pode ser explicada em boa parte pelo desfasamento de desenvolvimento das diferentes estruturas cerebrais envolvidas no processamento de informação

relevante (e.g., recompensas, punições, motivos de acção) e o exercício eficaz de controlo doutras estruturas (e.g. córtex pré-frontal) que sobre aquelas se abate promovendo a supressão de respostas de forma voluntária e consciente (Luna, 2010). Se na pré-adolescência se pode encontrar essencialmente activação emocional, busca de sensações e orientação para as recompensas, na adolescência média instala-se uma vulnerabilidade maior ao risco devida aos problemas de regulação do afecto e do comportamento, acompanhada de forte capacidade de cálculo e planeamento de acções de risco. Apenas na adolescência terminal se inicia o exercício mais sistemático e eficaz das competências de regulação emocional/cognitiva. Ou seja, passa-se de uma utilização predominante do sistema sócio-emocional para o sistema de controlo cognitivo, correspondendo finalmente a uma melhor integração da regulação emocional no controlo executivo (Oliveira & Pais, 2010).

CAPÍTULO III

TEORIAS DA DECISÃO

1. Os dois sistemas de processamento de informação e a tomada de decisão

É hoje quase impossível à Psicologia negar a existência de dois sistemas de processamento de informação que sustentam o processo de decisão: o sistema experiencial e o sistema analítico (Epstein, 2008; Kahneman, 2003; Slovic *et al.*, 2002). De acordo com estes autores o sistema experiencial envolveria pouco esforço cognitivo, promovendo a activação de heurísticas e estratégias não normativas, suportadas em avaliações e natureza afectiva de pistas ou informadores mais ou menos salientes de acordo com as motivações e a experiência anterior do indivíduo. O seu funcionamento é veloz e simplificado, ocorrendo muitas vezes sem que toda a informação presente seja processada e sem que o sujeito possa dar-se conta, conscientemente, dos processos de avaliação e decisão. Já o sistema analítico associar-se-ia à aquisição (aprendizagem) e aplicação de capacidades relacionadas com a razão normativa (e.g. lógica, uso de símbolos matemáticos) e a tomada de decisão racional, sendo por isso um sistema deliberativo, esforçado e lento, que procede à descontextualização da estrutura superficial de um problema para fazer emergir a sua estrutura interna. É suposto, quando se atinge a idade adulta, que estes dois sistemas funcionem de um modo interactivo e coordenado, alcançando-se, nessa coordenação, a ligação entre o ideal de racionalidade e as reais capacidades de decisão (Oliveira & Pais, 2010; Reyna & Farley, 2006). Este enquadramento do sistema dual constitui-se assim como um analisador teórico e suporte para construção de hipóteses sobre o funcionamento cognitivo, motivacional e afectivo no feixe dos quais se desencadeiam e se precipitam as decisões dos indivíduos. É de uma das tentativas de explicação do difícil problema da passagem do julgamento ou avaliação à acção — o cerne da decisão — que de seguida damos conta, procurando estabelecer os elementos de avaliação pertinentes que suporte o que mais abaixo se irá propor como modelo de acolhimento e intervenção junto de adolescentes em risco.

2. Modelo reflexivo-impulsivo do comportamento social

Antes de mais é pertinente abordar o sistema dual relativo ao impulso e ao auto-controlo, duas forças que exercem influências incompatíveis na formulação de juízos e da acção: uma sugere-nos a fazer o que é razoável e a outra impele-nos a fazer o que o prazer dita. Por diversas vezes as pessoas são assaltadas por tentações que desafiam a nossa capacidade de auto-controlo, o que conduz à activação da retracção, ou mesmo supressão, de respostas, sustentadas em objectivos de longo prazo, e à activação de impulsos imediatos, provocados pela avaliação hedónica (Hofmann, Friese & Strack, 2009). Portanto, para se resistir à tentação, sabendo optar pela alternativa mais racional, é necessário ter auto-controlo, ou seja, capacidade para colmatar ou inibir uma tendência comportamental indesejável ou uma reacção primitiva e hedónica perante um estímulo atraente.

Esta realidade despertou o interesse dos investigadores tendo dado origem a uma perspectiva que defende a existência de dois sistemas de informação estruturalmente diferentes, em que um está subjacente à produção de formas impulsivas e automáticas de comportamento (sistema impulsivo) e o outro à formação de modos de comportamento controlado (sistema reflexivo) (Hofmann *et al.*, 2009). Esta perspectiva é actualmente aceite como a mais apetrechada teórica e metodologicamente para explicar a variabilidade de julgamentos e de tomadas de decisão (ver Garowski & Payne, 2010 para uma revisão extensiva), uma vez que cada indivíduo pode realizar tarefas que envolvem julgamento e decisão de maneiras muito distintas, que envolvem processos psicológicos de baixo nível baseados em sensações, passando por heurísticas e intuições, a reflexões elaboradas e esforçadas de alto nível (cf. Deutsch & Strack, 2010).

Neste âmbito surgiram modelos de sistema dual da cognição e do comportamento, tal como o Modelo Reflexivo-Impulsivo do comportamento social (RIM), o qual explica a cognição social e o comportamento como uma função de dois sistemas de processamento diferentes — sistema impulsivo e o sistema reflexivo —, os quais seguem princípios distintos (Deutsch & Strack, 2008) (embora existam limitações relativas à completa destrinça dos dois sistemas).

Assim, segundo Deutsch & Strack (2008), por um lado o sistema impulsivo tem acesso ao comportamento ligando pistas externas a esquemas comportamentais baseados em associações repetidas e aprendidas previamente) e foca-se na procura de prazer e na fuga da dor, sendo especificamente orientado para a satisfação de

necessidades básicas como a nutrição, hidratação e sono. Os processos deste sistema são, portanto, associativos e vão-se desenvolvendo gradualmente e ao longo do tempo, não necessitam de recursos ao nível da atenção (não consomem recursos cognitivos) e são independentes da consciência da pessoa para os aceitar ou rejeitar como sendo válidos ou não válidos (Hofmann *et al.*, 2009). Para tal, o sistema impulsivo está dotado de três mecanismos: memória associativa multimodal³, orientação motivacional e um dispositivo mediador entre a memória de activação — quando um elemento ou atributo de um estímulo percebido no exterior activa associações de estímulos e esquemas armazenados na memória, difundindo essa activação por outras associações ou partes de associações (*spread of activation*) (Strack & Deutsch, 2004) — e privação. Durante as suas operações são geradas várias respostas internas, sendo as mais importantes a activação de conceitos ou categorias, os sentimentos afectivos e não-afectivos⁴ e as tendências comportamentais, uma vez que estas pistas internas podem ser percebidas pelo sistema reflexivo e podem ser tomadas em consideração na formação do julgamento.

Por outro lado, o sistema reflexivo tem funções complementares às do sistema impulsivo, servindo diferentes objectivos reguladores. Trata-se de um sistema especializado em gerar uma meta-representação das pistas ou respostas internas activadas pelo sistema impulsivo e, quando necessário, completar funções executivas e estratégicas (como sobrepor-se a respostas habituais, conceber planos perante situações novas, etc.). O seu funcionamento está relacionado com o processamento de objectivos (motivação), depende de recursos cognitivos (atenção e percepção) e de activação intermédia, estando as suas operações baseadas em representações discretas e simbólicas. Em conformidade com esta composição estrutural o seu processamento é sequencial, portanto, mais lento, oposto ao processamento do sistema impulsivo, cuja eficiência ultrapassa, a mais das vezes, a possibilidade do seu controlo consciente, com o preço dos seus resultados serem mais rígidos e de algum modo irreversíveis. Aquele

³ “As representações cognitivas multimodais que armazenam informação sobre objectos e eventos não verbais estabelecem-se em áreas corticais superiores proximamente associadas aos sistemas sensoriais primários. O seu carácter multimodal é o resultado de experiências sensoriais e motoras repetidas e variadas que criam representações corticais organizadas ou integradas sincronamente nas quais a componente de informação de qualquer modalidade (visual, auditiva, táctil, olfactiva, gustativa) pode activar uma representação holística maior.” (Paivio, 1990, p.274)

⁴ Sentimentos não-afectivos são por exemplo aqueles que veiculam uma avaliação de familiaridade, certeza, confusão, entre outros e que, embora tenham características funcionais semelhantes aos sentimentos afectivos, na medida em que são também de natureza experiencial (subjectiva e não analítica), não promovem avaliações do tipo bom/mau como aqueles (cf. Clore & Huntsinger, 2007).

sistema agencia, assim, um controlo superior e mais flexível de tomada de decisões e execução de acções, às quais os impulsos não se conseguem sobrepor. Por conseguinte, o RIM assume que, de forma geral, todos os julgamentos explícitos e decisões são gerados exclusivamente pelo sistema reflexivo, pois este selecciona as pistas contextuais, para integrá-las directamente no julgamento determinando que, após a detecção determinadas pistas específicas (e.g. traços faciais avaliados como hostis), promova a activação de respostas (esquemas comportamentais) do organismo (e.g. atribuição automática de traços negativos de personalidade).

Tendo em conta que dois dos instrumentos por nós utilizados durante o estudo empírico sobre os comportamentos de risco dos adolescentes com processos de promoção e protecção — uma tarefa experimental do tipo Go/No-Go Association Task e uma escala BIS-BAS (descritas no Capítulo V) — visam avaliar a impulsividade da tomada de decisão destes, importa aprofundar um pouco mais o sistema que lhe corresponde. Assim, quanto à forma como o sistema impulsivo responde a uma série de estímulos primários (e.g. objectos físicos ou simbólicos presentes no ambiente ou produzidos internamente e detectados sensorialmente), esta depende da activação momentânea de padrões e esquemas comportamentais criados e fortalecidos por co-activação lentamente ao longo da experiência através de aprendizagem (acessibilidade crónica). Esta acessibilidade aos conteúdos armazenados – conceptuais, afectivos ou comportamentais – varia em função dos *inputs* de natureza motivacional (e.g. “apetece-me beber uma cerveja”) sobre os dois sistemas impulsivo e reflexivo. Esta é a razão pela qual estes moderadores motivacionais — a permanência em memória de curto prazo de objectivos ou desejos — são de grande importância para os julgamentos e as decisões uma vez que influenciam a concepção e avaliação de pistas internas.

Curiosamente, um dos mais importantes moderadores dos impulsos é a própria reflexão, uma vez que o sistema reflexivo se baseia num funcionamento de memória de curto prazo — aquela que permite manter “em linha”, na consciência, os elementos situacionais relevantes. Quer dizer, as proposições ou regras por ele geradas momentaneamente ou previamente aprendidas (e.g. “se eu beber fico violento” ou “se eu me mostrar ameaçador os outros têm medo de mim”) têm de ser constantemente reactivadas e ensaiadas durante a operação, de tal modo que, posteriormente, depois de frequentemente activadas, se transformem em padrões ou esquemas comportamentais de decisão que o próprio sistema reflexivo promove activando directamente o sistema impulsivo (e.g. perante um desejo de beber, o sistema reflexivo pode activar o sistema

impulsivo para gerar a regra “se eu beber fico violento” que pode desencadear uma resposta de supressão ou de inibição).

Devemos referir ainda aqui um aspecto funcional importante do sistema impulsivo que permite perceber melhor o valor e o peso que os conteúdos gerados pelo sistema reflexivo podem adquirir enquanto moderadores na formação de juízos ou de respostas de decisão: a lenta formação de padrões ou esquemas comportamentais armazenados na memória de longo prazo não incorre no consumo de recursos atencionais com atrás foi referido, i.e., aqueles podem ser activados sem que para isso haja consciência da sua mobilização. Por tal razão, de acordo com Hofmann et al. (2009), estes processos de associação em padrões são independentes do suporte ou rejeição conscientes que o sujeito possa dar às consequências da activação dessas associações. Portanto, quando se trata de uma activação do sistema impulsivo promovida pelo sistema reflexivo (e.g. uma regra restritiva) esta pode ser ou não adequada consoante as suas implicações comportamentais sejam ou não congruentes com a situação concreta — o conjunto de estímulos ou pistas externas que constroem uma situação (Deutsch & Strack, 2010) — que desencadeou o comportamento impulsivo. Um bom exemplo pode ser o das regras geradas pelo sistema reflexivo em comportamentos de auto-restrição face à alimentação (e.g. “não posso comer hidratos de carbono”): a excessiva inflexibilidade quanto à manutenção do peso ou à ingestão de certos alimentos promovida por regras deliberadamente geradas pelo sistema reflexivo para evitar impulsos de ingestão podem resultar, por sua vez, em evitamento impulsivo desses alimentos que pode ter implicações graves na saúde.

Quanto à orientação motivacional, há que referir que o sistema impulsivo é dotado de um mecanismo de orientação motivacional global, o qual prepara o organismo a diminuir ou a aumentar a distância (aproximação/evitamento) em relação a objectos, situações ou pessoas, com base em informação ou afectos, positivos ou negativos, e a memorizar as consequências para futuro processamento de estímulos. O último moderador de impulsos a referir é a privação, no sentido que o modelo RIM postula que a privação das necessidades básicas muda directamente a reactividade do sistema impulsivo. De acordo com este modelo, tal resultado é alcançado pelo mecanismo da aprendizagem motivada, ou seja, se um comportamento conhece o sucesso pondo fim ao estado de privação, o comportamento, a condição situacional e as consequências hedónicas ficam associadas com a representação da privação: ao experienciar-se essa privação é automaticamente activado o esquema comportamental

adequado realizado anteriormente, incluindo as condições situacionais do seu funcionamento.

3. Automaticidade

Outro aspecto atrás referido de passagem mas que não pode ser descurado é a automaticidade de alguns processos mentais do sistema impulsivo, cujos critérios passam por serem implícitos, espontâneos, rápidos, eficazes e inevitáveis, o que faz com que os indivíduos muitas vezes nem sequer se apercebam que estão a tomar uma decisão (um dos elementos de avaliação na nossa tarefa experimental GNAT e que é uma componente teórica importante quer para o RIM, quer para a noção de atitude implícita é o seu carácter automático, cf. Moors, Spruyt & DeHouwer, 2010). Porém, segundo Bodenhausen & Todd (2010), existem diferentes formas da tomada automática da decisão, sendo que no que toca aos estímulos estes têm associada uma correspondência implícita com uma tendência de acção, bastando alguns tipos de pistas relacionadas com o bem-estar dos sujeitos para provocarem tomadas de decisão rápidas e automáticas; as associações aprendidas são julgamentos automáticos com bases em *affordances* de estímulos inatamente reconhecidos devido a aprendizagens prévias⁵; os hábitos, por sua vez, são uma forma automática de tomada de decisões pelo que, devido à suficiente repetição das acções, as decisões num dado domínio não precisam de recorrer ao elaborado processo serial e lento da tomada de decisão, tornando-se, por essa razão, mecanicamente eficiente; por fim, as reacções afectivas que são frequentemente rápidas, espontâneas e difíceis de controlar, o que faz com que muitas decisões sejam guiadas antecipadamente pelo despoletar de sinais emotivos espontâneos (por exemplo os adolescentes da nossa amostra que viveram situações de violência doméstica durante a execução da GNAT poderão ter reacções afectivas mais intensas e rápidas quando são confrontados com imagens associadas a violência, devido à avaliação emocional que essas imagens e palavras suscitam para os mesmos).

Como já foi anteriormente referido, os pensamentos e os comportamentos automáticos são aqueles que ocorrem sem que haja orientação ou acompanhamento consciente e usam uma baixa percentagem de atenção, são, portanto, processos rápidos e que não têm necessidade de recorrer a processos reflexivos como de verificar se uma dada regra de comportamento social está ou não a ser cumprida numa dada situação

⁵ Uma *affordance* — termo devido a J.J. Gibson (1986) — corresponde à significância funcional percebida de características ambientais ligadas a propriedades do ambiente tomadas em relação a um indivíduo (Mace & Heft, 2010).

nova (Wheatley & Wegner, 2001). No entanto, dentro dos pensamentos e comportamentos automáticos existem também duas modalidades distintas: a automaticidade inconsciente e a automaticidade consciente. Segundo Wheatley & Wegner (2001), a automaticidade inconsciente engloba os processos automáticos que não necessitam de nenhuma iniciação forçada e que operam independentemente do controlo consciente. Os processos referentes a este tipo de automaticidade podem ser desencadeados por estímulos dos quais não estamos conscientes, como é o caso da muitos dos nossos comportamentos sociais (e.g. estereótipos). Já a automaticidade consciente refere-se a comportamentos que de tanto serem repetidos deixam de ter necessidade de serem pensados antes e durante esse mesmo comportamento. Mais concretamente, a aquisição de capacidades começa de uma forma elaborada e com uma aprendizagem consciente; após a sua prática consistente e frequente, o comportamento vai-se tornando cada vez mais automático e inconsciente. Assim que a acção é aprendida, o comportamento torna-se automático (e.g. condução automática) e deixa de necessitar de um acompanhamento consciente e constante (podendo a qualquer momento ser reactivada num regime consciente), sendo esta a automaticidade que nos permite deixar de pensar nos detalhes da acção, controlando-a apenas a partir de um nível superior.

4. Auto-controlo e impulsividade

Posto isto, há ainda que referir que os indivíduos são diferentes ao nível do auto-controlo e da impulsividade, devido às diferenças intrínsecas individuais, genética, capacidade cognitiva, aprendizagens ao longo da vida e das necessidades. Para além destas fontes de variação inter-individuais, estes dois sistemas seguem características de funcionamento diferenciado. Por exemplo, certas condições e disposições podem mudar o grau de activação, favorecendo um sistema em relação ao outro. Por conseguinte, dependendo das circunstâncias, o comportamento das pessoas pode ser previsível a partir dos precursores reflexivos (normas de retenção ou avaliações deliberadas) ou pelos precursores impulsivos (reacções afectivas e automáticas em direcção à fonte de tentação ou tendências de abordagem ou evasão) (Strack *et al.*, 2009).⁶

⁶ Note-se que perante poucos recursos de auto-regulação, o peso dos processos impulsivos aumenta e a influência relativa dos processos reflexivos diminui, que os precursores impulsivos crescem com condições de depleção do ego, carga cognitiva, pressão de tempo, intoxicação alcoólica, perigo de mortalidade, baixa capacidade de memória ou baixo auto-controlo (Strack *et al.*, 2009).

Por fim, com base em algumas das hipóteses já abordadas e através da realização de diversos estudos e investigações (Vohs & Heatherton, 2000), foram delineadas algumas teorias sobre as consequências comportamentais do esforço de auto-controlo e do esgotamento de recursos. Primeiramente é essencial mencionar que a auto-regulação está envolvida numa multiplicidade de tarefas em operação de forma simultânea. Consequentemente, por vezes, pode falhar, trazendo consequências tanto para o indivíduo como para a sociedade. Tal facto pode ser explicado pelo facto desta ser governada por um reservatório limitado de recursos, os quais permitem aos indivíduos controlar os seus impulsos e desejos. Como estes são limitados, podem esgotar-se ou fatigar-se pelas excessivas exigências diárias de auto-regulação (como um músculo) (Vohs & Heatherton, 2000). Mais ainda, como as capacidades de auto-regulação são globais, o esforço activo requerido para controlar o comportamento num determinado domínio leva à diminuição da capacidade para o organismo se auto-regular noutros domínios, o que poderá culminar num fracasso total da auto-regulação (Vohs & Heatherton, 2000). Um bom exemplo é o de uma pessoa que durante grande parte do dia participou numa reunião em que esteve permanentemente alerta para evitar entrar em conflito com um colega suprimindo sistematicamente, com sucesso, respostas impulsivas de agressividade (e.g. insulto, insinuação). Após ter terminado a reunião, chegada a um bar com outros colegas, apesar da sua completa adesão à dieta que proíbe hidratos de carbono, pediu imediatamente uma nata e um refrigerante. Neste caso, o êxito de inibição de respostas parece ter esgotado os seus recursos de controlo de respostas revelando o seu colapso noutro domínio comportamental da sua vida.

5. *Fuzzy Trace Theory* — Teoria do Traço Fluído

Segundo Oliveira & Pais (2010), a Teoria do Traço Fluído surge como tentativa de explicação de um fenómeno de desenvolvimento aparentemente paradoxal. Apesar do desenvolvimento do sistema analítico, cognitivo e deliberativo ocorrer numa aparente relação linear com a idade, a sua eficácia acaba por favorecer, após a puberdade, um padrão de avaliação sócio afectiva quase reflexa, orientada para o imediato e seguindo um curso impulsivo e/ou de procura de sensações, em direcção aos riscos percebidos. Daí a metáfora de que um adolescente é como um Ferrari com um condutor inexperiente atrás do volante (Gardner & Steinberg, 2005), ou seja, do ponto de vista cognitivo o poder de discernimento, cálculo, planeamento, etc. é muito sofisticado, ficando contudo ao serviço de um sistema de avaliação sócio afectiva

vincadamente hedonista e enviesada por preferências em relação a benefícios imediatos com miopia face a consequências negativas ou riscos. Isto em contraste com o estado em que, depois de atingido o zénite de influência na percepção, juízo e decisão face aos riscos, o sistema experiencial/afectivo não cessa de modular e favorecer o carácter deliberativo do sistema analítico na direcção de uma crescente prudência — a aversão ao risco.

Antes de se passar à explicação formulada pela Teoria do Traço Fluído para os comportamentos de risco na adolescência, importa abordar, de uma forma breve, os princípios pelos quais a mesma se rege. Segundo esta Teoria, a informação processada é codificada, em paralelo, com precisões específicas a diversos níveis — ao nível dos detalhes mais básicos (*verbatim*) e ao nível da representação sumária do significado essencial (*gist*), ou outras representações de níveis intermédios, formando deste modo uma hierarquia de representações. Mais ainda, estes tipos de representação — *verbatim* e *gist* — não são apenas diferentemente codificados. Eles revelam-se independentes no armazenamento (aprendizagem) e na recuperação mnésicas. Assim, com o passar do tempo, há uma preferência pelo processamento fluído, pois constata-se um aumento progressivo de confiança depositada em representações mais simples e sumárias ao longo do desenvolvimento, fruto da acumulação da experiência, passando-se, então, a tomar decisões com base em representações simples, vagas e imprecisas com conotações ou avaliações associadas de cariz afectivo (e.g. desconfiança). Isto porque estas representações sumárias permitem o armazenamento de conhecimento categorial que pode ser automaticamente recuperado no confronto com pistas presentes no contexto de escolha ou decisão (do mesmo modo preconizado pelo modelo RIM, ver acima). Deste modo, efectua-se avaliações rápidas, com concentração de informação emocional, grau de activação, sentimentos e emoções discretas associadas a acontecimentos, recolhida ao longo da experiência e determinante para escolhas adequadas (ex: medo relativamente à violência).

Assim, ao longo do desenvolvimento há uma tendência de evolução de um processamento de informação altamente detalhado (*verbatim*), o qual atinge o seu auge por volta dos catorze/dezasseis anos. Por aqui se vê que a já referida integração dos dois modos de processamento (experiencial e analítico) típica da idade adulta poderá explicar a dificuldade de troca eficiente entre tipos de processamento e excessiva confiança preferencial pelos detalhes na adolescência. Este processamento de informação vai dando lugar a um processo mais intuitivo, feito de representações

sumárias essenciais, e mais fluído, o que parece caracterizar o processamento de informação decisional típica do adulto, não conforme, aliás, com o ideal racional de *homo economicus* (ver Rivers, Reyna & Mills, 2008).

Por conseguinte, em oposição ao perfil funcional que a tradição reservou para o adolescente, em que os comportamentos de risco seriam fruto de sentimentos de invulnerabilidade e de reduzida capacidade analítica para avaliar as consequências das acções (irracionalidade), a Teoria do Traço Fluído propõe que a evolução para um crescente processamento por representação sumária de significado de uma situação (*gist*) é simultânea com a redução significativa da assunção de riscos (Oliveira & Pais, 2010). Esta justificação com base na aprendizagem a partir da experiência — pela repetição de contacto com estímulos ou situações com oportunidade de avaliação afectiva relativamente a riscos e benefícios — redonda num processo de avaliação intuitiva/afectiva que se aproxima de uma forma essencialmente prudencial da avaliação dos riscos (Oliveira & Pais, 2010). A confiança excessiva nas capacidades analíticas e de controlo executivo (memória, atenção, raciocínio), favorecendo um funcionamento baseado no detalhe preciso e específico da informação, leva a admitir que, no caso do adolescente, há uma avaliação socioemocionalmente imatura dos riscos, com focalização nas recompensas e na facilidade maior ou menor de as alcançar, despromovendo, ou mesmo não prestando atenção aos riscos.

Pelo que já foi demonstrado por esta Teoria (Reyna, 1995; Rivers *et al.*, 2008), a tendência para os adolescentes correrem mais riscos advém do funcionamento em registo *verbatim*, consistente com a descrição normativa da maximização da utilidade esperada, em detrimento do uso da avaliação afectiva qualitativa, conducente à aversão ao risco típica da idade adulta.

Resumidamente, o trajecto comportamental da tomada de decisão, que se inicia na adolescência, faz com que as pessoas ao longo do desenvolvimento vão abandonando o uso de procedimentos quantitativos, analíticos e deliberativos, em favor de representações mais simplificadas e qualitativas da informação, representações estas adquiridas através da aprendizagem, a qual permite a formação de um reservatório de conhecimentos que fornece indicadores positivos ou negativos associados a imagens mentais — um repositório de imagens classificadas afectivamente (ou *affective pool*, ver Slovic *et al.*, 2002) que podem ser alvo de avaliação através da GNAT) e registadas ao longo da vivência de situações.

6. Espaço de intervenção em que se justifica o recurso à GNAT, BAS-BIS e Questionário do Risco

Ante os referenciais teóricos expostos e o objectivo colunar da presente Tese — avaliação dos comportamentos de risco nos adolescentes com processos de promoção e protecção, para que seja possível a construção de dispositivos de apoio à decisão para os técnicos — os instrumentos de avaliação que nos parecem melhor coadjuvar com estes são o Questionário do Risco, Escala BIS-BAS e Go/No-Go Association Task, os quais serão devidamente descritos no terceiro ponto (Instrumentos) da Capítulo V — Estudo Empírico.

Relativamente à escolha destes instrumentos, o Questionário do Risco visa avaliar a percepção do risco, avaliar o grau de adesão das suas percepções do risco à realidade, permitindo obter indicação sobre os sentimentos de vulnerabilidade e impulsividade desta faixa etária. Assim, através deste instrumento é possível conjecturar sobre a razão pela qual os jovens correm riscos mesmo quando têm boa percepção sobre a prevalência ou possibilidade do mesmo. Por sua vez, com recurso à Escala BIS-BAS, avaliar-se-á o carácter mais ou menos impulsivo do comportamento com base em recompensas e punições, averiguando-se se os adolescentes utilizam pistas internas ou externas, como avaliam essas pistas e como reagem (sensibilidade) a estas avaliações. No que concerne à Go/No-Go Association Task, esta pretende medir o grau de associação implícita das atitudes com determinadas pistas por meio da mensuração do grau discriminação automática dessas pistas em contraste com pistas distractoras para contextos específicos de risco (violência, sexualidade, consumo de substâncias).

No recurso conjunto a estas ferramentas vislumbramos a possibilidade de compreender o papel da impulsividade nos comportamentos de risco destes adolescentes (BIS-BAS), o modo como é feita a atribuição de “risco” a este tipo de comportamentos, averiguar a calibração da percepção do risco com a realidade (Questionário do Risco) e a forma de associação existente entre os elementos positivos e negativos (ou pistas) às atitudes inerentes face a comportamentos de risco (GNAT).

CAPÍTULO IV

ÁRVORES DE DECISÃO

De acordo com Webb (2002), o Serviço Social depende diariamente do risco, do incerto e do inesperado e as suas decisões estão sempre contaminadas pelas complexidades inerentes aos interesses organizacionais, políticos e económicos, não se podendo deixar guiar por modelos idealísticos e desfasados das necessidades da vida profissional prática. Deste modo, com o avançar do tempo, os profissionais têm sido forçados a desenvolver novos sistemas de responsabilização que se baseiem em técnicas e métodos especializados e em conhecimento científico, tomando como ponto de partida a ideia clássica da optimização racional e, como objectivo, encontrar um equilíbrio entre a realidade da tomada de decisões e um meio de melhorar a qualidade dessa tomada de decisões (Hudson, 2009).

Neste sentido, a emergência da prática baseada na evidência (PBE) — *evidence-based practice*, em inglês — assumiu algum destaque, dado ser adequada a uma sociedade de risco, implementando novos sistemas que contribuem para uma reformulação radical da prática do Serviço Social e que envolve uma profícua correlação da experiência profissional com a melhor evidência externa avaliável. Mais especificamente, o modelo da PBE é um processo longitudinal de aprendizagem que acarreta um contínuo levantamento de questões específicas de aplicação prática, pesquisa objectiva e eficiente e, não menos importante, a escolha apropriada de acção guiada pela evidência (Hudson, 2009). Este modelo assume que a análise da decisão é pertinente, sendo seu grande objectivo ultrapassar os problemas que integram as decisões. Assim, a análise da decisão é utilizada como uma técnica estatística, contribuindo para resolver os conflitos que surgem, substituindo a dependência de estudos clínicos controlados pela abordagem experimental e constituindo, por essa via, uma forma de pensar estruturada sobre como deve ser realizada a acção (Webb, 2002). Além desta funcionalidade, a PBE permite ainda a construção de modelos, representações lógicas e matemáticas das relações entre os itens da situação decisora, estimando as possíveis implicações de cada curso da acção. A partir daí é possível operar a partir de diversas metodologias, nomeadamente estabelecer protocolos de tomada de decisão e implementar os algoritmos; disso são exemplo as árvores de decisão (Webb, 2002).

No que toca à ferramenta da árvore de decisão, esta prioriza os elementos resultantes da avaliação (individual, grupal, etc.) em função da sua importância e da frequência de ocorrência, favorecendo o seguimento de linhas de investigação através da divisão em subgrupos de tópicos de resolução de problemas similares, providenciando um formalismo eficaz para a representação compreensível da tomada de decisão com base em classificadores precisos, o que a torna extremamente atractiva em contextos de diagnósticos de intervenção (Quinlan, 1990). A árvore de decisão caracteriza-se por ser um sistema *top-down* que apresenta uma estrutura recursiva, i.e., que por iteração das suas operações pode alimentar o curso da acção no sentido ascendente (*feedback*) ou descendente (*feedforward*) o que permite implementar uma classificação de regras de operação. Por exemplo, se um dado sujeito apresenta uma disposição elevada/reduzida para actuar impulsivamente face a situações previamente vividas em grupo (pressão dos pares) proceder a uma intervenção a nível grupal/individual, sendo esta operação classificada de acordo com o binómio grupal/individual.

A operação geral de uma árvore de decisão baseia-se numa estratégia do tipo *dividir-e-conquistar*, na qual se divide em fracções ou sub-conjuntos cada vez mais pequenos um conjunto de objectos/problemas, em sintonia com o crescimento da árvore (ramificação) até que seja alcançado um nível de análise que suporte uma solução directa do problema (Quinlan, 1990). Por exemplo, depois de avaliado o funcionamento geral do sujeito (mais ou menos impulsivo ou deliberado) relativamente à variável “pressão dos pares”, poder-se-á proceder a uma avaliação mais fina (e.g., GNAT): apurar em que medida esse funcionamento ocorre por associação aprendida face a determinados objectos ou pistas concretas classificando-o em forte ou ligeiramente associado para, em conformidade com o resultado, proceder a uma reformulação do protocolo de intervenção integrando a informação dos diversos ramos da árvore previamente apurados (impulsividade/deliberação, forte/fraca influência dos pares), para construir uma solução mais adaptada ao caso concreto.

Portanto, no contexto da decisão, as principais vantagens do método da árvore da decisão dependem da sua clareza e concisão, uma vez que a informação é apresentada de uma forma que os decisores humanos facilmente entendem e exploram; da sua sensibilidade ao contexto, o que permite relevar diferentes atributos essenciais; e da sua flexibilidade. A sua flexibilidade e a natureza gráfica de classificação em árvore tornam-na uma opção de análise bastante atractiva (Johnson, Brown & Wells, 2002). É

neste sentido que a árvore de decisão oferece um potencial de manejo e de comunicação consideráveis. É que a sua estrutura de árvore hierárquica é das que melhor imita a decisão humana sendo relativamente fácil de interpretar (Johnson, Brown & Wells, 2002), constituindo um sistema dinâmico que promove naturalmente a actualização contínua em cada novo estudo realizado (Chorpita, Daleiden & Weisz, 2005) e o seu contributo para acumulação de dados e seu tratamento estatístico. A sua maior desvantagem, porém, prende-se com o seu formalismo, uma vez que cada teste é limitado a uma simples divisão com base num único atributo (Quinlan, 1990).

Com o PBE, as práticas de intervenção junto de crianças e jovens em risco, nomeadamente do Serviço Social, beneficiam do recurso a estes modelos práticos de decisão, uma vez que eles facilitam a compreensão de semelhanças e de diferenças entre as intervenções, orientam a sua selecção e apontam para novas intervenções e pesquisas (Chorpita, Daleiden & Weisz, 2005). Os profissionais conquistam assim um aliado para reduzir a complexidade do mundo real, através da selecção das intervenções mais adequadas a cada indivíduo, ao seu problema e contexto, filtrando apenas a informação necessária e excluindo a remanescente (Chorpita, Daleiden & Weisz, 2005). Contudo, de acordo com Quinlan (1990), é crucial não esquecer que estes modelos podem dissimular o papel do profissional ao nível do julgamento, ignorando o seu conhecimento empírico e teórico, a preocupação situacional, as capacidades metacognitivas de auto-reflexão, bem como a individualização dos serviços.

Não obstante estas limitações que devem permanecer sempre presentes na mente do utilizador como alertas para a volatilidade das avaliações de pessoas, facilmente se depreende que a nossa proposta de criação de uma árvore de decisão (cf. Anexo I) se prende com o facto de esta constituir um instrumento poderoso de apoio à tomada de decisão pela representação gráfica das alternativas disponíveis que implementa, geradas a partir de uma avaliação global inicial. Será fácil compreender que a classificação dos diversos casos individuais em categorias (ou conjuntos) de problemas — sinalizados através dos indicadores obtidos nas avaliações de risco propostas — para além de manter a identidade própria de cada caso, permite ainda a comparação destes com outros casos avaliados pelos mesmos parâmetros, contribuindo deste modo para a decisão sobre a intervenção e, simultaneamente, fornecendo dados e elementos de evidência para uma base de dados cada vez mais extensa e integrada. Por outro lado, a consideração dos diversos níveis de análise correspondentes aos resultados da função de transformação/decomposição de um caso complexo em diversas subcategorias mais

simples promove, ao mesmo tempo, a decisão costumizada para o caso com base na evidência sobre as formas de intervenção correspondentes a uma categoria de casos hierarquicamente superior. Por exemplo, o funcionamento impulsivo de um dado indivíduo relativo a comportamentos de risco (e.g., violência), avaliado na Go/No-Go Association Task, pela escala Behavioral Inhibition System — Behavioral Approach System, em entrevista (ver abaixo Capítulo V - Estudo Empírico) pode resultar num perfil de risco que, na árvore de decisão, aponta para um conjunto mais restrito de intervenções (e.g., grupal e não individual), evitando a passagem do indivíduo por protocolos de intervenção genéricos e beneficiando, apesar disso, de decisões relativas a categorias e perfis de risco mais alargadas. Logo, com a criação deste instrumento de decisão, visamos disponibilizar para os profissionais que intervêm junto destes jovens uma maneira gráfica de visualizarem as consequências de decisões actuais e futuras bem como os eventos aleatórios relacionados, permitindo-lhes a classificação de cada caso, a conceptualização e o controlo de um número significativo de problemas sujeitos a riscos. Assim, quando aqueles se deparam com algum caso novo, podem recorrer à árvore de decisão e deliberar uma estratégia de avaliação e de intervenção com base na evidência até aí recolhida por este instrumento sobre casos semelhantes a diversos níveis, do mais global ao mais particular.

CAPÍTULO V

ESTUDO EMPÍRICO

1. Contexto

O estudo empírico, agora em destaque, realizou-se com um grupo de jovens em regime de acolhimento na Fundação Assistência, Desenvolvimento e Formação Profissional (FADFP) de Miranda do Corvo, no distrito de Coimbra (ver ponto 4, respeitante à amostra, deste Capítulo).

A FADFP é uma Instituição Privada de Solidariedade Social (IPSS), sem fins lucrativos, reconhecida como de Utilidade Pública desde Setembro de 1989. Nasceu em 1987 e tem como Presidente o Dr. Jaime Adalberto Simões Ramos.

Apesar de sedeadada em Miranda do Corvo, no Centro Social e Comunitário Dr. Jaime Ramos, os seus serviços sociais e culturais alargam-se a vários concelhos do Distrito. O concelho de Miranda do Corvo, na Região Centro de Portugal, corresponde mais especificamente à região do Pinhal Interior Norte, estende-se por cinco freguesias — Lamas, Miranda, Rio de Vide, Semide e Vila Nova — e tem uma população residente de mais de 1400 habitantes. Quanto aos seus limites, confina com os concelhos de Vila Nova de Poiares, Lousã, Figueiró dos Vinhos, Penela, Condeixa-a-Nova e Coimbra. A vila de Miranda do Corvo é sede do concelho.

De acordo com os Estatutos da Fundação, um dos seus objectivos é contribuir para o desenvolvimento regional através das suas valências especializadas na prestação de serviços baseados numa lógica de inclusão e integração — valências sociais, serviços de saúde, áreas educacionais e de formação profissional, secções culturais, recreativas e desportivas — e de preservação de bens patrimoniais e culturais, nomeadamente o artesanato e a gastronomia regional.

O seu objectivo principal, porém, é contribuir para a promoção dos deficientes, doentes crónicos e inadaptados e apoiar as crianças, jovens, idosos e mulheres em situação de risco com o propósito de dar expressão ao dever da solidariedade entre pessoas, bem como o de propiciar uma completa integração do indivíduo na sociedade, com base numa filosofia de inclusão social. Neste sentido, a instituição também objectiva promover a qualidade de vida física, psíquica, económica e social de vários grupos sociais. Por conseguinte, a população-alvo desta instituição são os idosos, os deficientes, os doentes crónicos, as mulheres em situação de risco, as crianças e os jovens.

Importa também referir que a FADFP tem acima de 2.000 sócios e mais de 3.400 pessoas utilizam com regularidade os seus serviços, 250 das quais vivem em residências da instituição — Residência Geriátrica, Residência Assistida, Lar Residencial, Lar de Apoio, Centro de Acolhimento e Emergência Infantil e edifício da Unidade de Vida Apoiada. Como estas respostas sociais assentam numa perspectiva inclusiva de intervenção que valoriza o convívio intergeracional, todas as unidades referidas estão localizadas no centro comunitário, o qual ocupa um terreno com mais de 40.000 m².

Com o objectivo de integração e de combate à exclusão, criou-se um leque variado de valências de acção social, formativa e educativa. Assim, o funcionamento é assegurado por diversos departamentos responsáveis pelas respectivas áreas, assentes em quatro coordenações técnicas — Infância/Reabilitação, Formação Profissional, Idosos e Infra-estruturas e Equipamentos — articuladas e supervisionadas pelo Conselho de Administração, sendo os diversos sectores regidos por regulamentos internos, elaborados de acordo com normas estabelecidas pelos serviços oficiais competentes.

O Centro de Acolhimento e Emergência Infantil (C.A.E.I.) foi projectado, em 1994, para proporcionar uma resposta rápida e eficaz a crianças e jovens entre os três meses e os dezasseis anos, em situação de grave risco social, perspectivando o seu encaminhamento para soluções definitivas que assegurem a necessária estabilidade e segurança no seu processo de crescimento. O C.A.E.I. constitui um equipamento que proporciona um acolhimento de curta duração a crianças ou jovens, com base em medida provisória de promoção e protecção, enquanto se procede ao diagnóstico da situação e à definição do seu encaminhamento subsequente, ou com base em medida definitiva, caso tenha uma duração inferior a seis meses.

Este serviço tem uma lotação de vinte e sete vagas e a todos os seus utentes é garantida a inscrição nos estabelecimentos de ensino no concelho de Miranda do Corvo ou a frequência de cursos de aprendizagem ou de educação/formação aos jovens com mais de quinze anos, que lhes assegurem a equivalência à escolaridade obrigatória ou ao 12.º ano e a certificação profissional. É-lhes garantida ainda a inscrição nos equipamentos existentes em Miranda do Corvo.

Por sua vez, o Lar de Apoio é uma resposta social desenvolvida em equipamento, destinada a acolher crianças e jovens que, por razões de deficiência e/ou necessidades educativas especiais, necessitem de frequentar estruturas de apoio

específico situadas longe dos locais da sua residência habitual. Destina-se, ainda, a apoiar situações que, por comprovadas necessidades familiares, precisem, temporariamente, de resposta substitutiva da família. Assim o Lar de Apoio tem como objectivos proporcionar um alojamento que se aproxime, tanto quanto possível, ao de um ambiente familiar, a crianças e jovens que frequentem estruturas de apoio específico, proporcionar alojamento temporário para apoio às famílias com vista ao equilíbrio das relações familiares, criando condições facilitadoras da integração sociofamiliar e disponibilizar meios que contribuam para a sua valorização pessoal.

O funcionamento do Lar de Apoio tem em consideração que se deve proporcionar um ambiente de acolhimento que permita aos seus utentes sentirem-se “em casa”, respeitando para cada um deles um espaço pessoal, para além do espaço de partilha. Mais ainda, as crianças e os jovens são incentivados a participar nas tarefas a realizar no Lar, de forma a permitir a cada um organizar-se no sentido da sua autonomia. O seu funcionamento leva também em consideração o facto de as crianças e os jovens deverem passar os feriados, fins-de-semana e férias com as famílias, permitindo-lhes também receber visitas de amigos e colegas. Quanto aos espaços no Lar, estes devem ser organizados de forma a torná-los acessíveis a todos os utentes, com zonas de fácil utilização e com os riscos de acidentes devidamente controlados. Por último, o funcionamento do Lar de Apoio visa a programação de actividades diversificadas para os seus utentes, devendo nelas envolver a comunidade.

No que toca aos recursos humanos destes serviços, a FADFP dispõe de uma equipa comum constituída pelo pessoal de cozinha, secretariado, lavandaria, transportes, médico (semanalmente), equipa de enfermeiros (diariamente) e por uma Equipa Técnica multidisciplinar.

Tabela 1 - Recursos humanos

<i>Coordenadora da Área</i>	1 (Psicóloga)
<i>Directora Técnica</i>	1 (Socióloga)
<i>Psicólogos</i>	1
<i>Educadores Sociais</i>	1
<i>Técnicos de Serviço Social</i>	1
<i>Equipa de Apoio</i>	3 Funcionárias
	25 Voluntários

Elaboração nossa com dados fornecidos pela Direcção Técnica dos Serviços

2. Metodologia

Para a realização do presente estudo empírico, decidimos implementar uma abordagem dupla recorrendo ao método experimental e ao método psicométrico, para além da análise documental inerente ao próprio processo de acolhimento e os resultados de avaliação que no seu âmbito foram registados.

O método experimental surge aqui de algum modo em contraste com o método clínico na medida em que a tarefa por nós construída para avaliação dos sujeitos (GNAT) que mais abaixo se descreve, respeita a concepção experimental básica da procura de controlo exaustivo da variação e qualidade de variáveis independentes relevantes para o problema, de modo a estabelecer relações causais entre estas e as variáveis observadas (dependentes). É assim que, o pressuposto básico da “avaliação” de comportamentos de sujeitos proporcionada por uma tarefa experimental não decorre tanto do objectivo da classificação de co-ocorrências de sintomas ou sinais, mas de uma relação funcional entre diversos acontecimentos controlados e respostas observadas no âmbito apenas dessa variação. Contudo, para além desta adesão aos pressupostos da experimentação, associa-se à pretensão prática de usar os resultados obtidos nessa tarefa com dois objectivos ligados entre si mas separados no alcance próprio. Assim, os dados individuais tanto constituem fonte de análise e apreciação do caso individual (tipificação de funcionamento face a contextos precisos), como se prestam a análises mais generalistas que pretendem realizar uma agregação de dados que suporte uma melhor caracterização da população-alvo (atrás referida) na sua comparação com outras populações equiparáveis — por exemplo nos escalões etários considerados — mas distintas: populações imigrantes, população geral, diferentes condições sócio-económicas, etc. Não devemos esquecer aqui que a agregação e acumulação de dados nestas condições permite, ao longo do tempo, traçar as trajectórias dos indivíduos e das populações avaliadas, garantindo um conhecimento longitudinal muito raro em Portugal. Daí também que o laço prático se estenda ao método psicométrico que é habitualmente utilizado pela Psicologia, fazendo a ponte entre esta e a Estatística, uma vez que se debruça sobre a teoria e a técnica da medida psicológica englobando um conjunto de técnicas utilizadas para, de forma adequada (fiabilidade, validade, etc.) mensurar um conjunto de comportamentos.

Este método pode ser considerado um procedimento estatístico sobre o qual se baseia a construção e a validação de instrumentos de medida (tais como os

questionários, testes e avaliações da personalidade), o desenvolvimento e a afinação de medidas teóricas para essas medidas e a elaboração dos dados de investigação.

Os seus testes são aqueles cujas normas gerais utilizadas são quantitativas; os seus itens são objectivos e podem ser computados de forma independente, seguindo uma tabela, traduzindo-se o seu resultado num número ou numa medida.

3. Instrumentos

3.1. *Questionário do risco*

Toda a pesquisa sobre a decisão comportamental toma como ponto de partida a análise normativa, descrevendo a decisão de forma suficientemente precisa para identificar a escolha que um actor racional faria, de acordo com as normas procedimentais dos axiomas da teoria da decisão (Fischhoff, 2008). Este tipo de análise facilita a definição precisa de cada decisão e permite identificar os objectivos, as opções de escolha presentes para os indivíduos e os eventos que determinam as probabilidades de cada objectivo ser alcançado por cada opção. Após a conclusão das estruturas da análise normativa, os passos seguintes são a pesquisa descritiva, em que se pretende aceder às competências dos indivíduos para fazerem as suas escolhas, seguida da intervenção prescritiva, sendo seu propósito aumentar essa competência, aproximando assim o ideal normativo da realidade descritiva. Desta forma, a pesquisa ao nível da decisão comportamental providencia uma estrutura integrada que permite identificar áreas críticas nas escolhas dos jovens, aceder à sua compreensão e ajudá-los a agir melhor.

Segundo Oliveira & Pais (2010), o período da adolescência é marcado por limitações cognitivas e pela imaturidade emocional. Porém, do ponto de vista da maturação cerebral, o adolescente está dotado das estruturas necessárias ao bom raciocínio e daquelas que permitem a avaliação emocional/afectiva dos acontecimentos que experiencia; no entanto, a sua integração funcional é incipiente, o que leva a que, em situações de risco, façam uso preponderante da avaliação hedónica focalizada na recompensa imediata (social e individual) (ver acima Capítulo II).

Mais ainda, os comportamentos de risco na adolescência, como já foi debatido, são o produto da interacção entre as mudanças do sistema socioemocional e do sistema cognitivo, os quais se desenvolvem em tempos diferentes durante a adolescência com algumas implicações para o desenvolvimento cognitivo (Steinberg *et al.*, 2008). Assim, há uma sobre-estimulação no sistema socioemocional logo no início da adolescência, o

que leva à procura de recompensas, e apenas no final da adolescência é que se verifica a maturação do sistema cognitivo, sendo este processo maturescente que irá permitir um maior autocontrolo (Steinberg *et al.*, 2008). Portanto, o lapso temporal entre o pico do desenvolvimento do sistema socioemocional e a maturação do sistema de controlo cognitivo potencia um período de maior vulnerabilidade à tomada de comportamentos de risco durante a média adolescência (Steinberg *et al.*, 2008).

A aplicação de um Questionário do Risco (cf. Anexo II) desenvolvido dentro desta linha de investigação prende-se, assim, com o facto de os indivíduos em algumas áreas saberem claramente o que querem e que valores seguem mas, por outro lado, noutras, apenas apresentarem preferências e valores latentes, como é o caso dos valores de risco associados a comportamentos relevantes para os contextos e idades em consideração. Portanto, um dos métodos para validar os julgamentos dos jovens, que considere os padrões de resposta, a consistência interna da probabilidade de julgamentos e a sua relação com outros constructos, é o questionário constituído por perguntas relativas à probabilidade de ocorrência dos riscos associados com esses comportamentos.

Importa referir que esta ferramenta pretende avaliar, concretamente, a calibração da percepção do risco destes jovens, isto é, se a sua percepção dos riscos associados a determinados comportamentos está próxima, acima ou abaixo, do risco real estatisticamente medido (ver Anexo VII), pois tais dados ajudam a perceber se existe algum sentimento de invulnerabilidade/vulnerabilidade⁷ (excesso de confiança/sub-confiança) (ver Fischhoff, 1982; Griffin & Tversky, 1992) face a tais riscos o que, por sua vez, permite inferir se os sujeitos os têm ou não presentes na consciência.

3.2. BIS — BAS (*Behavioral Inhibition System — Behavioral Approach System*)

Segundo Zuckerman & Kuhlman (2000), alguns traços de personalidade, como a procura de sensações e a impulsividade, são relevantes na disposição para correr riscos. Com efeito, ainda segundo estes autores, a procura de sensações define-se pela procura de variadas, novas, complexas e intensas sensações e experiências e a vontade de correr riscos físicos, sociais, legais e financeiros em prol dessa experiência; a impulsividade,

⁷ Ao contrário do que habitualmente se supõe, os dados sobre a percepção de risco dos adolescentes suportam menos uma visão do adolescente iludido por sentimentos de invulnerabilidade face aos riscos prevalentes nos meios que habitualmente frequentam, não sendo líquido afirmar qual papel tem a percepção de risco no desencadear de comportamentos dos adolescentes (Fischhoff, Downs, & de Bruin, 1998; Fischhoff, 2008; Millstein & Halpern-Felsher, 2002; cf. Oliveira & Pais, 2010)

por sua vez, define-se pela tendência de se envolver em situações para alcançar potenciais recompensas, sem planear ou deliberar e sem considerar potenciais riscos. Por conseguinte, pessoas com alta tendência para procura de sensações e de recompensas têm mais probabilidades de correr riscos e experienciam menos ansiedade perante situações novas, sendo elevado o gradiente de aproximação e baixo o gradiente de evitamento.

É de notar desde logo que “recompensa” não é apenas o que se deseja (preferência) por associação à experiência consciente de prazer que um dado estímulo promete ou proporciona — eventos psicológicos e neurobiológicos conducentes ao prazer subjectivo (Berridge, Robinson & Aldridge, 2008). Está também, numa parte substancial, associada ao prazer objectivo quando a recompensa determina o comportamento, mesmo sem percepção consciente da sua presença. Quer uma quer outra componente da recompensa face ao carácter hedónico dos estímulos são mensuráveis, revelando-se, muitas vezes, não congruentes com a atractividade ou a aversão medidas, consoante se trate de uma avaliação subjectiva consciente ou de uma avaliação objectiva (e.g. fisiológica ou comportamental implícita, cf. Rydell & McConel, 2010) em que pode mesmo não existir experiência consciente de prazer (e.g. os toxicodependentes experimentam muitas vezes o conflito doloroso do desejo objectivo de uma nova dose com o desejo subjectivo consciente e justificado de se “limpar” evitando uma nova dose).

A BIS-BAS (cf. Anexo III) surge, neste contexto, como um instrumento psicométrico desenvolvido para medir sensibilidades disposicionais do Sistema de Inibição Comportamental (BIS) e do Sistema de Aproximação Comportamental (BAS), sendo os seus itens expressos na primeira pessoa e com respostas variantes entre 1 (discordo plenamente) e 4 (concordo plenamente) Carver (2004). Assim, este instrumento pretende avaliar o carácter impulsivo do comportamento com base em recompensas, bem como de que modo ocorre a utilização de pistas internas ou externas, a forma como são avaliadas (função da GNAT) e de que modo os indivíduos reagem a estas avaliações.

Na base deste instrumento está uma elaborada teoria que propõe que o comportamento é controlado por dois mecanismos (Carver & White, 1994; Carver, 2004): o sistema comportamental de aproximação — (BAS - *behavioral approach system*) — quando activado por estímulos associados a recompensa ou omissão/cessação de punição, é o responsável pela aproximação e pelos afectos

positivos; e o sistema comportamental de inibição — (BIS - *behavioral inhibition system*) — que, uma vez activado por estímulos condicionados, motivos aversivos ou pela percepção do perigo, inibe o comportamento, levando ao afastamento de algo desagradável, estando associado a afectos negativos e a emoções como a ansiedade, o medo, a frustração e a tristeza.

De acordo com Carver (2004), as pessoas presumivelmente variam na sensibilidade do BAS e do BIS de forma independente um do outro. Assim, perante pistas de incentivo, as pessoas com elevada sensibilidade de BAS têm afectos positivos mais transitórios e tendem a envolver-se em comportamentos de aproximação, em comparação com aquelas que revelam ter baixa sensibilidade do BAS. E, logicamente, perante pistas ameaçadoras, pessoas com elevada sensibilidade no BIS revelam ter mais ansiedade momentânea evitando mais do que aquelas com baixa sensibilidade ao BIS (ver também Carver & White, 1994).

Sendo assim, é de esperar que estes dois sistemas de controlo/orientação comportamental se reflectam na personalidade, variando de acordo com a maior ou menor sensibilidade relativamente a estímulos associados a reforços positivos (aumento de probabilidade de, na contingência de ocorrer o estímulo, a reacção ser a mesma) e a reforços negativos (diminuição de probabilidade de, na contingência de ocorrer o estímulo, a reacção ser a mesma). Por exemplo, a impulsividade está muitas vezes relacionada com maior atenção dada à recompensa do que à punição, especialmente quando esta última está inequivocamente presente (potencial conflito). As diferenças individuais poderão ser assim medidas por meio da avaliação do peso relativo que ambos os sistemas impõem na relação do indivíduo com os estímulos que lhe são presentes (recorrentes ou novos), determinando maior ou menor propensão para uma aproximação na sua direcção ou afastamento em direcção oposta. A este respeito, há que referir duas interpretações distintas que decorrem desta teoria, considerando os mecanismos concretos que Gray & McNoughton (2003) apontam como determinantes dos comportamentos de aproximação e evitamento (Zinbarg & Molhman, 1998).

Por um lado, reportando-se à base neurobiológica da ansiedade (sistema septo-hipocampal) e aos efeitos das drogas ansiolíticas, Gray & McNaughton (2003) sustentam que não parece haver interferência destas últimas na aquisição de comportamentos do tipo condicionamento pavloviano. A implicação desta verificação é a de que os traços ansiedade e impulsividade nada teriam a ver com diferenças individuais na capacidade de aquisição de novas associações afectivas condicionadas,

mas antes com elementos de natureza motivacional. Consequentemente, os comportamentos motivados de aproximação, activados por estímulos com valência positiva, são resultado de uma função positiva da impulsividade, ao passo que os comportamentos motivados de evitamento seriam consequência de uma função negativa da ansiedade face a estímulos com valência negativa. Esta proposição encerra outra consequência: a impulsividade e a ansiedade estarão relacionadas com o desempenho de respostas emocionais condicionadas — portanto, já adquiridas e parte do repertório experiencial (memória) do indivíduo — exprimindo uma função de interacção entre a força das associações adquiridas e o seu valor motivacional.

Por outro lado, as associações específicas entre estímulos e entre estes e respostas podem resultar de diferentes mecanismos cognitivos que determinam o carácter aversivo ou atractivo dos estímulos ou suas associações. Zinbarg & Molhman (1998) propõem que o traço ansiedade produza essencialmente associações de cariz aversivo, enquanto as associações de atracção resultariam de recursos mobilizados no quadro do traço impulsividade. Neste caso, a criação de novas associações entre estímulos e respostas aversivas decorre da maior velocidade de formação de expectativas determinada pelo traço ansiedade, contrariamente à maior rapidez de acesso dos elementos atractivos favorecida no esteio do traço impulsividade. As variações de resposta que se podem encontrar entre indivíduos — medidas pelas subescalas da BIS-BAS — poderão fornecer indicadores de “modos de funcionamento” que adquirem ainda maior importância quando controlados para as outras variáveis do perfil de vulnerabilidade a acontecimentos de risco típicos para as faixas etárias em questão (ver acima Questionário do Risco).

Destas considerações, podemos concluir que é de todo o interesse medir o maior ou menor pendor de inibição ou activação que o indivíduo apresenta nas respostas em relação a potenciais recompensas ou punições (dado pelas pontuações nas subescalas BIS-BAS). Contudo, adquire ainda mais peso quando cruzado com a calibração da percepção de risco face a comportamentos de risco (e.g. sexualidade/gravidez indesejada) medida pelo questionário de percepção de risco e com a força de associação implícita da atitude face a esses comportamentos, medida por meio da tarefa GNAT, relativamente a palavras e figuras concretas (pistas) com eles conectados. O estabelecimento de um padrão de funcionamento, do ponto de vista dos mecanismos de inibição e activação face a situações de recompensa/punição potenciais, suportado na medida do funcionamento motivacional e cognitivo proporcionada pela BIS-BAS,

confere um valor de comparação global entre indivíduos, ao mesmo tempo que fornece elementos idiossincráticos úteis para a customização do acolhimento e da intervenção.

3.3. GNAT — *The Go/No-Go Association Task*

A Tarefa Associativa Go/No Go (GNAT – Go/No-Go Association Task)⁸ constitui uma das diversas técnicas de medida indirecta de cognições sociais implícitas (cf. Gawronski & Payne, 2010 para uma visão global sobre cognição social implícita e suas medidas). A sua originalidade advém da sua flexibilidade, isto é, a GNAT não requer envolvimento directo de objectos complementares ou contrastantes⁹ para servirem de comparação, permitindo, assim, a sua aplicação a uma maior diversidade de contextos em que tais comparações não são sequer existentes ou pertinentes (Nosek & Banaji, 2001). A GNAT demonstra ser uma ferramenta efectiva para aceder às preferências automáticas, bem como para resolver questões persistentes que exigem medidas de atitudes individuais, enquanto se mantêm as vantagens de responder em contexto de tarefas competitivas (Nosek & Banaji, 2001). Mais ainda, este instrumento aplica-se às atitudes sociais mais diversas e revela outra grande vantagem ao detectar favoritismos e derrogações, os quais têm sido difíceis de discriminar através de outros instrumentos de medida.

Segundo Nosek & Banaji (2001), a GNAT tem por base a existência de uma atitude implícita ou de uma crença relativa a uma categoria-alvo (e.g. violência) e, partindo desse pressuposto, avalia a força de associação entre essa categoria-alvo e os pólos avaliativos de uma determinada dimensão de um atributo (bom/mau ou positivo/negativo de um objecto membro ou não-membro da categoria-alvo). A força de associação é avaliada pelo grau em que os itens pertencentes à categoria-alvo (e.g. “imagens de violência”) são discriminados de itens distractores (e.g. “imagens de comportamentos saudáveis” de “palavras com tonalidade afectiva oposta”, por exemplo “gangs”).

Assim, GNAT apresenta dois tipos de estímulos — alvos (sinal) e distractores (ruído) — por breves períodos de tempo (1 segundo). A execução requer o mesmo tipo de resposta — “go” (carregar na tecla espaço) — para itens que pertencem a instâncias de uma categoria (“consumos”, “sexualidade” e “violência”) e para atributos avaliativos

⁸ cf. Anexo IV, onde se encontram imagens da nossa tarefa experimental.

⁹ Como é o caso da *Implicit Association Task* (Greenwald, McGhee & Schwartz, 1998) que usa elementos qualificativos de categorias opostas para medir atitudes implícitas face ao género ou à etnia (e.g. estereótipos).

(“positivos” ou “negativos”) particulares, servindo ambos de sinal (Nosek & Banaji, 2001). O outro tipo de resposta — “no go” (não carregar em qualquer tecla) — é dado sempre que os itens que aparecem não pertencem à categoria-alvo nem ao atributo (ruído). Desta forma, quando os sinais são associados à categoria há “acerto”, quando os ruídos forem identificados como sinais há um “falso alarme”; quando os sinais não são associados à categoria há “omissão” e, quando os ruídos são correctamente não categorizados, há “rejeição correcta” (ver Quadro 1) (Nosek & Banaji, 2001).

Quadro 1 — Matriz de Respostas numa tarefa genérica de Detecção de Sinal

Resposta	Sinal	
	Presente	Ausente
Go (premir tecla espaço)	Acerto	Falso alarme
No Go (não premir tecla)	Omissão	Rejeição correcta

A diferença de sensibilidade (d') é uma medida do nível de discriminação conseguida por um sujeito que procede, dentro das instruções fornecidas, à detecção do sinal (i.e., presença de instâncias das categorias-alvo, e.g. “violência + presença de uma atributo positivo/negativo” congruente/incongruente com a instrução dada). Assume-se que a diferença efectivamente assinalada pelas respostas do operador entre sinal e ruído indicia a força de associação dos itens das categorias-alvo aos atributos (imagens ou palavras com valência positiva ou negativa) revelando por sua vez a atitude automática do indivíduo perante tal categoria de objectos ou conceitos.

Uma vez que esta tarefa tem limitação de tempo, o desempenho é afectado por um compromisso (*trade-off*) entre velocidade e precisão, i.e., o participante desempenha uma tarefa em que terá de procurar responder o mais correctamente possível dentro de um prazo temporal limitado (1 segundo), o que determina uma interferência maior ou menor no processamento de informação em curso para detecção da presença (ou ausência) do sinal, para depois a transformar numa resposta motora (premir uma tecla/ou não premir) de acordo com a instrução fornecida. Por exemplo, na condição GO N que corresponde à instrução Go (carregar na tecla) para imagens de violência (categoria-alvo) e palavras negativas (que se pressupõem estar fortemente associadas entre si nas atitudes implícitas dos sujeitos), o compromisso entre velocidade e precisão

deverá ser mais fácil de conseguir, obtendo-se melhor discriminação entre sinal e ruído (valores mais elevados de d' , quer dizer, diferença normalizada entre as proporções de acertos e de falsos alarmes e tempos de resposta mais baixos e um reduzido tempo de resposta). Note-se que as respostas No Go (não premir nenhuma tecla) permitem apenas calcular as “rejeições correctas” (não premir quando está apenas ruído) e as “omissões” (não premir quando há sinal) pelo que não servem para o cálculo da discriminação (d').

No caso contrário, da mesma instrução Go N para a categoria-alvo, desta feita com palavras positivas (e.g., sinal = presença de imagens de álcool, drogas e tabaco + presença de palavras positivas, ver tabela abaixo), é suposto ocorrer interferência no processamento da informação devido à fraca associação esperada entre si dos itens-sinal e itens-ruído (imagens álcool, drogas e tabaco + palavras positivas ou imagens de comportamentos saudáveis), obrigando a um maior esforço de discriminação — traduzido num maior número de falsos alarmes — com tempo de processamento superior: menor sensibilidade (d') e tempos de resposta mais elevados.

Quadro 2 — Condições experimentais da GNAT para as diferentes categorias-alvo

Condição	Sinal			Ruído		
	Categorias alvo + Palavras			Categorias alvo + Palavras		
GO N	Imagens ADT	Imagens SEX	Imagens VIO	Comport.º saudável	Comport.º saudável	Comport.º saudável
	+ palavras (-)	+ palavras (-)	+ palavras (-)	+ palavras (+)	+ palavras (+)	+ palavras (+)
GO P	Comport.º saudável	Comport.º saudável	Comport.º saudável	Imagens ADT	Imagens SEX	Imagens VIO
	+ palavras (+)	+ palavras (+)	+ palavras (+)	+ palavras (-)	+ palavras (-)	+ palavras (-)

Há a considerar ainda a instrução Go para a categoria-alvo ou condição GO P em que o sinal = imagens de comportamentos de risco + palavras positivas. Neste caso, o d' traduz o grau de discriminação do sinal relativamente ao ruído constituído por imagens de comportamentos saudáveis + palavras negativas.

Assim, as medidas (variáveis dependentes) de relevo d' e tr fornecidas por esta tarefa são obtidas: a primeira pela diferença normalizada (em valores z)¹⁰ entre

¹⁰ De acordo com o paradigma da Teoria de Detecção de Sinal (TDS) (Green & Swets, 1988) em que se inspira a GNAT (Nosek & Banaji, 2001), é possível medir a discriminação que um operador (por exemplo um controlador aéreo que opera um radar num aeroporto) faz entre sinal (a presença de um avião

proporção de acertos e proporção de falsos alarmes, ou seja, diferença ocorrida em eventos GO N para “categorias-alvo + palavras negativas” e GO P para “categorias-alvo + palavras positivas”; e a segunda, pela medida em milissegundos do tempo que decorreu entre a apresentação do estímulo e o início da resposta em ambas as condições. É de referir que as duas medidas assim obtidas deverão ter um sentido congruente, i.e., à maior discriminação deverá corresponder um menor tempo de resposta.

Finalmente, estas medidas de interesse podem ser comparadas entre as condições GO N e GO P, pretendendo captar a força de associação das atitudes implícitas (porque automáticas) face a comportamentos de risco e a comportamentos saudáveis. Espera-se que esta diferença medida em d' e tr corresponda a efeitos estatisticamente significativos por si mesmo e medidos em termos de d de Cohen (Cohen, 1988)¹¹. A força de associação das atitudes implícitas traduz-se numa diferença significativa dos parâmetros nas duas condições (GO N – GO P). Assim, no caso do d' , a diferença GO N – GO P deverá ser positiva já que deverá existir maior discriminação para as situações de sinal “comportamentos de risco + palavras negativas” do que para as situações “comportamentos de risco + palavras positivas”. No caso dos tr , a diferença GO N – GO P deverá ser negativa já que se esperam tr 's mais reduzidos em GO N do que em GO P.

Por conseguinte, a opção por esta tarefa experimental prende-se com o facto de esta poder medir a força da associação entre um conceito e os pólos afectivos de um atributo de dimensão: quanto mais precisa e rápida é a avaliação dos objectos associados ao comportamento de risco, maior é a força de associação da sua atitude face a esses objectos, ocorrendo o contrário quando a avaliação é menos precisa e mais lenta.

numa dada rota) e ruído (outros objectos distractores ou irrelevantes para a prossecução da tarefa). Tipicamente, as tarefas de Detecção de Sinal são tarefas de escolha binária (2 opções possíveis e mutuamente exclusivas e forçadas) e começaram precisamente por eleger estímulos físicos (visuais ou sonoros) que, feitos variar em intensidade de algum atributo e apresentados numa determinada distribuição estatística sobre um *background* de ruído (e.g. 50-50 ou 65-35), permitiriam avaliar da sensibilidade ou discriminação que sobre eles os sujeitos faziam. Contudo, hoje têm uma aplicação muito lata que vai do diagnóstico médico à previsão do clima atmosférico, passando pela peritagem forense.

¹¹ O d de Cohen corresponde a valores convencionais de magnitude do efeito de uma distância estatisticamente significativa — aferida num teste t de Student — entre médias amostrais (e.g., tempo de resposta) em termos do seu desvio-padrão comum. Os valores são: fraco=0,2; moderado=0,6 e grande=1,2. Outros valores são possíveis (e.g. muito grande=2,0) ver <http://sportsci.org/resource/stats/effectmag.html> (cf. McGraw & Wong, 1992).

4. Amostra

Antes de passarmos à descrição sociodemográfica da amostra, há que referir que se trata de uma amostra de conveniência que não pretende esgotar nem servir de representação fiel das populações que poderão ser alvo de intervenções preconizadas neste trabalho a partir de dos dados que mais adiante se apresentam. Será, assim, utilizada com os objectivos de aferir que elementos devem ser tidos em conta para 1) a criação de perfis de vulnerabilidade dos adolescentes relativos a comportamentos de risco particulares (violência, consumo e sexo), 2) a implementação piloto da tarefa GNAT, criada especificamente para este trabalho, e 3) ilustração do tipo de resultados/conclusões obtidas aquando da aplicação conjunta destas três ferramentas, destinadas a ser integradas em árvores de decisão que ajudam o técnico a decidir sobre o encaminhamentos a realizar para o/a jovem. Não se pode esperar, portanto, que se tirem conclusões verdadeiramente legítimas sobre o grupo ou sobre cada indivíduo em particular. Muito menos permitem traçar perfis de personalidade.

Como já foi anteriormente referido procedeu-se à aplicação, com a devida autorização por parte do Conselho de Administração (cf. Anexo V), dos instrumentos de avaliação a um conjunto de jovens acolhidos no Centro de Acolhimento e Emergência Infantil e no Lar de Apoio da Fundação Assistência, Desenvolvimento e Formação Profissional de Miranda do Corvo, tendo a cada um sido aplicada a medida de promoção e protecção de acolhimento institucional.

Os adolescentes participantes ($n = 10$) estão igualmente distribuídos ao nível do género (50% do sexo masculino e 50% do sexo feminino), e a sua maioria é natural do distrito de Coimbra (60%). Esta amostra (cf. Anexo VI – dados estatísticos sobre a amostra) apresenta uma amplitude de idades representativa do período da adolescência (dos 12 aos 17 anos de idade), tendo todos os participantes entre 12 a 20 anos de idade, sendo a média destas de 15,4 anos. Quanto à sua escolaridade, a maioria dos indivíduos frequenta o ensino básico — 2º ciclo (30%) e 3º ciclo (30%) — e os restantes frequentam o ensino secundário (40%).

No que diz respeito ao acolhimento, esta amostra contempla jovens que estão institucionalizados entre 1 a 2 anos (70%), estando apenas 20% há mais de 2 anos e 10% há menos de 1 ano; praticamente todos (60%) foram acolhidos durante a adolescência. Por fim, relativamente à problemática dominante/situação de risco que despoletou a retirada da criança/jovem do seu seio familiar, levando ao seu acolhimento, importa referir que todos os sujeitos têm mais de uma problemática associada aos

motivos do seu acolhimento, daí que se apresentem mais situações de risco que sujeitos. No entanto as problemáticas com maior representação são a violência doméstica e os maus-tratos físicos (18,5%), seguindo-se os maus-tratos psicológicos ou emocionais (14,8%), carência socioeconómica (14,8%) e a exposição a modelos desviantes (14,8%). O alcoolismo dos progenitores (11,1%), a ausência de suporte familiar (7,4%) e a negligência (7,4%) também são situações de risco com alguma relevância dentro desta amostra.

5. Procedimentos e análise dos resultados

Antes de se passar à descrição dos procedimentos relativos aos instrumentos utilizados, há que referir que os três instrumentos foram aplicados a todos os participantes e sempre na presença do experimentador, o qual assistia os participantes quando lhes surgia alguma dúvida, ou quando por manifesta dificuldade de desempenho eficiente na tarefa (e.g., reler um item de uma escala, reformular as instruções de uma tarefa), com óbvia excepção da tarefa GNAT por implicar resposta motora (go/no-go) com limitação temporal. Relativamente à ordem de submissão às tarefas, esta foi contrabalanceada de modo a eliminar eventuais efeitos de ordem.

5.1. BIS—BAS

5.1.1. Procedimento

A A avaliação dos sistemas Behavioral Inhibition System (BIS) e Behavioral Activation System (BAS) é feita através de um conjunto de cinco subescalas (com um total de vinte itens), na forma de um questionário de auto-relato (cf. Anexo III). O BIS é medido por sete itens numa só subescala, e o BAS em treze itens distribuídos por três subescalas distintas: BAS_RW (reactividade à recompensa, com cinco itens), BAS_Drive (motivação relativa à recompensa, com quatro itens) e a BAS_Fun (busca de divertimento, com quatro itens) (ver Anexo). Os participantes têm de responder a cada uma das questões que se apresentam reunidas nas subescalas na seguinte ordem: BIS, BAS_RW, BAS_Drive e BAS_Fun e a resposta é dada por meio de uma escala de pontuação com quatro valores — 1 (concordo fortemente), 2 (concordo moderadamente), 3 (discordo moderadamente) e 4 (discordo fortemente) —, podendo responder com apenas um valor a cada item. Quando os participantes apresentavam alguma dificuldade de leitura ou compreensão, foi-lhes dada ajuda lendo ou explicando o sentido das palavras, evitando qualquer indicação de juízo a fazer sobre os itens.

5.1.2. *Análise dos resultados*

Segundo o que foi mencionado previamente (ver ponto 3.2, da Capítulo V — Estudo Empírico), a teoria BIS-BAS considera que existem dois sistemas motivacionais subjacentes ao comportamento humano, em que o sistema BAS é o responsável por regular motivos apetecíveis, para os quais o objectivo é a aproximação de algo desejável, ao passo que o BIS é o sistema que regula os motivos aversivos, ou seja, para os quais o objectivo é o afastamento de algo desagradável (Carver & White, 1994). A Escala BIS-BAS, aqui utilizada, foi por isso desenvolvida para aceder às diferenças individuais ao nível da sensibilidade destes sistemas.

Relativamente à cotação das respostas obtidas com esta escala, apenas dois itens (itens 5 e 7, ambos na subescala BIS) são cotados na ordem directa, i.e., quanto maior o valor (por ex. 4) maior a pontuação. Todos os outros terão a sua ordem invertida. As pontuações obtidas, por comparação ao quadro que segue, indicam-nos qual a sensibilidade dos sujeitos ao Sistema BIS e ao Sistema BAS.

Quadro 3 — Cotações para a Escala BIS-BAS

<i>Subescala</i>	<i>Pontuação</i>		
	Baixa	Média	Elevada
BIS	7-16	17-23	24-28
BAS_RW	5-15	16-18	19-20
BAS_Drive	4-8	9-13	14-16
BAS_Fun	4-9	10-14	15-16

Assim, quanto maior o valor total obtido numa subescala, maior o peso que esta tem. Por exemplo, na subescala BIS, um baixo valor total corresponde à discordância sistemática do sujeito face a situações de carácter inibitório, reflectindo desse modo a sua propensão para desvalorizar (ou revelar menor sensibilidade a) elementos punitivos potencialmente inibitórios. Quanto maior for a pontuação global de uma subescala, maior o seu peso relativo.

Os indivíduos presumivelmente variam na sensibilidade do BAS e (independentemente) na sensibilidade do BIS, podendo os resultados obtidos para o sistema BIS e para o sistema BAS ser comparados a nível individual, de género e idade, permitindo estabelecer padrões de diferenças individuais em sensibilidade face à recompensa e punição, ou seja, perfis genéricos de activação e inibição.

Posto isto, passar-se-á à análise individual dos resultados, BIS e BAS, apresentados pelos participantes (ver abaixo quadro dos resultados individuais):

Quadro 4 — Cotações por participante nas subescalas BIS-BAS

	<i>BIS</i>	<i>BAS_RW</i>	<i>BAS_DRIVE</i>	<i>BAS_FUN</i>
BR_18	15 baixa	16 média	15 elevada	10 média
JP_18	19 média	10 baixa	9 média	4 baixa
MAR_20	21 média	19 elevada	13 média	16 elevada
RF_17	21 média	16 média	10 média	14 média
CR_15	17 média	12 baixa	10 média	12 média
LAU_12	17 média	13 baixa	9 média	13 média
AR_13	16 baixa	16 média	9 média	11 média
NZ_12	23 média	18 média	13 média	14 média
JO_12	19 média	19 elevada	10 média	13 média
NIA_17	20 média	17 média	13 média	14 média
<i>Média</i>	18,8	9,4	8,9	8

Descrição individual dos participantes com base nas cotações na BIS/BAS:

- BR_18 — Este jovem não é sensível à punição e/ou à presença de pistas inibitórias (baixo valor na BIS); é moderadamente sensível às recompensas, revelando expectativas moderadas em relação ao prazer que irá retirar dessas mesmas recompensas (médio-baixo valor na BAS_RW); empenha-se intensamente e compromete-se com aquilo de que gosta e lhe dá prazer/ânimo (valor elevado na BAS_DRIVE); procura moderadamente sensações e prazeres sensoriais (valor médio-baixo na BAS_FUN);
- JP_18 — Este jovem é moderadamente sensível à punição e/ou à presença de pistas inibitórias, descurando as críticas e as repreensões (valor médio-baixo na BIS); é pouco sensível às recompensas, tendo baixas expectativas em relação ao prazer que irá retirar dessas mesmas recompensas (baixo valor na BAS_RW); não se empenha nem se compromete com aquilo de que gosta e lhe dá prazer/ânimo (médio-baixo valor na BAS_DRIVE); não procura de todo sensações nem prazeres sensoriais (valor mínimo na BAS_FUN);

- Mar_20 — Esta jovem é moderadamente sensível à punição e/ou à presença de pistas inibitórias, principalmente se estas advêm de outra pessoa (valor médio-elevado na BIS); é muito sensível às recompensas, revelando expectativas elevadas em relação ao prazer que irá retirar dessas mesmas recompensas (elevado valor na BAS_RW), empenha-se e compromete-se moderadamente com aquilo de que gosta e lhe dá prazer/ânimo (valor médio-elevado na BAS_DRIVE); procura intensamente sensações e prazeres sensoriais (valor máximo na BAS_FUN);
- RF_17 — Este jovem é bastante sensível à punição e/ou à presença de pistas inibitórias, principalmente com a possibilidade de vir a cometer erros (valor médio-elevado na BIS); é moderadamente sensível às recompensas, revelando expectativas moderadas em relação ao prazer que irá retirar dessas mesmas recompensas (valor médio-baixo na BAS_RW); empenha-se e compromete-se moderadamente com aquilo de que gosta e lhe dá prazer/ânimo (valor médio na BAS_DRIVE); procura bastante sensações e prazeres sensoriais (valor médio-elevado na BAS_FUN);
- CR_15 — Este jovem é moderadamente sensível à punição e/ou à presença de pistas inibitórias (valor médio-baixo na BIS); é pouco sensível às recompensas, mostrando expectativas baixas em relação ao prazer que irá retirar dessas mesmas recompensas (baixo valor na BAS_RW); empenha-se e compromete-se moderadamente com aquilo de que gosta e lhe dá prazer/ânimo (valor médio na BAS_DRIVE); procura moderadamente sensações e prazeres sensoriais (valor médio na BAS_FUN);
- LAU_12 — Esta jovem é moderadamente sensível à punição e/ou à presença de pistas inibitórias, principalmente se estas advêm de outros ou de fracos desempenhos dela própria (médio-baixo valor na BIS); é pouco sensível às recompensas, mostrando expectativas baixas em relação ao prazer que irá retirar dessas mesmas recompensas (baixo valor na BAS_RW); empenha-se insuficientemente e compromete-se pouco com aquilo de que gosta e lhe dá prazer/ânimo (médio-baixo valor na BAS_DRIVE); procura moderadamente sensações e prazeres sensoriais, apesar de não o fazer de forma impulsiva (valor médio na BAS_FUN);
- AR_13 — Este jovem não é sensível à punição e/ou à presença de pistas inibitórias, descurando as críticas e as repreensões (baixo-elevado valor na BIS);

- é moderadamente sensível às recompensas, revelando expectativas moderadas em relação ao prazer que irá retirar dessas mesmas recompensas (médio-baixo valor na BAS_RW); empenha-se moderadamente e compromete-se com aquilo de que gosta e lhe dá prazer/ânimo (médio-baixo valor na BAS_DRIVE); procura moderadamente sensações e prazeres sensoriais (valor médio na BAS_FUN);
- NZ_12 — Esta jovem é bastante sensível à punição e/ou à presença de pistas inibitórias, principalmente se estas advêm de outras pessoas (médio-elevado valor na BIS); é bastante sensível às recompensas, revelando expectativas moderadas em relação ao prazer que irá retirar dessas mesmas recompensas (médio-elevado valor na BAS_RW); empenha-se bastante e compromete-se com aquilo de que gosta e lhe dá prazer/ânimo (médio-elevado valor na BAS_DRIVE); procura bastante por sensações e prazeres sensoriais (valor médio-elevado na BAS_FUN);¹²
 - JO_12 — Esta jovem é moderadamente sensível à punição e/ou à presença de pistas inibitórias, apesar de descurar as críticas e as repreensões, os sentimentos de medo e apresentando expectativas elevadas em relação ao prazer que irá retirar dessas mesmas recompensas, chegando a ser impulsiva para as alcançar (valor elevado na BAS_RW); empenha-se e compromete-se moderadamente com aquilo de que gosta e lhe dá prazer/ânimo (valor médio na BAS_DRIVE); procura com moderação sensações e prazeres sensoriais (valor médio na BAS_FUN);
 - NIA_17 — Esta jovem é moderadamente sensível à punição e/ou à presença de pistas inibitórias, apesar de descurar as críticas e as repreensões, os sentimentos de medo e nervosismos (valor médio na BIS), é bastante sensível às recompensas, mostrando expectativas moderadas em relação ao prazer que irá retirar dessas mesmas recompensas (médio-elevado valor na BAS_RW); empenha-se e compromete-se bastante com aquilo de que gosta e lhe dá prazer/ânimo (médio-elevado valor na BAS_DRIVE); procura bastante por sensações e prazeres sensoriais, chegando a ser impulsiva para se divertir e sentir novas sensações (valor médio-elevado na BAS_FUN).

¹² Note-se que esta jovem tem valores médios-elevados tanto para a escala BIS como para todas as subescalas BAS, o que significa que estes sistemas geram frequentemente conflitos internos.

Quadro 5 — Cotações por participante/género nas subescalas BIS-BAS

		<i>BIS</i>	<i>BAS_RW</i>	<i>BAS_DRIVE</i>	<i>BAS_FUN</i>
<i>Masculino</i>	BR_18	15 Baixa	16 Média	15 Elevada	10 Média
	JP_18	19 Média	10 Baixa	9 Média	4 Baixa
	RF_17	21 Média	16 Média	10 Média	14 Média
	CR_15	17 Média	12 Baixa	10 Média	12 Média
	AR_13	16 Baixa	16 Média	9 Média	11 Média
<i>Feminino</i>	MAR_20	21 Média	19 Elevada	13 Média	16 Elevada
	LAU_12	17 Média	13 Baixa	9 Média	13 Média
	NZ_12	23 Média	18 Média	13 Média	14 Média
	JO_12	19 Média	19 Elevada	10 Média	13 Média
	NIA_17	20 Média	17 Média	13 Média	14 Média

Quadro 6 — Cotações por participante/faixa etária nas sub-escalas BIS-BAS

		<i>BIS</i>	<i>BAS_RW</i>	<i>BAS_DRIV E</i>	<i>BAS_FU N</i>
<i>12-14 anos</i>	LAU_12	17 Média	13 Baixa	9 Média	13 Média
	NZ_12	23 Média	18 Média	13 Média	14 Média
	JO_12	19 Média	19 Elevada	10 Média	13 Média
	AR_13	16 Baixa	16 Média	9 Média	11 Média
<i>15-17 anos</i>	CR_15	17 Média	12 Baixa	10 Média	12 Média
	RF_17	21 Média	16 Média	10 Média	14 Média
	NIA_17	20 Média	17 Média	13 Média	14 Média
<i>18-20 anos</i>	BR_18	15 Baixa	16 Média	15 Elevada	10 Média
	JP_18	19 Média	10 Baixa	9 Média	4 Baixa
	MAR_20	21 Média	19 Elevada	13 Média	16 Elevada

5.2. Questionário do risco

5.2.1. Procedimento

Como foi atrás referido (ver ponto 3.1. do Capítulo V – Estudo Empírico), os comportamentos de risco na adolescência são o produto da interacção entre as mudanças do sistema sócio-emocional e do sistema cognitivo, e como estes sistemas se desenvolvem em momentos diferentes durante a adolescência. Neste intervalo de tempo os adolescentes atravessam um período em que o julgamento revela imaturidade e se tornam mais vulneráveis aos riscos (Steinberg *et al.*, 2008). No sentido de apurar quão desfasados estão os sujeitos dos riscos reais — por excesso ou por defeito foi construído um Questionário de percepção de riscos relativos a comportamentos críticos, típicos da adolescência (cf. Anexo II).

Apresentou-se aos participantes um questionário composto de nove perguntas do tipo “De 0 a 10 qual te parece ser a possibilidade de tu...” (e.g. “seres pai/mãe até aos 20 anos?”), tendo os participantes apenas de escrever a sua estimativa numérica à frente de cada uma das perguntas. O racional deste questionário é simples: determinar, face a um conjunto de comportamentos de risco (de saúde, segurança, estudos, etc.), de que modo as estimações/expectativas dos participantes se encontram em linha ou calibradas com os dados objectivos registados em estatísticas actualizadas a fim de se compreender a “distância” que a sua percepção de cada risco em apreço apresenta face à vulnerabilidade objectiva em que, pela inscrição socioeconómica, demográfica, habilitações e género, se encontra. Deve referir-se que sobrestimações (desvios por excesso) podem corresponder a um quadro que, do ponto de vista individual, pode ser reflexo de uma auto-percepção de vulnerabilidade excessiva, e as subestimações o reflexo de uma auto-percepção de invulnerabilidade ou bazófia. Em ambos os casos, falta de informação ou distorção da informação poderão estar na origem da não calibração. A falta de informação (ou o seu excesso) sugere que a fonte de distorção está provavelmente associada à forte componente de influência dos pares, característica do período da pré-adolescência e da adolescência.

5.2.2. Análise dos resultados

Para se proceder à análise das respostas dadas pelos jovens aos *questionário do risco*, foi necessário fazer-se um levantamento de dados e de estatísticas nacionais sobre aspectos da vida e comportamentos relevantes na adolescência.

De acordo com os resultados obtidos (cf. Quadro 7) com a aplicação do *questionário do risco* e com a comparação dos mesmos com as estatísticas reais em Portugal (cf. Anexo VII - estudo das estatísticas nacionais), pode-se verificar que, de uma forma geral, os jovens subestimam o risco: fazem dele uma avaliação adequada, situando-se a sua percepção do risco abaixo do seu nível real. Temos como exemplo o facto de a maioria dos jovens desta amostra nem sequer considerar a hipótese de engravidar/engravidar alguém, nem de ser preso (justa ou injustamente) num futuro próximo, ao passo que, pelo que as estatísticas demonstram, existe uma substancial possibilidade de tal acontecer.

Quadro 7 — Cotações por participante no Questionário do risco

	Q1	Q2	Q3	Q4	Q5	Q6	Q7	Q8	Q9	Percepção do Risco
BR_18	10	10	7	2	2	1	1	5	4	Sobrestima o risco
JP_18	9	9	9	0	0	0	0	0	0	Subestima o risco
MAR_20	10	10	7	0	0	10	0	0	0	Subestima o risco
RF_17	10	3	5	5	5	5	0	5	5	Sobrestima o risco
CR_15	10	9	0	0	0	0	0	5	5	Subestima o risco
LAU_12	10	10	0	0	0	0	0	0	0	Subestima o risco
AR_13	10	10	0	0	0	0	0	0	5	Subestima o risco
NZ_12	10	10	0	0	0	0	0	0	5	Subestima o risco
JO_12	10	10	0	0	0	0	0	0	5	Subestima o risco
NIA_17	6	0	0	0	0	0	0	0	0	Subestima o risco
<i>Estatísticas</i>	9,72	3,9	0,19	0,16	0,34	0,01	0,01	0,0005	0,0005	Risco subestimado

Mais ainda, estes resultados apontam de algum modo o que já acima foi referido: os jovens, por vezes, correm certos riscos e comprometem-se com comportamentos de risco por fazerem esta avaliação incorrecta da realidade, uma vez que agem por impulsos e sem accionar qualquer mecanismo de inibição, acabando por avançar sempre com a convicção de que nada lhes irá acontecer. Uma vez mais, a natureza e o tamanho da amostra não permitem retirar conclusões dos resultados, ilustrando, precisamente a necessidade de aplicação alargada a outras populações e eventual desenvolvimento do questionário para outros riscos associados a comportamentos específicos (e.g., saúde, educação, segurança).

5.3. Go/No-Go Association Task

5.3.1. Procedimentos

A tarefa Go/No-Go, realizada num computador portátil, implementada com um *software* de gestão experimental (SuperLab 4.07), serve para medir a força da associação entre uma determinada categoria-alvo (e.g. comportamento violento) e a valência afectiva predominante (neste caso negativa). As duas condições experimentais que

constrangem a realização da tarefa (premir/não premir) num prazo temporal muito limitado suscitando um funcionamento automático, permitem a medida da inibição que apresentam os participantes quando são instruídos para não responder a alguns estímulos (instrução No-Go) suprimindo a resposta de pressão sobre a tecla espaço; e o grau de activação que a associação da categoria-alvo e da palavra com valência (positiva ou negativa) promovem, quando são instados a premir a tecla “espaço” pelas instruções.

Mais concretamente, nesta tarefa é pedido aos participantes para associarem a valência de algumas palavras a certas categorias de comportamentos de risco — consumos (de álcool, drogas e tabaco), sexualidade (precoce, gravidez na adolescências e doenças sexualmente transmissíveis) e violência (física e psicológica), de acordo com o referido no ponto 3.3. da Capítulo V – Estudo Empírico. Assim, os participantes vão sendo

confrontados com um conjunto de imagens de comportamentos de risco, com um conjunto de imagens de comportamentos saudáveis, com um conjunto de palavras positivas e com um conjunto de palavras negativas, surgindo essas imagens e palavras no monitor do computador, uma de cada vez, de forma rápida (1000ms) e sequencial (cf. Anexo IV).

Para cada bloco da experiência são sempre dadas na parte superior do ecrã duas categorias de informação — tipo de comportamento (canto superior esquerdo) e valência da instrução (canto superior direito) —, para que o jovem possa identificar se a palavra ou imagem apresentada pertence a alguma dessas categorias. Caso pertença, o jovem é instruído a carregar o mais rápido possível na tecla espaço; caso contrário, não

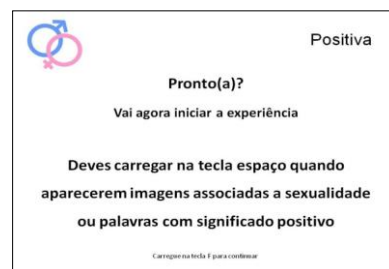


Figura 4 – Exemplo de uma instrução positiva



Figura 5 - Exemplo de uma instrução negativa

deve fazer nada. Por exemplo, quando a instrução é positiva e a categoria dos comportamentos é a sexualidade, o jovem deve carregar na tecla espaço ao aparecerem imagens associadas a sexualidade ou palavras com significado positivo (ver Figura 4), e quando a instrução é negativa e a categoria dos comportamentos é a violência, o jovem deve carregar na tecla espaço quando aparecerem imagens associadas a violência ou palavras com significado negativo (ver Figura 5).

A estrutura/composição da experiência GNAT engloba três categorias distintas de comportamentos de risco: consumos, sexualidade e violência. Assim, as imagens-alvo da experiência são sempre as imagens referentes a cada um destes tipos de comportamentos de risco e as imagens distractoras são associadas a comportamentos saudáveis, tais como fazer exercício físico, ouvir música, jogar com amigos, cantar, ler, fazer um piquenique, etc. A experiência tem, para cada categoria, dez imagens de comportamentos saudáveis e dez imagens de comportamentos de risco, o que perfaz um total de sessenta imagens em toda a experiência. Relativamente às palavras, a GNAT possui, também para cada categoria, dez palavras de valência positiva e dez palavras de valência negativa, o que perfaz um total de sessenta palavras em toda a experiência. Por último, importa referir que para cada categoria há um bloco de noventa e seis ensaios, sendo metade (quarenta e oito) com instrução positiva e as outras quarenta e oito com instrução negativa. Dentro de cada uma destas quarenta e oito, as primeiras oito são, como se referirá, de treino, e as restantes quarenta, de avaliação.

Antes de se iniciar a experiência, os participantes realizam um treino com seis ensaios (só com palavras) com instrução positiva e outros seis com instrução negativa, a fim de que se possam familiarizar com a tarefa (memorizar) praticando alguns exemplos das palavras e das imagens. De modo a evitar o enviesamento provocado pela ordem de apresentação das categorias, o treino é feito com ensaios exemplares da categoria de comportamentos que irá aparecer em último lugar. Procedeu-se para além disso, ao contrabalanceamento da ordem de apresentação das três categorias-alvo de comportamento (blocos), reduzindo desse modo eventuais efeitos de ordem (*carry-over effects*). Também a ordem dos ensaios foi aleatorizada dentro de cada bloco para cada participante.

Em cada categoria realizam-se oito treinos para instrução positiva e quarenta ensaios de avaliação com instrução positiva + oito treinos para instrução negativa e quarenta ensaios de avaliação com instrução negativa.

No final de cada ensaio é sempre dado feedback do resultado (resposta correcta ou incorrecta, por meio de um sinal de “visto” ou “cruz”, respectivamente): quando os sinais são associados à categoria há “acerto”, quando os ruídos forem identificados como sinais há um “falso alarme”, quando os sinais não são associados à categoria há “omissão” e quando os ruídos são correctamente não associados há “rejeição correcta”.

No que toca à análise dos resultados obtidos com a aplicação da GNAT, o d' é calculado pela diferença entre a proporção de “acertos” e a proporção de “falsos alarmes”. Quando o d' é igual ou inferior a 0, tais resultados indicam que os indivíduos não são capazes de discriminar os sinais dos ruídos ou então não estavam a realizar/perceber a tarefa correctamente. O cálculo do d' decorre do pressuposto de existir uma distribuição estatística normal quer do ruído quer do sinal ao longo da experiência. Em consonância com esse pressuposto e o da função cumulativa de probabilidade de “acertos” e “falsos alarmes”, remete para a diferença entre os valores normalizados da proporção dos “acertos” e os valores normalizados da proporção de “falsos alarmes” relativamente ao total de respostas sob a condição Go (aquela permite registar uma resposta) (Green & Swets, 1988).

5.3.2. Análise dos resultados

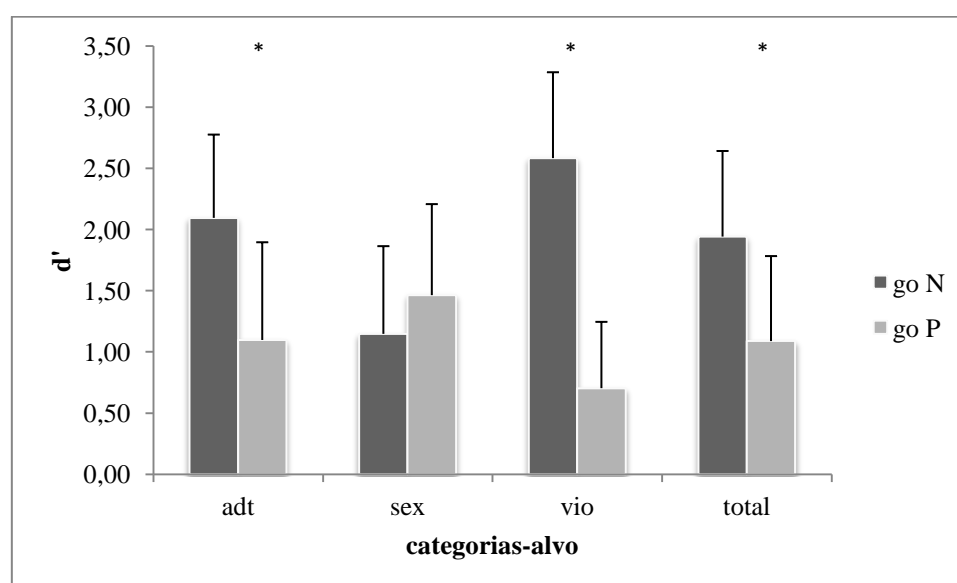
O Quadro 8 apresenta um sumário dos resultados obtidos pelos participantes na GNAT. Dele se pode inferir que, à excepção da categoria-alvo “sexo”, as diferenças de capacidade de discriminação entre comportamentos de consumo de substâncias e comportamentos violentos, por um lado, e comportamentos saudáveis (distractores) é maior em condição de associação daqueles com palavras negativas do que na condição de associação com palavras positivas. Este padrão está também presente no caso dos tempos de resposta (Quadro 9), sendo que, neste caso, os valores na condição Go N são inferiores (i.e., os participantes são mais rápidos a responder bem) quando se trata de associação entre comportamentos de consumo e comportamentos violentos com palavras negativas.

Quadro 8 — Média e desvio padrão (entre parênteses) de d' discriminação entre sinal e ruído nas condições de instrução para as três categorias-alvo da Tarefa GNAT

CATEGORIA-ALVO	CONDIÇÃO	
	GO N	GO P
ADT	2,10 (0,68)	1,10 (0,80)
SEX	1,15 (0,72)	1,46 (0,74)
VIO	2,59 (0,70)	0,70 (0,54)
Total	1,94 (0,70)	1,09 (0,69)

Procedeu-se à comparação das médias das duas medidas d' e tr nas duas condições GO N e GO P para cada categoria-alvo, tendo-se aferido a sua significância estatística. Os dados dos testes t de Student de comparação de médias emparelhadas de d' (para um $\alpha = 0,05$) comprovam existir diferenças estatisticamente significativas entre “GO N” e “GO P” apenas para as categorias-alvo “ADT” e VIO” (ver Gráfico 1): assim, para ADT, obteve-se um $t_9 = 4,121$, $p = 0,003$ e para VIO, um $t_9 = 6,654$, $p < 0,0001$. A comparação global entre condições independentemente da categoria-alvo rendeu um $t_9 = 7,504$, com $p = 0,026$.

Gráfico 1 — Média e desvio padrão (barras) de d' nas condições GO N e GO P para as três categorias-alvo (diferenças significativas marcadas com *)

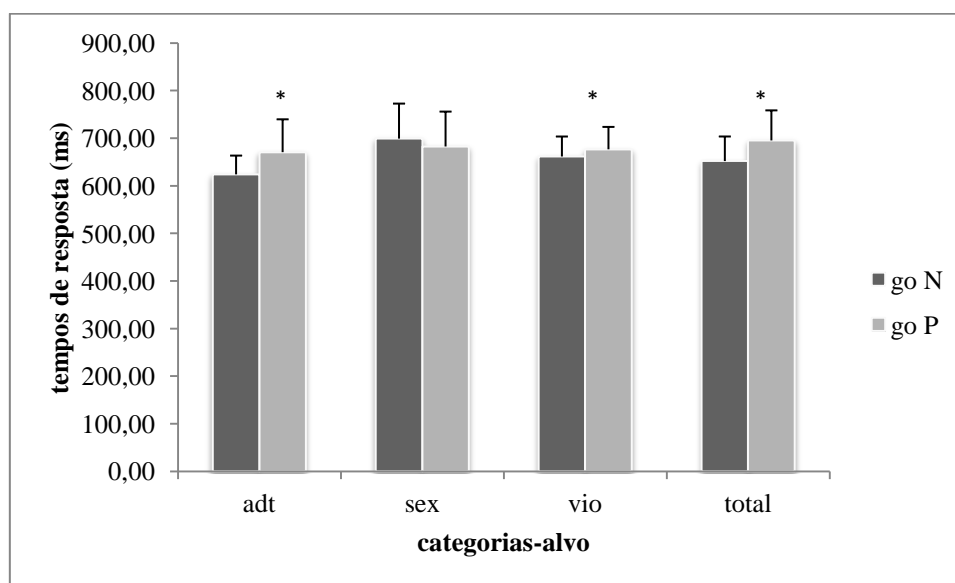


Quadro 9 — Média e desvio padrão (entre parênteses) de tempos de resposta (em milissegundos) nas condições de instrução para as três categorias-alvo da Tarefa GNAT

CATEGORIA-ALVO	CONDIÇÃO	
	GO N	GO P
ADT	624,01 (39,47)	670,66 (69,08)
SEX	699,14 (73,58)	682,63 (73,32)
VIO	661,58 (41,99)	676,64 (47,08)
total	651,92 (51,68)	695,34 (63,16)

Quanto às comparações de médias entre tempos de resposta para as duas condições por categoria-alvo, foi encontrada a mesma tendência — diferenças significativas apenas para as categorias-alvo ADT e VIO tal como testemunham os valores dos testes de *t* de Student realizados (ver Gráfico 2): ADT com um $t_9 = -2,384$, $p = 0,041$ e VIO, com $t_9 = -4,651$, com $p = 0,001$. (Ver comparação global).

Gráfico 2 — Média e desvio padrão (barras) de tempos de resposta (ms) nas condições GO N e GO P para as três categorias-alvo (diferenças significativas marcadas com *)



Uma vez que o sentido das diferenças significativas obtidas em ambos os parâmetros *d'* e *tr* é congruente, procedeu-se ao cálculo do *d* de Cohen (1988) que

permite estabelecer uma medida da *magnitude do efeito* de modo a perceber-se se estas diferenças se traduzem em grandes, moderados ou pequenos efeitos. Assim, para d' nas duas condições ADT e VIO os d de Cohen foram 1,30 e 2,35, respectivamente, que de acordo com Cohen (1988), correspondem a elevadas magnitudes de efeitos. Para a comparação global entre condições GO N e GO P, independentemente das categorias-alvo, o d de Cohen é de 2,36, configurando, na mesma lógica, uma magnitude do efeito muito elevada.

Para tr nas duas categorias ADT e VIO, os d de Cohen foram -0,75 e -1,49, respectivamente, e no caso da comparação global entre GO N e GO P, o valor de d foi de -0,84. Ainda que abaixo dos valores dos efeitos obtidos para d' , as magnitudes dos efeitos obtidos nos tr não deixam de ser também elevadas.

De modo a obtermos comparações entre as três categorias-alvo das médias dos dois parâmetros d' e tr , com o intuito de percebermos o impacto dos conteúdos concretos associados nas atitudes implícitas face a comportamentos de risco, procedemos a uma ANOVA com medidas repetidas para o desenho condição x categoria-alvo (2x3) para cada uma das medidas em separado.

Os resultados para d' revelam existir diferenças estatisticamente significativas apenas no efeito principal Condição (GO N, GO P) e para a interacção Condição x Categoria, tal como atestam os testes $F(1,9) = 53,307$, com $p < 0,0001$ para Condição e $F(2,18) = 23,391$, com $p < 0,0001$ (para um $\alpha = 0,05$), respectivamente.

Os resultados para os tr apresentam o mesmo padrão de diferenças. Com significância estatística (para um $\alpha = 0,05$), apenas se regista a do efeito principal da Condição e da interacção Condição x Categoria-alvo: $F(1;9) = 7,1$, $p = 0,026$ e $F(1,366; 12,290) = 9,631$, com $p = 0,006$ (Greenhouse-Geisser), respectivamente.

5.4. Discussão dos resultados

Os resultados apontam para que, de acordo com o racional que sustenta a GNAT, exista uma forte associação da associação entre a atitude implícita face a consumos (ADT)/comportamentos violentos (VIO) e a sua valência negativa, tal como foi instanciada nos elementos figurativos (imagens) e discursivos (palavras) negativos apresentados. Isto significa que estas categorias-alvo, que sabemos serem importantes e presentes nas vidas dos adolescentes em geral e destes, em particular, têm uma conotação negativa para os sujeitos que, na presença de atributos com valência positiva (distractores) conduzem a uma interferência forte, assinaladas pelo aumento

significativo de falsos alarmes (d 's menores) e pela lentificação do processamento de informação (maiores rt 's). Este funcionamento sugere que os participantes na GNAT possuem uma atitude negativa face a estes comportamentos que se exprime pela avaliação negativa automática dos mesmos representados pelas imagens e palavras (da categorias-alvo). Apenas no caso da Sexualidade os resultados são inconclusivos e ambíguos. Devemos apontar para a eventual dificuldade do tema tal como ele foi proposto, quer por imagens quer por palavras (e.g. “desprotecção”). Não devemos por de parte também a questão da diversidade de idades que, face a este tópico, pode constituir fonte de diferenças muito significativas quer a nível da informação possuída pelos sujeitos que da avaliação que cada um faz da matéria em apreço.

No entanto, em termos gerais, esta tarefa parece fornecer dados importantes sobre o grau de associação das atitudes implícitas/automáticas relativamente aos temas em consideração e as pistas externas apresentadas (imagens-alvo/palavras negativas). Nomeadamente que, ao contrário do que habitualmente se pensa sobre a avaliação que os adolescentes fazem destes comportamentos como sendo distinta da avaliação feita pelos adultos (i.e., não têm noção do carácter negativo das suas consequências), aqueles, não só parecem sintonizados com a regra geral de considerar perigosos e negativos tais comportamentos, como revelam dar atenção suficiente a pistas distractoras (positivas) que provocam uma interferência no processamento. Esse é, precisamente, um elemento informativo do funcionamento dos sujeitos que pode ser da máxima utilidade na construção dos perfis de risco, considerando que, o conflito no processamento é uma importante oportunidade de intervenção e treino do controlo daquilo que, no enquadramento teórico do RIM (ver Capítulo III), se pode considerar o sistema reflexivo e as possíveis interacções que este pode manter com o sistema impulsivo.

5.5. Discussão global dos resultados

Apesar de se terem obtido resultados estatisticamente significativos, não é possível generalizá-los pelo reduzido poder estatístico que decorre do tamanho da amostra. Também não se verificou a existência de correlações com significância para as medidas obtidas a partir dos três instrumentos escolhidos.

Porém, estes resultados permitem claramente conceber de que modo se podem a criar perfis de risco e indiciar pistas para intervenção (cf. Quadro 10 e Capítulo VI — Pistas para a Intervenção). Estes poder-se-ão implementar-se no futuro com a agregação

de um maior número de participantes, procurando assim robustecer o seu papel diagnóstico e determinar um grau de avaliação geral do sucesso de intervenções baseadas nesta evidência. Será possível empreender, num enquadramento de medida e análise de perfis generalizado, o estudo longitudinal dos sujeitos ao longo da vida, promovendo e aperfeiçoando a elaboração de uma árvore de decisão sustentada na evidência relativa a sujeitos individuais e a diferenças individuais, criando e aplicando protocolos de intervenção com linhas de orientação avaliadas pela maior adequação aos casos individuais e aos grupos de características diagnósticas genéricas avaliadas por meio dos instrumentos apresentados mas integrando também a informação obtida por meio de outros recursos mais habituais no trabalho dos Técnicos de Serviço Social, como mais adiante sugerimos (ver Considerações Finais).

Quadro 10 — Perfis face aos riscos e pistas para a intervenção

JOVEM	PERFIL FACE AOS RISCOS	PISTAS DE INTERVENÇÃO
BR_18	<p>Quem mais sobrestima o risco (em todas as áreas faz calibrações acima da média); Insensível à punição e/ou à presença de pistas inibitórias (BIS baixo); Empenha-se e compromete-se intensamente com aquilo de que gosta e lhe dá prazer/ânimo (BAS_DRIVE elevada); Boa discriminação (d's acima da média, tanto para as instruções positivas como para as instruções negativas), sendo dos que melhor discriminam os riscos associados à violência (GO_N_vio mais baixo + go_N_viot_d' mais elevado) e dos que melhor discriminam o adt (go_N_adt_d' mais elevado).</p>	<p>Forte trabalho ao nível da percepção do risco e das pistas inibitórias; Desenvolvimento pessoal e social (desenvolver habilidade pessoais e sociais); Aquisição de valores (respeito, prudência, responsabilidade); Auto-estima (sentimentos de segurança e confiança, auto-conhecimento, identidade, autonomia, promover a auto-realização e a auto-educação); Resiliência (favorecer vivências, desenvolver interesses e potencialidades, promover a reflexão e o autocontrolo); Capacidade para participar (promover a inserção plena na sociedade, promoção do raciocínio sociomoral, interiorização de regras sociais).</p> <ul style="list-style-type: none"> ○ Debates sobre situações-problema ○ Apresentação de casos reais — recurso a mediadores de significado ○ <i>Role-playing</i> ○ Dramatização ○ Visionamento de filmes ○ Escrita de um diário pessoal ○ Manipulação da saliência de pistas positivas e negativas ○ Treino de resolução de problemas ○ Treino auto-instrucional ○ Apoio na construção do projecto de vida
JP_18	<p>Subestima o risco, especialmente os riscos associados à sexualidade, detenção e morte; Insensível às críticas e repreensões; Pouco sensível às recompensas com baixas expectativas de prazer que venha a retirar dessas mesmas recompensas (BAS_RW baixo); Não se compromete nem se empenha; Não procura de todo sensações nem prazeres sensoriais (BAS_FUN mínimo); Discrimina abaixo da média, principalmente ao nível da categoria da violência (nem sequer consegue discriminar go_P_vio_d'); Apresenta traços de impulsividade - GOPrt abaixo da média + GOPd também abaixo da média.</p>	<p>Trabalho ao nível da percepção do risco, discriminação dos comportamentos de risco, punições e valorização das críticas e repreensões (potenciais factores de risco); Necessidade de encontrar algo que o jovem goste, com que se comprometa e empenhe a fazer; Trabalho ao nível da impulsividade; Desenvolvimento pessoal e social (desenvolver habilidades pessoais e sociais); Aquisição de valores (respeito, paciência, constância, prudência, civismo, confiança, tolerância); Auto-estima (sentimentos de segurança e confiança, auto-conhecimento, identidade, auto-afirmação, autonomia, promover a auto-realização e a auto-educação); Resiliência (favorecer vivências, desenvolver interesses e potencialidades, criar oportunidades de participação e contribuição significativa); Capacidade para participar (ensinar estratégias de resolução de conflitos,</p>

		<p>promover a inserção plena na sociedade, competências de negociação, promoção do raciocínio sociomoral, interiorização de regras sociais).</p> <ul style="list-style-type: none"> ○ Debates sobre situações-problema ○ Formação/sensibilização para temáticas específicas (sexualidade, consumos, violência, abandono escolar, saúde, ...) ○ Apresentação de casos reais – recurso a mediadores de significado ○ <i>Role-playing</i> ○ Modelagem ○ Instruções verbais ○ Dramatização ○ Visionamento de filmes ○ Escrita de um diário pessoal ○ Manipulação da saliência de pistas positivas e negativas ○ Treino de resolução de problemas ○ Apoio na construção do projecto de vida
MAR_20	<p>Subestima o risco, especialmente os riscos associados à sexualidade, detenção e morte; Apresenta valores elevados tanto para o sistema BIS como para o sistema BAS; Muito sensível às recompensas, mostrando expectativas elevadas em relação ao prazer que irá retirar dessas (BAS_RW elevado); Procura intensamente sensações e prazeres sensoriais (BAS_FUN máximo); Quem melhor discrimina, especialmente a categoria da sexualidade e da violência.</p>	<p>Trabalho ao nível da calibração do risco, do valor das recompensas e da procura de sensações (potenciais factores de risco); Desenvolvimento pessoal e social (desenvolver habilidade pessoais e sociais); Aquisição de valores (paciência, constância, prudência, responsabilidade); Promover autoconhecimento; Auto-estima (identidade, auto-afirmação, autonomia, promover a auto-realização e a auto-educação); Resiliência (desenvolver interesses e potencialidades, promover a reflexão e o autocontrolo); Capacidade para participar (promover a inserção plena na sociedade, promoção do raciocínio sociomoral); Preparação para a saída.</p> <ul style="list-style-type: none"> ○ Debates sobre situações-problema ○ Apresentação de casos reais — recurso a mediadores de significado ○ <i>Role-playing</i> ○ Manipulação da saliência de pistas positivas e negativas ○ Apoio na construção do projecto de vida
RF_17	<p>Sobrestima bastante o risco e praticamente em todas as áreas; É bastante sensível à punição, à presença de pistas inibitórias e à possibilidade de vir a cometer erros (BIS elevada); Empenha-se e compromete-se moderadamente com aquilo de que gosta e lhe dá prazer; Procura bastante por sensações e prazeres sensoriais; Os rt para as 3 categorias são praticamente todos abaixo da média; Discrimina mal a categoria dos consumos (go_N_ad_t_d' go_P_ad_t_d' bastante abaixo da média); Faz boa discriminação das categorias sexualidade e violência, quando a instrução é positiva (go_P_sex_d' e go_P_vio_d' são um pouco acima da média).</p>	<p>Trabalho ao nível da percepção do risco, da discriminação dos comportamentos relacionados com consumos; Comunicação (verbalizar sentimentos, emoções); Relacionamento interpessoal; Significado das emoções; Desenvolvimento pessoal e social (desenvolver habilidade pessoais e sociais); Aquisição de valores (respeito, paciência, constância, prudência, civismo, responsabilidade); Auto-estima (sentimentos de segurança e confiança, auto-conhecimento, identidade, auto-afirmação, sentimento de pertença, sentimento de competência, autonomia, promover a auto-realização e a auto-educação); Resiliência (favorecer vivências, promover a reflexão e o auto-controlo, criar oportunidades de participação e contribuição significativa); Capacidade para participar (ensinar estratégias de resolução de conflitos, promover a inserção plena na sociedade, competências de negociação, promoção do raciocínio sociomoral).</p> <ul style="list-style-type: none"> ○ Debates sobre situações-problema ○ Formação/sensibilização para temáticas específicas (consumos) ○ Apresentação de casos reais — recurso a mediadores de significado ○ Criação de pequenas histórias ○ <i>Role-playing</i> ○ Modelagem ○ Instruções verbais ○ Dramatização ○ Visionamento de filmes ○ Escrita de um diário pessoal ○ Manipulação da saliência de pistas positivas e negativas ○ Apoio na construção do projecto de vida
CR_15	<p>Subestima os riscos associados à sexualidade e detenção, mas sobrestima o risco ao nível da morte;</p>	<p>Trabalho ao nível da percepção dos riscos associados à sexualidade e detenção e da discriminação dos comportamentos relacionados com a</p>

	<p>Pouco sensível às recompensas e tem expectativas baixas em relação ao prazer que irá retirar dessas recompensas (BAS_RW baixo); Discrimina mal a categoria da sexualidade (go_N_sex_d' go_P_sex_d' muito abaixo da média); Faz pouca discriminação na categoria violência e consumos quando a instrução é negativa, havendo alguma impulsividade nestas respostas, mas consegue fazer alguma discriminação quando a instrução é positiva.</p>	<p>sexualidade, consumos e violência; Desenvolvimento pessoal e social (desenvolver habilidade pessoais e sociais); Aquisição de valores (paciência, prudência, confiança); Auto-estima (sentimentos de segurança e confiança, auto-conhecimento, identidade, sentimento de competência, autonomia, promover a auto-realização e a auto-educação); Resiliência (favorecer vivências, desenvolver interesses e potencialidades); Capacidade para participar (ensinar estratégias de resolução de conflitos, promover a inserção plena na sociedade, competências de negociação, promoção do raciocínio sociomoral).</p> <ul style="list-style-type: none"> ○ Debates sobre situações-problema ○ Formação/sensibilização para temáticas específicas (sexualidade, consumos, violência, abandono escolar, saúde, ...) ○ Apresentação de casos reais — recurso a mediadores de significado ○ <i>Role-playing</i> ○ Modelagem ○ Instruções verbais ○ Visionamento de filmes ○ Escrita de um diário pessoal ○ Manipulação da saliência de pistas positivas e negativas ○ Apoio na construção do projecto de vida ○ Treino de resolução de problemas
LAU_12	<p>Subestima o risco em todas as áreas do questionário; É sensível às repreensões e a fracos desempenhos pessoais; Pouco sensível às recompensas e tem baixas expectativas em relação ao prazer que irá retirar destas; Compromete-se e empenha-se pouco (BAS_RW baixo); Boa discriminação nas categorias dos consumos e da violência; Ótima discriminação das 3 categorias aquando da instrução negativa e boa discriminação das 3 categorias aquando da instrução positiva; Não demonstra ser impulsiva (GONrt e GOPrt acima da média).</p>	<p>Trabalho ao nível da percepção do risco; Necessidade de encontrar algo de que a jovem goste, com que se comprometa e se empenhe a fazer; Comunicação (verbalizar sentimentos e emoções); Desenvolvimento pessoal e social (desenvolver habilidade pessoais e sociais); Aquisição de valores (constância, prudência, responsabilidade, confiança); Auto-estima (sentimentos de segurança e confiança, auto-conhecimento, identidade, auto-afirmação, sentimento de pertença, sentimento de competência, autonomia, promover a auto-realização e a auto-educação); Resiliência (favorecer vivências, desenvolver interesses e potencialidades, criar oportunidades de participação e contribuição significativa); Capacidade para participar (promover a inserção plena na sociedade, promoção do raciocínio sociomoral).</p> <ul style="list-style-type: none"> ○ Debates sobre situações-problema ○ Formação/sensibilização para temáticas específicas (sexualidade, consumos, violência, abandono escolar, saúde, ...) ○ Criação de pequenas histórias ○ <i>Role-playing</i> ○ Modelagem ○ Visionamento de filmes ○ Trabalhos de expressão plástica (posters, telas, etc...) ○ Escrita de um diário pessoal
AR_13	<p>Quem mais subestima o risco; Não é sensível à punição e/ou à presença de pistas inibitórias, descurando as críticas e as repreensões (BIS baixo); Empenha-se e compromete-se moderadamente com aquilo de que gosta e lhe dá prazer/ânimo; Discrimina todas as categorias abaixo da média; Não consegue discriminar os comportamentos de risco associados à violência quando a instrução é positiva; GONrt mais elevado – baixa impulsividade nas respostas.</p>	<p>Forte trabalho ao nível do risco — calibração, percepção, punições, pistas inibitórias e recompensas (potenciais factores de risco); Comunicação (verbalizar sentimentos e emoções); Relacionamento interpessoal; Significado das emoções; Desenvolvimento pessoal e social (desenvolver habilidade pessoais e sociais); Aquisição de valores (respeito, prudência, civismo, responsabilidade, confiança, tolerância, amizade e justiça); Resiliência (favorecer vivências, desenvolver interesses e potencialidades, promover a reflexão e o autocontrolo, criar oportunidades de participação e contribuição significativa); Auto-estima (sentimentos de segurança e confiança, auto-conhecimento, identidade, sentimento de pertença, sentimento de competência, autonomia, promover a auto-realização e a auto-educação); Capacidade para participar (ensinar estratégias de resolução de conflitos, promover a inserção plena na sociedade, competências de negociação, promoção do raciocínio sociomoral, interiorização de regras sociais, ocupação dos tempos livres com actividades alternativas).</p>

		<ul style="list-style-type: none"> ○ Jogos de mímica ○ Criação de pequenas histórias ○ <i>Role-playing</i> ○ Modelagem ○ Instruções verbais ○ Dramatização ○ Visionamento de filmes ○ Trabalhos de expressão plástica (posters, telas, etc.) ○ Treino de resolução de problemas ○ Treino de controlo da raiva ○ Treino auto-instrucional
NZ_12	<p>Subestima o risco, especialmente ao nível da sexualidade e da detenção;</p> <p>Bastante sensível à punição, presenças inibitórias e repressões;</p> <p>É bastante sensível a recompensas, é comprometida e empenha-se com aquilo de que gosta e que lhe dá prazer;</p> <p>Procura bastante por sensações e prazeres sensoriais;</p> <p>Valores médios-elevados para todas as subescalas da BIS-BAS — possibilidade de estes sistemas gerarem conflitos internos;</p> <p>Boa discriminação, especialmente para a categoria dos consumos e da sexualidade, e com instruções negativas;</p> <p>Não demonstra ser impulsiva (GONrt e GOPrt acima da média).</p>	<p>Trabalho ao nível da percepção dos riscos associados à sexualidade e à detenção, do valor das recompensas e da procura de sensações (potenciais factores de risco);</p> <p>Trabalho ao nível da resolução de conflitos internos entre os sistemas BIS e BAS;</p> <p>Comunicação (verbalizar sentimentos e emoções);</p> <p>Significado das emoções;</p> <p>Desenvolvimento pessoal e social (desenvolver habilidade pessoais e sociais);</p> <p>Aquisição de valores (prudência, responsabilidade, confiança);</p> <p>Auto-estima (sentimentos de segurança e confiança, auto-conhecimento, identidade, auto-afirmação, sentimento de pertença, sentimento de competência, autonomia, promover a auto-realização e a auto-educação);</p> <p>Resiliência (favorecer vivências, promover a reflexão, criar oportunidades de participação e contribuição significativa);</p> <p>Capacidade para participar (ensinar estratégias de resolução de conflitos, promover a inserção plena na sociedade, competências de negociação, promoção do raciocínio sociomoral).</p> <ul style="list-style-type: none"> ○ Debates sobre situações-problema ○ Formação/sensibilização para temáticas específicas (sexualidade e comportamentos desviantes/ilegais) ○ Jogos de mímica ○ Criação de pequenas histórias ○ <i>Role-playing</i> ○ Modelagem ○ Instruções verbais ○ Dramatização ○ Visionamento de filmes ○ Trabalhos de expressão plástica (posters, telas, etc...) ○ Treino de resolução de problemas
JO_12	<p>Subestima o risco, especialmente ao nível da sexualidade e da detenção;</p> <p>É muito sensível a recompensas, é comprometida e empenha-se naquilo de que gosta e que lhe dá prazer (BAS_RW elevado);</p> <p>É quem pior discrimina (GONd e GOPd mais baixos);</p> <p>Não discrimina bem as categorias da sexualidade e da violência;</p> <p>É quem pior discrimina a categoria da violência;</p> <p>Não consegue discriminar ou não entendeu a tarefa para a categoria dos consumos (go_P_adt_d' igual a 0);</p> <p>Demonstra ser a mais impulsiva da amostra (GONrt GOPrt mais baixos de todos e é quem pior discrimina).</p>	<p>Forte trabalho ao nível do risco — percepção dos riscos, discriminação dos comportamentos de risco em todas as categorias, da calibração do risco em todas as categorias e da valorização das recompensas (potenciais factores de risco);</p> <p>Forte trabalho ao nível da impulsividade;</p> <p>Comunicação (verbalizar sentimentos e emoções);</p> <p>Relacionamento interpessoal;</p> <p>Significado das emoções;</p> <p>Desenvolvimento pessoal e social (desenvolver habilidade pessoais e sociais);</p> <p>Aquisição de valores (respeito, paciência, prudência, responsabilidade, confiança, tolerância);</p> <p>Auto-estima (sentimentos de segurança e confiança, auto-conhecimento, identidade, auto-afirmação, sentimento de competência, autonomia, promover a auto-realização e a auto-educação);</p> <p>Resiliência (favorecer vivências, promover a reflexão e o auto-controlo);</p> <p>Capacidade para participar (ensinar estratégias de resolução de conflitos, promover a inserção plena na sociedade, competências de negociação, promoção do raciocínio sociomoral, ocupação dos tempos livres com actividades alternativas).</p> <ul style="list-style-type: none"> ○ Debates sobre situações-problema ○ Formação/sensibilização para temáticas específicas (sexualidade, consumos, violência, abandono escolar, saúde)

		<ul style="list-style-type: none"> ○ Apresentação de casos reais — recurso a mediadores de significado ○ Jogos de mímica ○ Criação de pequenas histórias ○ <i>Role-playing</i> ○ Modelagem ○ Instruções verbais ○ Dramatização ○ Visionamento de filmes ○ Trabalhos de expressão plástica (posters, telas, etc...) ○ Escrita de um diário pessoal ○ Manipulação da saliência de pistas positivas e negativas ○ Treino de resolução de problemas ○ Treino auto-instrucional
NIA_17	<p>Subestima o risco, especialmente ao nível da sexualidade, detenção e morte;</p> <p>Insensível a críticas, repreensões e aos sentimentos de medo e nervosismo;</p> <p>Bastante sensível às recompensas, revelando expectativas moderadas em relação ao prazer que irá retirar das mesmas;</p> <p>Empenha-se e compromete-se bastante;</p> <p>Procura imenso sensações e prazeres sensoriais, chegando a ser impulsiva para tal;</p> <p>Demonstra ser a menos impulsiva da amostra - Trs mais elevados;</p> <p>Faz boa discriminação (GONd GOPd bastante acima da média) para as 3 categorias de comportamento e para as duas instruções;</p> <p>É quem melhor discrimina go_P_adtd' e go_P_sex_d', go_N_viot_d'.</p>	<p>Trabalho ao nível da percepção do risco, busca de sensações e da valorização das recompensas, críticas e repreensões;</p> <p>Comunicação (verbalizar sentimentos e emoções);</p> <p>Desenvolvimento pessoal e social (desenvolver habilidade pessoais e sociais);</p> <p>Aquisição de valores (respeito, prudência, responsabilidade, tolerância);</p> <p>Auto-estima (autoconhecimento, identidade, autonomia, promover a auto-realização e a auto-educação);</p> <p>Resiliência (favorecer vivências, promover a reflexão)</p> <p>Capacidade para participar (promover a inserção plena na sociedade, promoção do raciocínio sociomoral, interiorização de regras sociais).</p> <ul style="list-style-type: none"> ○ Debates sobre situações-problema ○ <i>Role-playing</i> ○ Visionamento de filmes ○ Escrita de um diário pessoal ○ Apoio na construção do projecto de vida

CAPÍTULO VI

PROPOSTAS DE PISTAS PARA A INTERVENÇÃO NOS COMPORTAMENTOS DE RISCO NA ADOLESCÊNCIA

No que concerne à intervenção junto jovens com comportamentos de risco, por vezes, os técnicos mais não fazem do que replicar os modos de funcionamento que foram colocados em causa por comportamentos que, de algum modo, fugindo à realidade do quotidiano, levaram os adolescentes ao contacto com o sistema de administração da Justiça. Daí que seria importante recorrer à Teoria do Traço Fluído para se delinear intervenções e políticas integradas e sustentadas, pois esta Teoria defende dois princípios organizadores que qualquer política ou intervenção junto de adolescentes tem de considerar obrigatoriamente: os contextos e diferenças individuais.

Ora o contexto é de extrema importância para que se delineie uma intervenção de acordo com os agentes e com os objectivos desejáveis. O contexto também é crucial para que se veja a distância admissível entre a idealidade das normas sociais e os comportamentos a promover/extinguir que se pretende que os adolescentes, com as suas capacidades próprias de processamento e compreensão, possam implementar nos dissemelhantes contextos onde vivem.

As intervenções devem, então, estar não só de acordo com o que se pretende alcançar, mas também sobre o que pode ser feito técnica e cientificamente, o que implica um forte conhecimento da realidade, das medidas e das técnicas, dos fenómenos e dos limites à intervenção. É, pois, preciso conhecer as comunidades e os sujeitos que as compõem e informar os agentes envolvidos na intervenção sobre “o que” e “como” fazer com base em sólida evidência científica.

Segundo Oliveira & Pais (2010), não se pode cair no erro de ser criar um ambiente asséptico e utópico, pois estando o conflito totalmente ausente e a experiência anulada, o processo de maturação não decorre naturalmente, nem se constrói a prudência. Por outras palavras, o conflito sistémico típico da adolescência corresponde à oscilação entre a avaliação de uma situação de risco baseada nos seus detalhes periféricos e a sua representação sumária central, sujeita à influência das emoções, da activação fisiológica e da falta de experiência que se traduz num repertório pobre de imagens afectivamente rotuladas capazes de fazer decidir impulsivamente, sem deliberação.

As intervenções devem também ter em consideração, aquando da sua delineação e execução, as diferenças individuais, pois nem todos os adolescentes manifestam a mesma inclinação para comportamentos perigosos, prejudiciais ou irresponsáveis.

Pelo exposto a grande questão prática desta Teoria, em relação à intervenção, prende-se com a garantia que no curso natural do desenvolvimento os adolescentes disponham de oportunidades que lhes possam fornecer experiências que os ajudem a tornar-se adultos decisores com aversão ao risco. Uma possível resposta passa pela edificação de intervenções assentes em dois eixos: manipulação dos diversos registos de informação (*verbatim* e *gist*) e manipulação dos elementos emocionais/motivacionais (Oliveira & Pais, 2010).

A promoção, através do treino, do enfoque nas representações sumárias essenciais de situações de risco, em detrimento da apresentação de mais informação em detalhe, é um princípio central, pois a ter de ser apresentada, a informação tem de tornar os riscos salientes, diminuindo os detalhes que possam sobredimensionar os benefícios, usando formas eficazes como a narrativa ou o enquadramento humorístico. Assim, promove-se uma avaliação afectiva associada à activação e a estados emocionais positivos que podem facilitar a codificação e posterior recuperação de representações sumárias úteis para a escolha de comportamento a adoptar. Outro dado importante é que quando se apresenta informação numérica, esta deve ser veiculada num formato de frequência relativa, pois este formato favorece a interpretação do risco, tornando o numerador mais saliente (Slovic, Monahan, & MacGregor, 2000; ver Peters, Västfjäll, Slovic, Mertz, Mazzocco, & Dickert, 2006 para outras incidências da numeracia no processo de tomada de decisão).

Como a dificuldade em extrair significado pode levar a uma escolha baseada num sentimento interpretativo de um detalhe periférico face ao risco, as intervenções devem promover a formação e estabilização de representações sumárias, através da repetição e automatização da sua recuperação mnésica, de modo a que sejam recrutadas mesmo sob condições ambientais, emocionais e motivacionais negativas. A indução deste regime de processamento de informação permite desviar o adolescente do típico funcionamento de atenção ao detalhe e deliberação sobre probabilidades e consequências, tornando-o vulnerável ao envolvimento com riscos desencadeados por activação e focalização na recompensa. Permite, ainda, estabelecer uma base de conhecimento experiencial, com um repertório de avaliação adequado e mobilizável automaticamente, que é precisamente o que falta aos adolescentes. Por fim, o

reconhecimento rápido permite a distinção consciente e precisa entre as valências indiciadoras de risco e os sentimentos incidentais que podem induzir a escolhas desadequadas (Oliveira & Pais, 2010).

Por ultimo, há que mencionar que as práticas e políticas desadequadas são contraproducentes, podendo promover a reincidência e levar estes jovens a tornarem-se adultos criminosos (Steinberg *et al.*, 2009). De forma a se evitarem estas situações, os programas de intervenção de sucesso devem englobar sessões de psicologia desenvolvimental, trabalho ao nível do contexto socioeconómico dos adolescentes, aquisição de competências sociais e reforço das habilidades necessárias para se alcançar a maturidade psicossocial.

Relativamente às pistas de intervenção apontadas no Quadro 10 (Capítulo V – Estudo Empírico), estas são fruto da recolha de pistas apontadas por alguns autores, tais como Oliveira & Pais (2010), por entidades, entre elas o Instituto de Segurança Social, I.P. (2010), e pela experiência pessoal na área de intervenção com crianças e jovens com processos de promoção e protecção. O resultado desta compilação (ver Quadro 11) é um conjunto de focos de intervenção e de estratégias, realizadas individualmente ou em pequenos grupos, baseadas em metodologias dinâmicas, participativas, activas e integradas, e que se centram na identificação das necessidades dos jovens para aprendizagem de competências e de generalização a situações e contextos diversos. Foi, então, com base nos focos de intervenção, nas estratégias de intervenção e nas actividades apontadas, que os perfis presentes no Quadro 10 foram delineados.

Quadro 11 — Pistas para a intervenção

<i>Focos de intervenção</i>	<i>Estratégias de intervenção</i>	<i>Possíveis actividades</i>
<i>Comunicação</i>	Verbalizar sentimentos, emoções, dores físicas e psíquicas; Relacionamento interpessoal Significado das emoções.	Intervenção ao nível grupal Debates sobre situações-problema - a organização de grupos de interesse e pequenos grupos de discussão com jovens que tenham alguma afinidade, onde a discussão se desenrola à volta de um número limitado de tópicos de conversa, assumindo o técnico o papel de facilitador, deixando a conversa desenrolar-se entre os sujeitos que nela participam; Formação/sensibilização para temáticas específicas relacionadas com a adolescência; Apresentação de casos reais – recurso a mediadores de significado; Jogos de mímica; Criação de pequenas histórias – do género de narrativas lacunares e baseadas no princípio dos testes projectivos; <i>Role-playing</i> – pequeno teatro que ajuda os jovens a compreender o comportamento social, o seu papel
<i>Habilidades pessoais e sociais e aquisição de valores</i>	Respeito; Paciência; Constância; Prudência; Civismo; Responsabilidade; Sinceridade; Confiança; Tolerância; Amizade; Justiça.	
<i>Auto-estima</i>	Sentimentos de segurança e confiança; Auto-conhecimento;	

	<p>Identidade; Auto-afirmação; Sentimento de pertença; Sentimento de competência; Autonomia; Promover a auto-realização e a auto-educação.</p>	<p>nas interações sociais e as formas de resolver problemas de uma forma mais eficaz, dado que requer que os jovens experienciem os conflitos, aprendam a desempenhar os papéis dos outros e observem os diferentes comportamentos sociais; Dramatização - a utilização de técnicas dramáticas, de <i>role-playing</i> ou a observação de situações de <i>faz-de-conta</i>, permitem que os jovens recriem as suas representações acerca dos mundos, dos sentimentos e das acções que os trespassam e acabam por retratar com evidente particularidade a complexidade de emoções e vivências, que seria impossível resgatar com métodos tradicionais. Modelagem; Instruções verbais; Visionamento de filmes; Trabalhos de expressão plástica (posters, telas, etc.)</p> <p>Intervenção a nível individual Escrita de um diário pessoal; Manipulação da saliência de pistas positivas e negativas – este treino leva à adaptação do comportamento, à formação de preferências e ao inculcamento de valores; Treino de resolução de problemas; Treino de controlo da raiva; Treino auto-instrucional; Apoio na orientação escolar, profissional, construção do projecto de vida; Preparação da saída.</p>
<i>Resiliência</i>	<p>Favorecer vivências; Desenvolver interesses e potencialidades; Promover a reflexão e o auto-controlo; Criar oportunidades de participação e contribuição significativa.</p>	
<i>Capacidade para participar</i>	<p>Desenvolvimento da identidade; Ensinar estratégias de resolução de conflitos; Promover a inserção plena na sociedade; Competências de negociação; Promover competências sociais; Promoção do raciocínio sócio-moral; Interiorização de regras sociais; Ocupação dos tempos livres com actividades alternativas.</p>	
<i>Cooperação</i>	<p>Estimular a responsabilidade social; Desenvolvimento pessoal e social.</p>	

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A institucionalização de crianças e jovens é, efectivamente, a medida de colocação mais expressiva no nosso país, sobretudo, no que respeita ao acolhimento prolongado. No entanto, esta tem sido alvo de algumas críticas: falhas na intervenção preventiva no seio das famílias; elevado número de entradas de crianças e jovens no Sistema Nacional de Acolhimento, face a um baixo número de saídas; fragilidades no acompanhamento assegurado durante o acolhimento, com vista ao rápido regresso ao agregado familiar ou, por outro lado, longos tempos de permanência em acolhimento, o que demonstra um entendimento incorrecto do mesmo como resposta de carácter permanente para os menores; atenção deficitária prestada à definição e concretização atempada aos projectos de vida de cada um dos utentes; falta de especialização das instituições de acolhimento, face à complexificação das problemáticas sociais e à diversidade dos utentes acolhidos.

Portanto, a enunciação e a exposição das fragilidades do sistema residencial em questão tem vindo a gerar uma situação de crise que afecta a sua identidade, o seu funcionamento e desenvolvimento. Há mesmo quem seja mais extremista e não se limite a pôr em causa os formatos específicos de actividade dos centros, mas também a sua existência, os seus fundamentos e actualidade. Todavia, não obstante as reservas e o cepticismo em torno destes serviços, a realidade das solicitações e da necessidade destes dispositivos, cujo espaço não teve, até à data, substitutos capazes, impôs o modelo na prática quotidiana. Cria-se, deste modo, uma situação ambígua e contraditória: oferece-se uma resposta de protecção que não se recomenda; critica-se veementemente uma solução, no entanto mantida e prolongada; advoga-se a extinção daquela que constitui a opção mais representativa no conjunto das respostas de protecção.

Porém, como foi comprovado em alguns passos do nosso trabalho, a defesa e a censura dos serviços residenciais para crianças e jovens não podem ser feitas em termos absolutos e universais. Se, para alguns destes, o internamento em unidades residenciais não constitui uma alternativa apropriada, para outros, pode ser e é, de facto, uma componente essencial da solução dos seus problemas e dificuldades. O que está em causa é, indiscutivelmente, a adequação desta medida ao perfil dos seus utentes, uma selecção criteriosa portanto, com indicações específicas e uma monitorização cuidadosa da sua evolução.

Foi, sem dúvida, a necessidade de se criarem novas propostas de intervenção em acolhimento institucional que suscitou toda a investigação apresentada, inspirando-se estas na premissa de que a melhor intervenção é aquela que é individualizada e cuja definição de objectivos é correctamente contextualizada. De um modo mais específico, para que uma intervenção junto de adolescentes seja orientada para o sucesso, compete aos profissionais de Serviço Social e aos restantes elementos da Equipa Técnica:

- perspectivar o adolescente de uma forma holística, tendo em conta o seu passado e o seu presente, contexto familiar, social, cultural e profissional, nunca reduzindo a pessoa à sua singularidade;
- garantir a protecção efectiva dos direitos;
- promover um trabalho multidisciplinar que satisfaça as necessidades de alojamento, alimentação, higiene, saúde e educação, que preste acompanhamento psicossocial e orientação educativa individualizada e acompanhamento escolar especializado para adolescentes com necessidades educativas especiais;
- promover as suas competências físicas, sociais e culturais;
- prestar cuidados personalizados e providos de investimento afectivo;
- estabelecer relações de confiança;
- preservar a integridade e a identidade;
- utilizar os recursos da comunidade;
- promover um clima familiar e manter uma população-alvo mista (dois sexos) e vertical (idades distintas);
- manter o contacto com a família e outras pessoas significativas;
- criar expectativas positivas em relação a si, aos outros, à vida e ao futuro;
- preparar a independência dos adolescentes, propiciando condições estruturais e dinâmicas favorecedoras de níveis progressivamente mais elevados de autogestão, de forma a haver uma transição bem sucedida para a vida autónoma.

Concluimos no nosso trabalho que os adolescentes são mais propícios a adoptar comportamentos de risco porque o desenvolvimento cognitivo e o psicossocial seguem ritmos diferentes, sendo o segundo mais lento que o primeiro, pelo que, mesmo quando as capacidades cognitivas dos adolescentes se aproximam das dos adultos, as suas decisões podem diferir devido à imaturidade psicossocial reflectindo-se, assim, nas diferenças ao nível social e emocional entre os primeiros e os segundos. Concluimos

também que os adolescentes com processos de promoção e protecção têm ainda maior probabilidade de assumirem comportamentos desajustados, indesejáveis e de risco, devido à sua vida familiar ser marcada por situações complexas de insegurança, instabilidade e negligência e as interacções serem dominadas por registos de agressão e violência.

Finda esta avaliação dos comportamentos de risco na população-alvo da investigação, passamos a desenvolver um paradigma de intervenção a testar nessa população. O nosso paradigma, fundamentado nas teorias da decisão expostas, baseou-se na aplicação de três instrumentos de avaliação: o questionário do risco, a escala Behavioral Inhibition System – Behavioral Approach System (BIS-BAS) e a Go/No-Go Association Task (GNAT). Através do recurso conjunto a estas ferramentas, acedemos à percepção daquilo que cada um tem de “risco” (questionário do risco), à apreensão do grau de robustez da impulsividade nos comportamentos de cada um dos jovens (escala BIS-BAS) e associação que cada um faz entre as pistas (positivas ou negativas) que ocorrem no ambiente e as atitudes implícitas face aos riscos a elas associados (GNAT), o que nos permitiu delinear os perfis face aos riscos e, a partir destes, um plano de intervenção customizado.

Traçados os perfis face ao risco para cada um dos participantes e definidas as pistas de intervenção adequadas para cada um, propusemos formas de intervenção sustentadas, baseadas em estratégias e metodologias dinâmicas, participativas, activas e integradas que se centram na identificação das necessidades dos jovens para aprendizagem de competências e de generalização a situações e contextos diversos. Em suma, as nossas orientações de intervenção (*guidelines*) centram-se em torno de cinco grandes focos de intervenção — comunicação, habilidades pessoais e sociais e aquisição de valores, auto-estima, resiliência, capacidade para participar e cooperação.

Uma vez comprovado que — com uma avaliação diagnóstica (estado de saúde, estado psicológico, desempenho escolar, condições pessoais, sociais e económicas da família e em contexto institucional) e com uma avaliação multidisciplinar (realizada com as ferramentas de avaliação acima referidas) — é possível identificar-se os recursos existentes, as necessidades e as características do adolescente, os obstáculos à intervenção e, com estes, delinear-se os planos de intervenção, só então surge a nossa proposta de construção de uma árvore de decisão para sinalizar todas as vias de intervenção e para prever o potencial de sucesso da mesma. Esta árvore de decisão servirá também para uniformizar, reduzindo ambivalências ou ambiguidades, a

informação entre os técnicos numa tentativa de generalização da aplicação, que traz consigo a possibilidade de troca de dados e uma percepção integrada dos aspectos comuns aos casos.

No que toca ao potencial de inovação do nosso trabalho, importa referir as nossas propostas de intervenção junto de adolescentes com comportamentos de risco e com processos de promoção e protecção.

Com efeito, nos dias de hoje, urge a necessidade de se criarem novas estratégias e respostas para se resolverem os problemas sociais, especialmente nas áreas em que estes se estão a agravar, naquelas em que os modelos actuais falharam ou estagnaram e onde há outras possibilidades que não estão a ser exploradas. Assim, perante as transformações, por vezes tumultuosas, com que se confronta actualmente a juventude, torna-se imperioso inovar, e mesmo reinventar práticas actuais, na área social, visando a busca de soluções para os problemas que afligem de modo específico os adolescentes (cf. Abreu & André, 2006).

Do nosso estudo, permitimo-nos destacar como inovadoras, pelo menos em parte, as seguintes propostas:

1. criação de protocolos de intervenção personalizada;
2. criação adequada de uma árvore de decisão;
3. justificação do agenciamento da intervenção;
4. definição de uma intervenção com recurso a mediadores;
5. defesa de uma maior interdisciplinaridade entre o Serviço Social e a Psicologia nesta área de intervenção.

Todas estas propostas vão no sentido de inovar a prática de intervenção actual que se faz junto dos jovens em geral, e dos adolescentes em particular, com processos de promoção e protecção.

A criação de protocolos específicos de intervenção personalizada propõe-se garantir que os diferentes profissionais apliquem correctamente todos os recursos e potenciais disponíveis, propiciando a cada tipo de jovem uma intervenção adequada, i.e., orientada para o sucesso.

Outra justificativa para esta proposta prende-se com o facto de, até há bem pouco tempo, os objectivos das instituições de acolhimentos se prenderem fundamentalmente com a necessidade de proteger os menores, não atendendo às suas necessidades educativas e de socialização, nem ao cuidado a ter com o seu equilíbrio emocional. Ainda hoje há vestígios de traços redutores neste domínio, dado o

acolhimento institucional conferir mais ênfase à componente instrutiva da intervenção, negligenciado as componentes relacional, socioafectiva e terapêutica.

Reforçamos, ainda, a importância desta proposta porque a institucionalização prolongada no tempo, quando não é pensada na lógica da construção e prossecução de um projecto específico de vida para cada criança ou adolescente, acaba por reproduzir e consolidar nesse período de acolhimento o risco social e psicológico inicial que justificou a sua efectivação, podendo, assim, a institucionalização revelar-se um factor de risco pela ausência de oportunidades ou desinvestimento noutras alternativas.

A criação adequada de uma árvore de decisão constitui um instrumento de apoio à tomada de decisão que consiste numa representação gráfica das alternativas disponíveis, geradas a partir de uma decisão inicial. Esta proposta visa criar para os profissionais que intervêm junto destes jovens uma maneira gráfica de visualizarem as consequências de decisões actuais e futuras, bem como os eventos aleatórios relacionados, permitindo-lhes a classificação de cada caso, a conceptualização e o controlo de um número significativo de problemas sujeitos a riscos; permite-lhes também, deparando-se com algum caso novo, poderem operacionalizar uma estratégia de intervenção com base neste instrumento.

O agenciamento da intervenção consiste num procedimento que visa alcançar, ainda com mais eficácia, os objectivos traçados tornando as intervenções individualizadas, sustentadas e globais, pelo que devem ser construídas especificamente para um dado utente, com específica problemática associada, com estas ou aquelas características, com estes ou aqueles limites e potencialidades, sempre, obviamente, com a participação indispensável do interessado.

Apesar de esta ideia não constituir em si mesma uma novidade, visto ser defendida na teoria, raramente é aplicada na prática quotidiana das intervenções junto destes jovens. Pode-se mesmo dizer que, em Portugal, as medidas de intervenção possuem frequentemente um carácter estandardizado e de emergência limitando-se essencialmente a abrir um processo e a realizar o respectivo relatório com vista à obtenção da aplicação de uma medida junto da pessoa em questão e afastá-la do meio e/ou das pessoas que a colocam em perigo. Ainda que estas acções sejam importantes e indispensáveis, não impedem uma outra tendência ao nível da intervenção: passada a situação de estado de urgência, verifica-se aquilo que se pode designar de (re)acomodação às condições objectivas e subjectivas que geraram a situação de perigo, como se tudo “voltasse ao normal”, tanto por parte das pessoas envolvidas na situação

como por parte das instituições e profissionais que actuam junto das mesmas. Assim, as trajetórias dos indivíduos pouco ou nada se alteram, acabando por resumir-se toda a intervenção a uma punição dos criadores da situação despoletante da própria intervenção, ao atendimento “de urgência”, à reparação (ocasional) de danos provocados pelo perigo, ao tratamento psicossocial e às medidas de protecção limitadas ao afastamento do convívio com esse ambiente.

É um facto que a metodologia de trabalho do acompanhamento/da intervenção individualizada é defendida, pelo menos teoricamente, por diversos autores e profissionais da área. Ela assume efectivamente um papel relevante e fundamental para o conhecimento mais profundo do jovem, o qual deve ser feito de forma progressiva e gradual ao longo de todo o acolhimento, abordando e analisando todas as questões relativas a necessidades, dificuldades, receios, vontades, meio familiar, grupo de pares, características, limites, potencialidades, recursos, etc. No entanto, uma das falhas apontadas com frequência ao acolhimento institucional actual consiste na sua prática indiscriminada. Por isso, face à contradição verificada entre teoria e prática neste domínio, o nosso contributo inovador reclama um carácter imperativo de se reinventarem as práticas correntes nelas criando uma dinâmica susceptível de levar ao seu termo e com efectivo sucesso as intervenções junto dos jovens em acolhimento institucional, diferenciando as práticas de intervenção em conformidade com as necessidades dos utentes ao longo de todo o processo, pois os serviços raramente são diferenciados e as problemáticas despontadoras do acolhimento são confundidas e assimilados pela mesma solução.

A intervenção com recurso a mediadores é outra vertente inovadora que visa proporcionar o contacto directo entre estes jovens e pessoas que, no passado, já estiveram na mesma situação em que eles se encontram, podendo os primeiros ouvir os relatos das suas experiências, partilhar angústias e sentimentos vividos, indecisões, discutir riscos assumidos por ambas as partes, etc. Assim, os jovens poderão verificar que não são os únicos nesta situação e que há mais vida para além do período de institucionalização. Mas o essencial é que estes adolescentes consigam discernir que, para alcançarem sucesso após a saída do local de acolhimento, têm de seguir o melhor caminho, sem comportamentos de risco, com decisões ponderadas e acertadas, tal como estes mediadores tiveram de fazer.

Finalmente, o aprofundamento da conjugação do Serviço Social e da Psicologia relaciona-se com a organização dos recursos existentes para maximizar o êxito da

intervenção. Esta proposta baseia-se na premissa de que a multidisciplinaridade deve ocorrer sempre que a solução de um problema torna necessário obter informação de duas ou mais ciências ou sectores do conhecimento sem que as disciplinas envolvidas no processo sejam elas mesmas modificadas ou enriquecidas. Assim, na intervenção junto desta população-alvo, a multidisciplinaridade pode definir-se como o conjunto do Serviço Social e da Psicologia a serem trabalhadas simultaneamente, sem fazer aparecer as relações que possam existir entre elas, destinando-se a um sistema de um só nível e de objectivos únicos. Neste contexto, cada profissional contribui com informações específicas do seu campo de conhecimento, sem ter em mente que existe uma integração entre as suas áreas de formação, resultando, deste modo, um melhor contributo final da parte de cada um dos vários técnicos.

Em suma, como foi referido ao longo do presente trabalho, desde alguns anos para cá até hoje os técnicos que trabalham diariamente junto de jovens com processos de promoção e protecção têm vindo a defender o papel activo dos utentes, perspectivando-os como agentes de prevenção, promoção e recuperação da sua própria situação. Todavia, na grande maioria das vezes dos casos, as medidas de intervenção revestem-se de um carácter de emergência e visam essencialmente abrir um processo e realizar o respectivo relatório com vista à obtenção da aplicação de uma medida junto da pessoa em questão e afastá-la do meio e/ou das pessoas que a colocam em perigo, acabando por ir contra os princípios de intervenção que se têm vindo a defender.

Consequentemente, como foi desenvolvido ao longo destas páginas, este trabalho final de Mestrado visou apresentar propostas inovadoras de intervenção junto destes jovens com comportamentos de risco que conjuguem princípios interventivos sustentados na teoria e nela tão presente, mas olvidados na prática.

Com a aplicação destas propostas de intervenção, é nosso propósito contribuir para que técnicos e utentes conjuguem esforços num objectivo comum e se desenvolvam planos de acção estruturados em que todos se sintam capacitados e envolvidos, tornando-se a intervenção deveras actuante e capaz de provocar mudanças significativas.

Por outro lado, esperamos que outros estudiosos na área continuem a caminhada, apenas começada. Abrimos, portanto, novas vias de desenvolvimento de investigações futuras (fonte de empreendedorismo), as quais poder-se-ão debruçar sobre o treino de técnicas ao nível do manuseamento destas tarefas e protocolos de intervenção, assim como poderão alargar as bases de aplicação, introduzindo novas ferramentas, novos

comportamentos de risco base e diferentes escalões etários. Com efeito, se outros, mais sabedores, houverem por bem aprofundar e desenvolver o modesto contributo do nosso trabalho, tal representaria para nós uma não minúscula recompensa.

BIBLIOGRAFIA

- Abreu, A. & André, I. (2006). *Dimensões e espaços da inovação social*. Lisboa: Finisterra.
- Alves, S. (2007). *Filhos da Madrugada – percursos adolescentes em Lares de Infância e Juventude*. Lisboa: Universidade Técnica de Lisboa.
- Berridge, K.C., Robinson, T.E. & Aldridge, J.W. (2009). Dissecting components of reward: ‘liking’, ‘wanting’, and learning. *Current Opinion in Pharmacology*, 9(1): 65–73.
- Bodenhausen, G. & Todd, A. (2010). Automatic aspects of judgment and decision making. In Gawronski, B. & Payne, B. (Ed.). *Handbook of implicit social cognition: measurement, theory and application* (pp. 278-294). New York: The Guilford Press.
- Camerer, C.F. & Fehr, E. (2006). When does Economic Man Dominate Social Behavior? *Science*, 311, 47-52.
- Carneiro, R. (2004). *A Casa Pia de Lisboa e as estratégias de acolhimento das crianças em risco – um projecto de esperança* (Relatório Final do Conselho Técnico Científico), Lisboa, Casa Pia de Lisboa.
- Carver, C. (2004). Negative affects deriving from the behavioral approach system. *Emotion*, 4 (1), 3-22.
- Carver, C. S., & White, T. L. (1994). Behavioral inhibition, behavioral activation, and affective responses to impending reward and punishment: The BIS/BAS scales. *Journal of Personality and Social Psychology*, 67, 319–333.
- Casey, B. J., Getz, S. & Galvan, A. (2008). The adolescent brain. *Developmental Review*, 28, 62-77.
- Chorpita, B., Daleiden, E. & Weisz, J. (2005, March). Identifying and selecting the common elements of evidence based interventions: a distillation and matching model. *Mental health services research*, 7 (1), 5-20.
- Clore, L.L. & Huntsinger, J.R. (2007). How Emotions Inform Judgement and Regulate Thought. *Trends in Cognitive Science*, 11(9), 393-399.
- Cohen, J. (1988). *Statistical Power Analysis for the Behavioral Sciences*. Hillsdale, NJ: Erlbaum, 2nd ed.)

- Deutsch, R. & Strack, F. (2008). Variants and judgment and decision making. In Plessner, H., Betsch, C. & Betsch, T. (Eds.). *Intuition in judgment and decision making* (pp. 39-53). New York: Erlrbraum.
- Deutsch, R. & Strack, F. (2010). Building Blocks of Social Behavior: Reflective and Impulsive Processes. In B. Gawronsky & B. K. Payne (Eds) *Handbook of Implicit Social Cognition* (pp. 62-79). New York: Guilford Press.
- Dijksterhuis, A., & Bargh, J, A, (2001). The perception-behavior expressway: Automatic effects of social perception on social behavior. In M. P. Zanna (Ed.), *Advances in experimental social psychology. Vol. 33* (pp. 1-40). San Diego: Academic Press.
- Direito de Menores.* (2006). Coimbra: Edições Almedina, SA.
- Dijksterhuis, A. & Nordgren, L. (2006). A theory of uncionscious thought. *Perspectives on psychological science, 1* (2), 95-109.
- Epstein, S. (2008). Intuition from the perspective of cognitive-experiential self-theory. In H. Plessner, C. Betsch & T. Betsch (Eds.), *Intuition in judgment and decision making* (pp. 23-37). New York: Erlbaum.
- Evenden, J. (1999). Varieties for impulsivity. *Psychopharmacology, 146*, 348-361.
- Fischhoff, B. (2008). Assessing adolescent decision-making competence. *Developmental Review, 28*, 12-28.
- Fischhoff, B. (1982). Debiasing. In D. Kahneman, P. Slovic, & A. Tversky (Eds.), *Judgment under Uncertainty: Heuristics and Biases* (pp. 422-444). Cambridge, MA: Cambridge University Press.
- Fischhoff, B., Downs, J. & Bruine de Bruin, W. (1998). Adolescent vulnerability: a framework for behavioral interventions. *Applied & preventive psychology, 7*, 77-94.
- Fontaine, R. (2008). On-line social decision making and antisocial behavior: some essential but neglected issues. *Clinical psychology review, 28* (2008), 17-35.
- French, D., Marteau, T., Sutton, S. & Kinmonth, A. (2004), Different measures of risk perceptions yeld different patterns of interaction for combination of hazards: smoking, family history and cardiac events. *Journal of behavioral decision making, 14*, 381-393.
- Fried, C. & Reppucci, N. (2001). Criminal decision making: the development of adolescence judgment, criminal responsibility, and culpability. *Law and human behavior, 25* (1), 45-61.

- Gardner, M. & Steinberg, L. (2005). Peer influence on risk taking, risk preference, and risky decision making in adolescence and adulthood: an experimental study. *Developmental psychology*, 41 (4), 625-635.
- Gawronski, B. & Payne, K. (Eds) (2010). *Handbook of implicit cognition: measurement, theory, and applications*. New York: Guilford Press.
- Gibson, J.J. (1986). *The ecological approach to visual perception*. Hillsdale, NJ: Erlbaum.
- Gigerenzer, G., & Selten, R. (2001). Rethinking Rationality. In G. Gigerenzer, & R. Selten (Eds.), *Bounded Rationality: The Adaptive Toolbox* (pp. 1-12). Cambridge, MA: MIT Press.
- Gray, J.A. & McNaughton, N. (2003). *The Neuropsychology of Anxiety: An Enquiry into the Functions of the Septo-Hippocampal System*, Oxford, UK: Oxford Press (2nd edition).
- Green, D.M. & Swets, J.A. (1988). *Signal Detection Theory. Theory and Psychophysics*. Los Altos, CA: Peninsula Publishing.
- Greenwald, A. G., McGhee, D. E., & Schwartz, J. L. K. (1998). Measuring individual differences in implicit cognition: The Implicit Association Test. *Journal of Personality and Social Psychology*, 74, 1464–1480.
- Griffin, D., and Tversky, A. (1992). The weighing of evidence and the determinants of confidence. *Cognitive Psychology*, 24, 411–435.
- Heilburn, K., O'Neill, M., Strohman, L., Bowman, Q. & Philipson, J. (2000). Expert approaches to communicating violence risk. *Law and human behavior*, 24 (1), 137-148.
- Hofmann, W., Friese, M. & Strack, F. (2009). Impulse and self-control from a dual-system perspective. *Perspectives on psychological science*, 4 (2), 162-176.
- Houdé, O. (2007). A nova psicologia da criança depois de Jean Piaget. In A. C. Fonseca, M. J. S. Santos & F. R. F. Gaspar (Coords.), *Psicologia e educação: Novos e velhos temas* (pp. 119-128). Coimbra: Nova Almedina.
- Hudson, C. (2009, April/June). Decision making in evidence-based practice: science and art. *Smith college studies in social work*, 79 (2), 155-174.
- Instituto da Segurança Social, I.P.. (2010). *Manual de processos-chave para lar de infância e juventude* [Manual]. Lisboa: Instituto da Segurança Social, I.P.

- Instituto para o Desenvolvimento Social. (2000). *Lares de Crianças e Jovens – Caracterização e dinâmicas de funcionamento*. Lisboa: Scarpa Impressores, Lda.
- Jacobs, J. & Klaczynski, P. (2002, August). The development of judgment and decision making during childhood and adolescence. *Psychological science*, 11 (4). 145-149.
- Johnson, M., Brown, C., Wells, S. (2002, March). Using classification and regression trees (CART) to support worker decision making. *Social work research* 26 (1), 19-29.
- Kahneman, D. (2003). A perspective on judgment and choice: Mapping bounded rationality. *American Psychologist*, 58, 657-720.
- Katsikopoulos, K. & Fasolo, B. (2006, September). New tools for decision analysts. *Transactions on systems, man and cybernetics – part A: systems and humans*, 36 (5). 960-967.
- Luna, B. (2010) O desenvolvimento do controlo cognitivo e o cérebro adolescente. In A.C. Fonseca (Ed.) *Crianças e Adolescentes: uma abordagem multidisciplinar* (pp. 331-369). Coimbra: Nova Almedina.
- Mace & Heft (2010). Ecological Approach. In E.B. Goldstein (Ed). *Encyclopedia of Perception*. (pp. 375-380). Thousand Oaks, CA.: Sage.
- Martins, P. (2004). *Protecção de crianças e jovens em itinerários de risco: representações sociais, modos e espaços*. Tese de doutoramento, Universidade do Universidade do Minho, Braga, Portugal.
- McGraw, K. O., & Wong, S. P. (1992). A common language effect-size statistic. *Psychological Bulletin*, 111, 361-365
- Millstein, S. & Halpern-Felsher, B. (2002). Judgments about risk and perceived invulnerability in adolescents and young adults. *Journal of research on adolescence*, 12 (4), 399-422.
- Millstein, S.G. & Halpern-Felsher, B.L. (2002). Perceptions of Risk and Vulnerability. *Journal of Adolescent Health*, 31S, 10-27.
- Moors, A., Spruyt, A. & De Houwer, J. (2010). In Search of a measure that Qualifies as Implicit: Recommendations Based on a Decompositional View of automaticity. In Gawronski, B. & Payne, K. (Eds) (2010). *Handbook of implicit cognition: measurement, theory, and applications* (pp. 19-37). New York: Guilford Press.
- Mossman, D. (2007). Analyzing the performance of risk assessment instruments: a response to Vrieze and Grove. *Law and human Behavior*, 32, 279-291.

- Nosek, B. & Banaji, M. (2001). The go/no-go association task. *Social cognition*, 19 (6), 625-664.
- Oliveira, M. & Pais, L. (2010). Tomada de decisão na adolescência: do conflito à prudência. In C. Fonseca (Ed.). *Crianças e adolescentes: uma abordagem multidisciplinar* (pp.419-475). Coimbra: Almedina.
- Paivio, A. (1990). *Mental Representations. A Dual Coding Approach*. New York, Oxford University Press.
- Peters, E. & Slovic, P. (2000, December). The springs of action: affective and analytical information processing in choice. *Personality and social psychology bulletin*, 26 (12), 1465-1475.
- Peters, E., Västfjäll, D., Slovic, P., Mertz, C., Mazzocco, K. & Dickert, S. (2006). Numeracy and decision making. *Psychological science*, 17 (5), 407-413.
- Quadrel, M. J., Fischhoff, B. & Davis, W. (1993). Adolescent (in)vulnerability. *American Psychologist*, 48, 102-116.
- Quinlan, J. (1990, Marh/April). Decision trees and decision making. *Transactions on systems, man and cybernetics*, 20 (2), 339-346.
- Reyna, V. (2005). Fuzzy-trace theory, judgment and decision-making: a dual process approach. In C. Izawa & N. Ohta (eds.), *Human learning and memory: advances in theory and application: the 4th Tsukuba international conference on memory* (pp.239-256). Mahwah, NJ: Lawrence Erlbaum Associates, Publishers.
- Reyna, V. F. & Farley, F. (2006). Risk rationality in adolescent decision making: Implications for theory, practice, and public policy. *Psychological Science in the Public Interest*, 7(1), 1-44.
- Rivers, S. E., Reyna, V. F. & Mills, B. (2008). Risk taking under the influence: A fuzzy-trace theory of emotion in adolescence. *Developmental Review*, 28, 107-144.
- Rydell, R.J. & McConnell, A.R. (2010). Consistency and Inconsistency in Implicit Social Cognition: The Case of Implicit and Explicit Measures of Attitudes. In B. Gawronsky & B. K. Payne (Eds) *Handbook of Implicit Social Cognition* (pp. 295-310). New York: Guilford Press.
- Shiffman, R. (1997, September/October). Representation of clinical practice guidelines in conventional and augmented decision tables. *Journal of the American Medical Informatics Association*, 4 (5), 382-393.
- Simon, H. (1990). Invariants of Human Behavior. *Annual Review of Psychology*, 41, 1-19.

- Simon, J. (2005). Reversal of fortune: the resurgence of individual risk assessment in criminal justice. *Annual Review of Law and Social Science*, 2005 (1), 397-421.
- Sjöberg, L. (2000). Factors in risk perception. *Risk analysis*, 20 (1), 1-11.
- Slovic, P., Finucane, M., Peters, E. & MacGregor, D. G. (2002). The affect heuristic. In T. Gilovich, D. Griffin & D. Kahneman (Eds.), *Heuristics and biases* (pp. 397-420). New York: Cambridge University Press.
- Slovic, P., Monahan, J. & MacGregor, D. G. (2000). Violence risk assessment and risk communication: The effects of using actual cases, providing instruction, and employing probability versus frequency formats. *Law and Human Behavior*, 3(24), 271-296.
- Smith, E. R., & DeCoster, J. (2000). Dual process models in social and cognitive psychology: Conceptual integration and links to underlying memory systems. *Personality and Social Psychology Review*, 4, 108–131.
- Spear, P. (2000). The adolescent brain and age-related behavioral manifestations. *Neuroscience and Biobehavioral Reviews*, 24, 417-463.
- Steinberg, L. (2009). Adolescent development and juvenile justice. *Annual review of clinical psychology*, 5, 47-73.
- Steinberg, L., Albert, D., Banich, M., Cauffman, E., Graham, S. & Woolard, J. (2008). Age differences in sensation seeking and impulsivity as indexed by behavior and self-report: evidence for a dual systems model. *Developmental psychology*, 44 (6), 1764-1778.
- Steinberg, L., Cauffman, E., Woolard, J., Graham, S. & Banich, M. (2009, October). Are adolescents less mature than adults? Minor's access to abortion, the juvenile death penalty and the alleged. *American psychologist*, 64 (7), 583-594.
- Strack, F. & Deutsch, R. (2004). Reflective and Impulsive Determinants of Social Behavior. *Personality and Social Psychology Review*, 8(3): 220-247.
- Venâncio, R. (1999). *Famílias abandonadas – assistência à criança de camadas populares no Rio de Janeiro e em Salvador – séculos XVIII e XIX*. São Paulo: Papyrus.
- Vohs, K. & Heatherton, T. (2000, May). Self-regulatory failure: a resource-depletion approach. *Psychological science*, 11 (3), 249-254.
- Webb, S. (2002). Evidence-based practice and decision analysis in social work: an implementation model. *Journal of social work*, 2 (1), 45-63.

- Weir, R. F. & Peter, C. (1997). Affirming the decisions adolescents make about life and death. *Hastings Center Report*, 27(6), 29-40.
- Wheatley, T. & Wegner, D. (2001). Psychology of automaticity of action. In Smelser, N. & Baltes, P.(Coord.). *International encyclopedia of the social & behavioral sciences* (pp.991-993). Amsterdam: Elsevier Science Ltd.
- Zinbarg, R. E. & Mohlman, J. (1998). Individual differences in the acquisition of affectively valenced associations. *Journal of Personality and Social Psychology*, 74 (4), 1024-1040
- Zuckerman, M. & Kuhlman, D. (2000,December). Personality and risk-taking common biosocial factors. *Journal of personality*, 68 (6), 999-1029.
- Zuckerman, M. (1979). *Sensation seeking: Beyond the optimal level of arousal*. Hillsdale, NJ: Erlbaum.

Legislação:

Artigo 39º da Convenção sobre os Direitos da Criança

Constituição da República Portuguesa de 2 de Abril de 1976

Decreto-Lei nº 119/83, de 25 de Fevereiro, alterado pelo *Decreto-Lei nº 402/85, de 11 de Outubro* – Estatuto das Instituições Particulares de Solidariedade Social

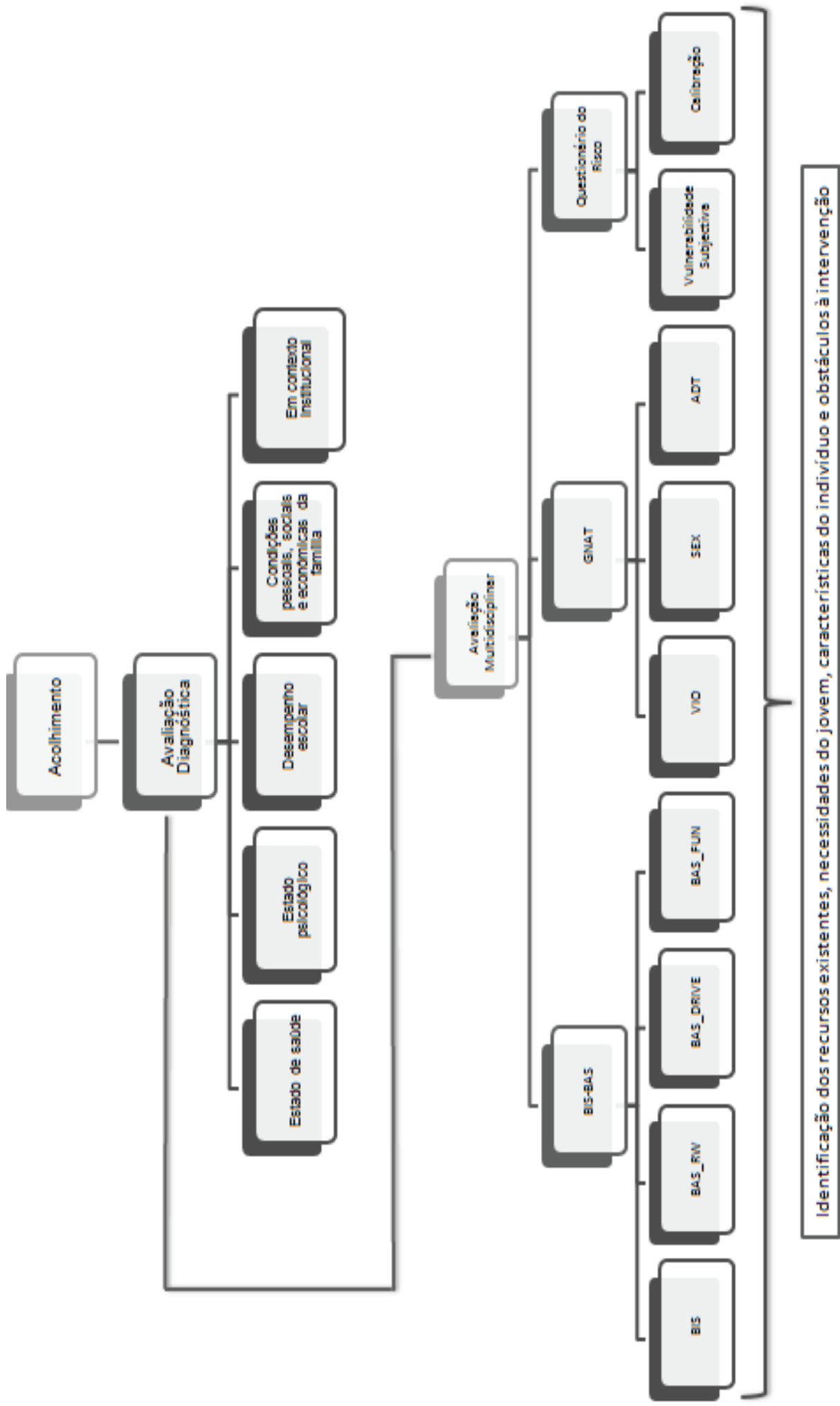
Decreto-lei nº 314/78, de 27 de Outubro – Organização Tutelar de Menores

Lei nº 147/99, de 1 de Setembro – Lei de Protecção de Crianças e Jovens em Perigo

Resolução da Assembleia da República nº 20/90, de 12 de Setembro – ratifica a Convenção para os Direitos da Criança.

ANEXO I

Proposta de uma Árvore de Decisão para a intervenção junto de jovens com processos de promoção e protecção e que apresentem comportamentos de risco



Identificação dos Perfis face aos riscos para a Intervenção

ANEXO II

Questionário do risco

QUESTIONÁRIO DO RISCO

De **0 a 10** qual te parece ser a possibilidade de tu...

1. continuares a estudar daqui a um ano? _____
2. teres concluído o ensino secundário quando tiveres 20 anos? _____
3. daqui a um ano estudares e trabalhares para pagar os estudos? _____
4. engravidares ou engravidares alguém no próximo ano? _____
5. seres pai/mãe até aos 20 anos? _____
6. seres preso, justa ou injustamente, pelo menos uma vez no próximo ano? _____
7. seres preso até aos 20 anos? _____
8. morreres de alguma causa (crime, doença, acidente, etc. ...) no próximo ano? _____
9. morreres de alguma causa (crime, doença, acidente, etc. ...) até aos 20 anos? _____

ANEXO III

Escala BIS — BAS

*(Behavioral Inhibition System — Behavioral
Approach System)*

BAS_RW

	1	2	3	4
1. Quando obtenho algo que quero, sinto-me excitado e com energia.				
2. Quando estou a fazer alguma coisa de forma correcta, adoro manter-me nela.				
3. Quando algo de bom me acontece, isso afecta-me de forma intensa.				
4. Sentir-me-ia excitado ao ganhar uma disputa.				
5. Quando vejo uma oportunidade de obter algo que gosto, fico imediatamente excitado.				

BAS_DRIVE

	1	2	3	4
1. Quando quero algo, empenho-me completamente para o obter.				
2. Contorno a minha forma normal de agir, para obter algo que quero.				
3. Se vir uma oportunidade de obter algo que quero, aproximo-me dela rapidamente.				
4. Quando vou em busca de algo, normalmente uso uma abordagem sem constrangimentos.				

BAS_FUN

	1	2	3	4
1. Normalmente faço coisas, pelo simples facto de poder vir a divertir-me.				
2. Anseio por excitação e novas sensações.				
3. Estou sempre disposto a experimentar coisas novas, se achar que virão a ser divertidas.				
4. Actuo muitas vezes no calor do momento.				

ANEXO IV

Imagens exemplificativas da tarefa experimental

GNAT

(The Go/No-Go Association Task)

Categoria dos consumos



Negativa



Negativa



Figura 1 – Exemplo de um ensaio com instrução negativa e uma imagem alvo.

Figura 2 – Exemplo de um ensaio com instrução negativa e uma imagem distractora.



Negativa



Negativa

Vício

Saudável

Figura 3 - Exemplo de um ensaio com instrução negativa e uma palavra alvo.

Figura 4 – Exemplo de um ensaio com uma instrução negativa e uma palavra distractora.



Positiva



Positiva



Figura 5 - Exemplo de um ensaio com uma instrução positiva e uma imagem alvo.

Figura 6 – Exemplo de um ensaio com uma instrução positiva e uma imagem distractora.



Positiva



Positiva

Abstenção

Drogas

Figura 7 - Exemplo de um ensaio com uma instrução positiva e uma palavra alvo.

Figura 8 – Exemplo de um ensaio com uma instrução positiva e uma palavra distractora.

Categoria da Sexualidade



Negativa



Figura 9 – Exemplo de um ensaio com uma instrução negativa e uma imagem alvo.



Negativa



Figura 10 – Exemplo de um ensaio com uma instrução negativa e uma imagem distractor.



Negativa

Hepatite

Figura 11 – Exemplo de ensaio com uma instrução negativa e uma palavra alvo.



Negativa

Preservativo

Figura 12 – Exemplo de um ensaio com uma instrução negativa e uma palavra distractora.



Positiva



Figura 13 – Exemplo de um ensaio com uma instrução positiva e uma imagem alvo.



Positiva



Figura 14 – Exemplo de um ensaio com uma instrução positiva e uma imagem distractora.



Positiva

Amor

Figura 15 – Exemplo de um ensaio com uma instrução positiva e uma palavra alvo.



Positiva

Desprotecção

Figura 16 – Exemplo de um ensaio com uma instrução positiva e uma palavra distractora.

Categoria da Violência



Negativa



Negativa



Figura 17 – Exemplo de um ensaio com uma instrução negativa e uma imagem alvo.



Figura 18 – Exemplo de um ensaio com uma instrução negativa e uma imagem distractora.



Negativa



Negativa

Gangs

Amizade

Figura 19 – Exemplo de um ensaio com uma instrução negativa e uma palavra alvo.

Figura 20 – Exemplo de um ensaio com uma instrução negativa e uma palavra distractora.



Positiva



Positiva



Figura 21 – Exemplo de um ensaio com uma instrução positiva e uma imagem alvo.

Figura 22 – Exemplo de um ensaio com uma instrução positiva e uma imagem distractora.



Positiva



Positiva

Auto-controlo

Agressividade

Figura 23 – Exemplo de um ensaio com uma instrução positiva e uma palavra alvo.

Figura 24 – Exemplo de um ensaio com uma instrução positiva e uma palavra distractora.

ANEXO V

Autorização da Fundação da ADFP para a realização
do estudo empírico

Assunto Interesses
Interesses
A. Paula Santos

CEI
11/03/23

FPCEUC FACULDADE DE PSICOLOGIA
E DE CIÊNCIAS DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE DE COIMBRA

Coimbra, 28 de Fevereiro de 2011

11 1397
03 222

Ex.ma Sra. Dra. Ana Paula Santos

Directora do Centro de Acolhimento e Emergência Infantil e Lar de Apoio da Fundação Assistência, Desenvolvimento e Formação Profissional de Miranda do Corvo

A Mestranda Judite Cristiana Fernandes Carvalho, aluna do Mestrado em Intervenção Social, Inovação e Empreendedorismo ministrado pelas Faculdades de Economia e de Psicologia e de Ciências da Educação da Universidade de Coimbra, está a realizar uma investigação empírica (Comportamentos de Risco em Jovens com Processos de Promoção e Protecção) que levará no seu termo à elaboração da sua Dissertação de Mestrado.

No âmbito deste trabalho, cabe a Mestranda Judite Cristiana Fernandes Carvalho avaliar alguns parâmetros psicossociais associados à tomada de decisão e da percepção do risco dos adolescentes em geral e, em particular, daqueles que correspondem no seu perfil, à população alvo da Instituição que V. Ex^a dirige. No processo que sustenta tais avaliações a Mestranda irá fazer uma ou mais sessões de curtíssima duração – entre 15 a 40 minutos consoante se trate de uma ou mais do que uma sessão – nas quais passará um questionário de calibração da percepção de riscos relativos à saúde, um teste de inibição/activação comportamental (BAS-BIS) e uma tarefa experimental de medida de associação de atitudes implícitas Go/No Go (GNAT). Qualquer uma destas tarefas não exige capacidades especiais de leitura ou de raciocínio que possam determinar diferentes resultados quanto a qualquer aptidão. As medidas dizem essencialmente respeito à possibilidade de traçar um perfil de vulnerabilidades inerentes à idade e condição sócio-emocional dos participantes. Os dados serão tratados estatisticamente de forma agregada não se procurando tratamento por indivíduo. A mestranda Judite Carvalho procederá informando os participantes, na medida do possível (evitando enviesar resultados por desvendar objectivos específicos da investigação), daquilo que se lhes pede, bem como do uso posterior que será dado a informação recolhida.

Como orientador da Mestranda Judite Carvalho, assumo a inteira responsabilidade pela aplicação destas medidas e testes, assegurando a total confidencialidade dos dados obtidos, bem como o seu uso exclusivo para o âmbito da tese e de eventuais trabalhos de cariz científicos a apresentar formalmente em encontros científicos.

José Miguel de Andrade Pina Pereira de Oliveira
(Professor Auxiliar da FPCE-UC)

ANEXO VI

Dados estatísticos sobre a amostra do estudo
empírico

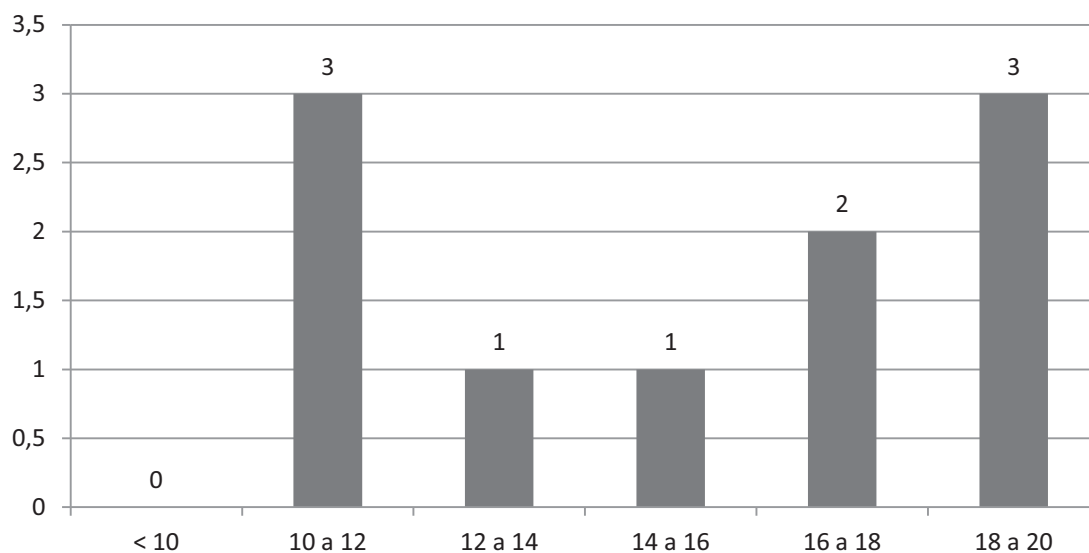
Gráfico 1 - Sexo



i

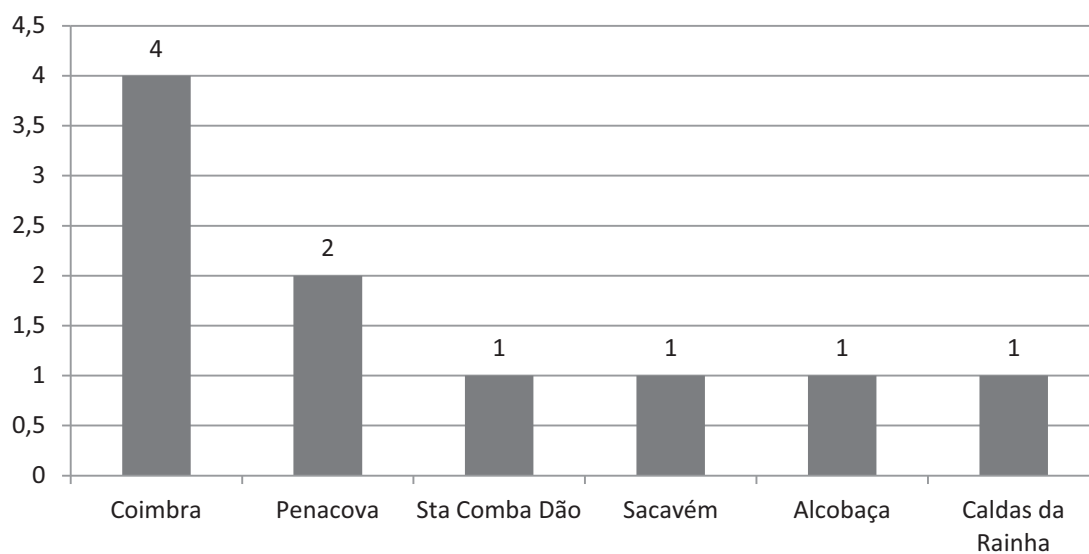
De acordo com o gráfico, metade da amostra é do sexo feminino e a outra metade é, conseqüentemente, do sexo masculino.

Gráfico 2 - Idades



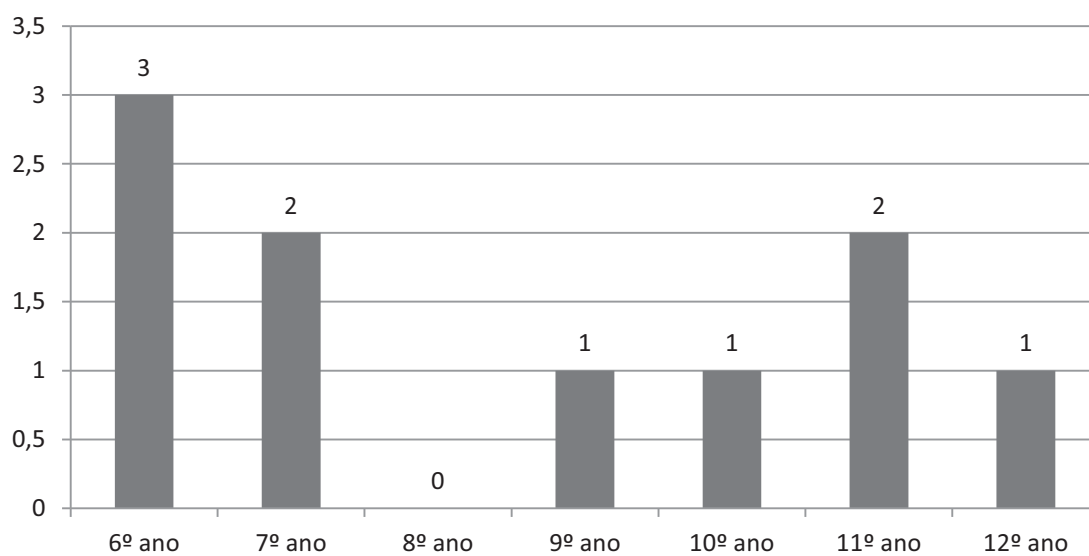
Dado que esta amostra tem de ser representativa da faixa etária correspondente à adolescência (dos 12 aos 17 anos de idade), a maioria dos indivíduos da amostra têm idades compreendidas entre os 12 e 16 anos, seguindo-se os jovens com idades compreendidas entre os 10 e 11 anos e os 17 e 20 anos.

Gráfico 3 - Naturalidades



Como se pode constatar, a maioria da amostra é natural de Coimbra.

Gráfico 4 - Escolaridade



Relativamente à escolaridade, tal como seria de prever pelas idades, a maioria dos indivíduos frequenta o ensino básico - 2º ciclo (3) e 3º ciclo (3) - e os restantes frequentam o ensino secundário (4).

Gráfico 5 - Tempo de Permanência



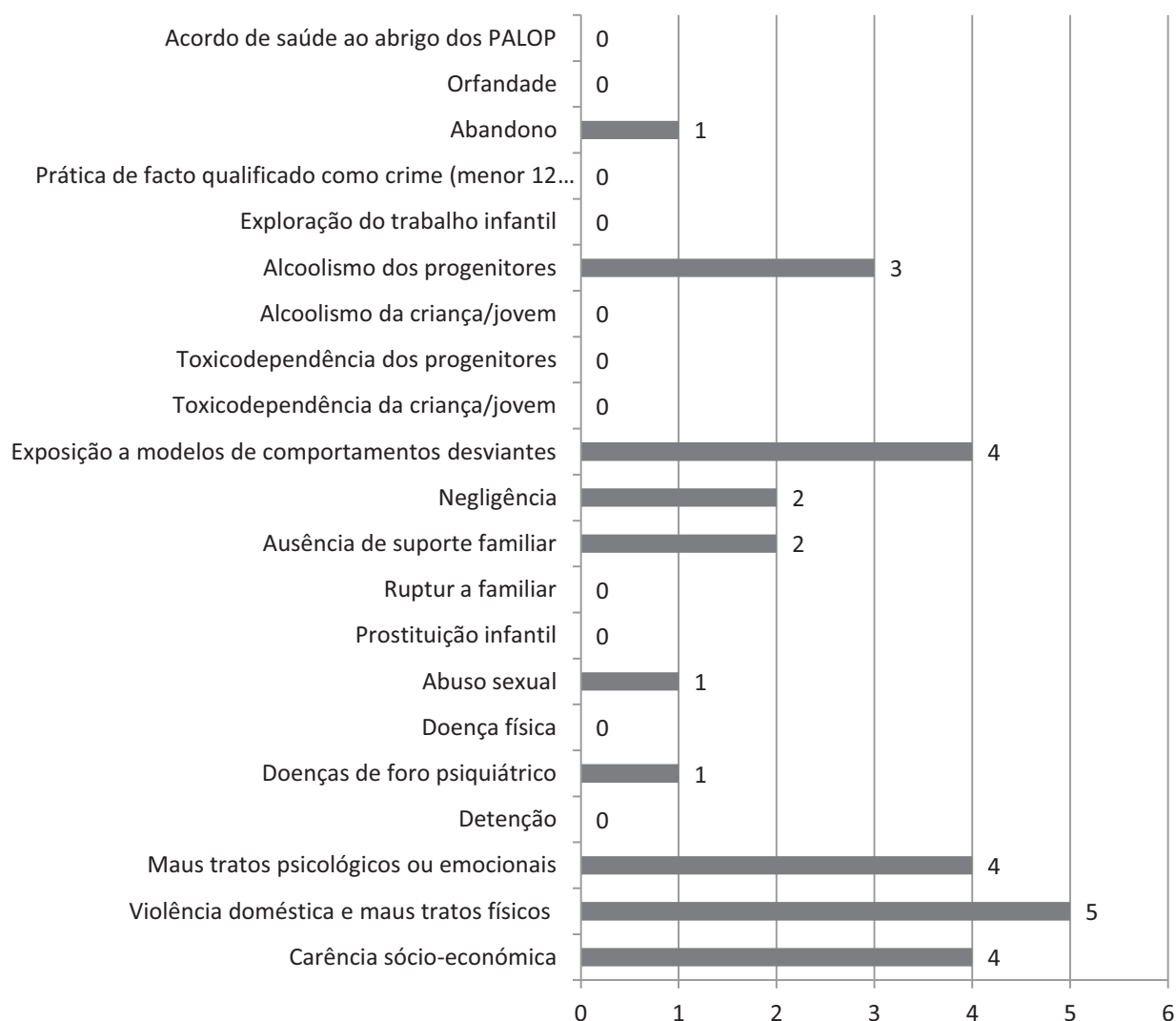
Quanto à duração do período de institucionalização dos sujeitos da amostra, constata-se que a maioria destes se encontram acolhidos entre 1 a 2 anos, estando apenas 2 há mais de 2 anos e 1 há menos de 1 ano.

Gráfico 6 - Idades no momento da admissão



No que toca às idades dos sujeitos no momento da admissão, praticamente todos (6) foram acolhidos durante a adolescência (entre os 12 e os 17 anos), tendo apenas 3 sido acolhidos antes de atingirem a adolescência e 1 após atingir a maioridade.

Gráfico 7 - Problemática dominante/situação de risco



De acordo com o resultado do estudo estatístico, primeiramente é possível verificar que todos os sujeitos têm mais de uma problemática associada aos motivos do seu acolhimento, daí que se apresentem 27 situações de risco para 10 sujeitos.

Quanto às problemáticas com maior representação, a que tem maior peso estatístico é a violência doméstica e maus tratos físicos (5), seguindo-se os maus-tratos psicológicos ou emocionais (4), carência socioeconómica (4) e a exposição a modelos desviantes (4). O alcoolismo dos progenitores (3), a ausência de suporte familiar (2) e a negligência (2) também são situações de risco com alguma relevância dentro desta amostra.

ⁱ Todos os gráficos apresentados são de elaboração própria com dados recolhidos através de consulta dos processos dos jovens utentes da Instituição.

ANEXO VII

Estudo das estatísticas nacionais sobre os
comportamentos de risco nos adolescentes

1. De 0 a 10 qual te parece ser a possibilidade de tu continuares a estudar daqui a um ano?

Segundo o Instituto Nacional de Estatística (INE), à data dos Censos de 2001, o abandono escolar de jovens portugueses, com idades compreendidas entre os 10 e os 15 anos (idade mínima de escolaridade obrigatória), indicam que apenas 2,79% dos estudantes com estas idades desistem de estudar. Assim, 97,21% ($100\% - 2,79\% = 97,21\%$) dos jovens prosseguem o seu percurso escolar, o que significa que de 0 a 10 a probabilidade de um jovem nesta faixa etária continuar a estudar é **9,72** ($97,21\% : 10 = 9,72$).

Dados retirados de: Instituto Nacional de Estatística (2011). *Taxa de abandono escolar (%) por local de residência (à data dos Censos)*. Encontrado a 22 de Maio de 2011, em http://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine_indicadores&indOcorrCod=0000978&contexto=bd&selTab=tab2

2. De 0 a 10 qual te parece ser a possibilidade de tu teres concluído o ensino secundário quando tiveres 20 anos?

De acordo com o Relatório da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico (OCDE) de 2007 a percentagem de alunos que concluiu o Ensino Secundário dentro da idade expectável (17 e 18 anos) diminuiu 14 pontos percentuais, situando-se em 2004 em 53%. Assim, em 2007 apenas 39% ($53\% - 14\% = 39\%$) dos alunos terminava o Ensino Secundário dentro da idade expectável, o que, por sua vez, significa que a probabilidade (de 0 a 10) de um jovem concluir o Ensino Secundário antes dos 20 anos é **3,9** ($39\% : 10 = 3,9$).

Dados retirados de: Federação Nacional dos Professores (2007). *Relatório da OCDE preocupante: Portugal piorou na conclusão do 12º ano de escolaridade*. Encontrado a 22 de Maio de 2011, em <http://www.fenprof.pt/?aba=27&cat=191&doc=2664&mid=115>

3. De 0 a 10 qual te parece ser a possibilidade de tu daqui a um ano estudares e trabalhares para pagar os estudos?

De acordo como os dados do Eurostudent de 2005, 19% dos estudantes portugueses têm alguma experiência laboral antes de ingressarem no Ensino Superior.

Portanto, a probabilidade (de 0 a 10) de um jovem ter que estudar e trabalhar para pagar os estudos é **0,19** ($1,9\% : 10 = 0,19$).

Dados retirados de: Lobo, A. (2005, Outubro). Dois em um. *A página da educação*, 149. Encontrado a 23 de Maio de 2011, em <http://www.apagina.pt/?aba=7&cat=149&doc=11097&mid=2>

4. De 0 a 10 qual te parece ser a possibilidade de tu engravidares ou engravidares alguém no próximo ano?

Segundo o Instituto Nacional de Estatística (INE), em 2009, a taxa de fecundidade das jovens com idades compreendidas entre os 15 e os 19 anos em Portugal era de 15,5‰. Sendo assim, a probabilidade (de 0 a 10) de um adolescente engravidar ou de engravidar alguém é de **0,16** ($((15,5\% \times 100) : 1000) : 10 = 0,16$).

Dados retirados de: Pordata – base de dados Portugal contemporâneo (2011). *Taxa de fecundidade por grupo etário*. Encontrado a 20 de Maio de 2011, em http://www.pordata.pt/azap_runtime/?n=4

5. De 0 a 10 qual te parece ser a possibilidade de tu seres pai/mãe até aos 20 anos?

De acordo com os dados obtidos pelo Instituto Nacional de Estatística, em 2010, a cada 1000 mulheres entre os 15 e os 19 anos, verificou-se uma taxa de nascimentos de 34,4‰. Portanto, a probabilidade (de 0 a 10) de se ser pai/mãe até aos 20 anos é **0,34** ($((34,4\% \times 100) : 1000) : 10 = 0,34$).

Dados retirados de: Wikipédia (2010). *Gravidez na adolescência: taxa incidência de gravidez na adolescência* (dados mundiais). Encontrado a 20 de Maio de 2011, em http://pt.wikipedia.org/wiki/Gravidez_na_adolesc%C3%Aancia

6. De 0 a 10 qual te parece ser a possibilidade de tu seres preso, justa ou injustamente, pelo menos uma vez no próximo ano?

e

7. De 0 a 10 qual te parece ser a possibilidade de tu seres preso até aos 20 anos?

Segundo os dados da Direcção-Geral dos Serviços Prisionais, 1463 (80 + 253 + 1130 = 1463) jovens dos 16 aos 24 anos faziam parte da população prisional em 2009.

Dado que nesse mesmo ano existiam em Portugal 1180152 adolescentes em Portugal (dados do Instituto Nacional de Estatística), tal significa que 0,12% $((1463 \times 100) : 1180152 = 0,12\%)$ dos adolescentes estava a cumprir pena. Assim, a probabilidade (de 0 a 10) de um jovem ser preso pelo menos uma vez no próximo ano ou de ser preso até aos 20 anos é de **0,01** $(0,12\% : 10 = 0,01)$.

Dados retirados de Direcção-Geral dos Serviços Prisionais (2009). *Relatório de actividades de 2009*. Encontrado em 18 de Abril de 2011, em http://www.dgsp.mj.pt/backoffice/Documentos/DocumentosSite/RelAct_2009-Vol_I.pdf

8. De 0 a 10 qual te parece ser a possibilidade de tu morreres de alguma causa (crime, doença, acidente, etc. ...) no próximo ano?

e

9. De 0 a 10 qual te parece ser a possibilidade de tu morreres de alguma causa (crime, doença, acidente, etc. ...) até aos 20 anos?

Uma vez que não existem dados suficientes sobre a morte na adolescência, não nos foi possível distinguir a probabilidade de estes morrerem no próximo ano da probabilidade de morrerem até aos 20 anos.

Assim, segundo o Instituto Nacional de Estatística (INE), em 2010, existiam 10632000 jovens (até aos 24 anos) em Portugal, sendo que nesse mesmo o número de óbitos adolescentes foi de 570 $(69 + 187 + 314 = 570)$, o que perfaz uma probabilidade de óbitos adolescentes no próximo ano ou até aos 20 anos de **0,0005** $((570 \times 100) : 10632000) : 10 = 0,0005$).

Dados retirados de: Instituto Nacional de Estatística (2011). *Número de óbitos por local de residência, sexo e idade*. Encontrado a 23 de Maio de 2011, em http://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine_indicadores&indOcorrCod=0004766&contexto=bd&selTab=tab2